

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RAFAEL RIBEIRO SILVA

DA LINGUAGEM E SEUS SENTIDOS:

um estudo sobre a tese da prioridade analítica da linguagem sobre o pensamento

Porto Alegre

2018

RAFAEL RIBEIRO SILVA

DA LINGUAGEM E SEUS SENTIDOS:

um estudo sobre a tese da prioridade analítica da linguagem sobre o pensamento

Tese submetida ao programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Rafael Ribeiro

Da linguagem e seus sentidos: um estudo sobre a tese da prioridade analítica da linguagem sobre o pensamento / Rafael Ribeiro Silva. -- 2018.

129 f.

Orientador: Paulo Francisco Estrella Faria.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Linguagem. 2. Pensamento. 3. Michael Dummett. 4. Teoria do significado. I. Faria, Paulo Francisco Estrella, orient. II. Título.

ATA PARA ASSINATURA Nº 84

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Filosofia
FILOSOFIA - Doutorado
Ata de defesa de Tese

Aluno: Rafael Ribeiro Silva, com ingresso em 25/02/2014
Título: **Da linguagem e seus sentidos: Um estudo sobre a tese da prioridade analítica da linguagem sobre o pensamento**
Orientador: Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria

Data: 27/03/2018
Horário: 09:00
Local: Pantheon do IFCH

Banca Examinadora	Origem
João Vergílio Gallerani Cuter	USP
Alexandre Noronha Machado	UFPR
Rogério Passos Severo	UFRGS
Eros Moreira de Carvalho	UFRGS

Porto Alegre, 27 de março de 2018.

Membros	Assinatura	Avaliação
João Vergílio Gallerani Cuter		A
Alexandre Noronha Machado		A
Rogério Passos Severo		A
Eros Moreira de Carvalho		A

Conceito Geral da Banca: (Aprovado) Correções solicitadas: () Sim (A) Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Aluno

Orientador

Philosophers, unlike historians, do not have to solve problems that are clearly demarcated in advance; and so they make up their own problems—set themselves tasks, and then try to perform them. Disputes over philosophical methodology are largely about which are the right problems to set. One can hardly prove that this or that is the right problem: that would be possible only if, behind the problems philosophers try to solve, lay further clearly defined problems, and the solution to the former were a means to the solution of the latter. The question is only the vague one: By solving which problems shall we gain philosophical illumination?

Michael Dummett

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre a tese da prioridade analítica da linguagem sobre o pensamento. Essa tese, que estabelece que uma explicação filosófica do pensamento – entendido como aquilo que pode ser verdadeiro ou falso – apenas pode ser obtida por meio da análise da linguagem, é formulada e defendida à luz do que Michael Dummett chamou de *teoria do significado*. Em seguida, duas reações contrárias à tese da prioridade analítica são consideradas. O núcleo da primeira crítica, capitaneada por John McDowell, é a alegada impossibilidade de uma explicação da linguagem que não se ancore em uma explicação dos pensamentos. Diante disso, McDowell defende uma revisão de nossas pretensões explicativas no que diz respeito à linguagem e ao pensamento. A segunda crítica à tese da prioridade analítica da linguagem sobre o pensamento é formulada a partir da filosofia madura de Gareth Evans. Nesse caso, a crítica não é dirigida à ambição explicativa, e sim a ordem pretendida da explicação. Em vez de explicarmos os pensamentos por meio de uma elucidação do significado das expressões, ele propõe que uma explicação do significado das expressões se dê em termos de uma teoria dos pensamentos concebida de forma independente de uma análise dos significados das expressões. Por fim, o presente trabalho conclui que as críticas consideradas não são bem-sucedidas, e que a posição de Dummett merece ser considerada mais seriamente dentro do debate atual sobre metodologia filosófica.

Palavras-Chave: Tese da prioridade analítica. Teoria do significado. Michael Dummett. John McDowell. Teoria modesta do significado. Gareth Evans.

ABSTRACT

The present work presents a discussion about the thesis of the priority of language over thought in the order of explanation. This thesis, which establishes that a philosophical explanation of thought, understood as that which can be true or false, can only be obtained through the analysis of language, is formulated and defended in the light of what Michael Dummett called *the theory of meaning*. Then, two reactions contrary to the thesis of the priority are considered. The core of the first criticism, commanded by John McDowell, is the alleged impossibility of an explanation of language that is not based on an explanation of the thoughts. In view of this, he advocates a revision of our explanatory pretensions in regard to language and thought. The second criticism of the thesis of the priority of language over thought is formulated from the mature philosophy of Gareth Evans. In this case, criticism is not directed at explanatory ambition, but at the intended order of explanation. Instead of explaining thoughts by means of an elucidation of the meaning of expressions, he proposes that an explanation of the meaning of expressions be given in terms of a theory of thoughts conceived independently of an analysis of the meanings of expressions. Finally, the present work concludes that the criticisms analyzed are not successful, and that Dummett's position deserves to be considered more seriously in the current debate on philosophical methodology.

Keywords: Analytical priority thesis. Theory of Meaning. Michael Dummett. John McDowell. Modest Meaning Theory. Gareth Evans.

SUMÁRIO

Introdução: Sobre a prioridade analítica entre pensamento e linguagem.....	11
Capítulo 1: A linguagem segundo Dummett.....	19
1. O Problema do significado.....	19
2. Significado e conhecimento	20
2.1. O caráter social da linguagem: idioleto e linguagem pública.....	23
2.2. Linguagem como atividade racional consciente: significado, intenções e motivos	24
2.3. Linguagem solitária e o caráter social da linguagem	26
2.4. Compreensão, Conhecimento e os Modos do Conhecimento Linguístico do Falante	30
3. Sentido e Força.....	33
4. A Distinção entre Sentido e Referência	35
4.1. O Argumento de Identidade	37
4.2. O Argumento cognitivo.....	39
4.3. Observações sobre a inter-relação dos dois argumentos	41
5. Algumas considerações sobre Teoria do Significado.....	43
5.1. Teoria do significado modesta	46
5.1.1 A pressuposição de uma linguagem	48
6. O Princípio de Manifestação	50
Capítulo 2: A tese da prioridade da linguagem sobre o pensamento na ordem da explicação....	54
1. Pensamentos e Protopensamentos.....	54
1.1 Protopensamento e o nível espacial e dinâmico da cognição.....	58
1.2. Prioridade temporal: protopensamentos e pensamentos	60
2. A independência da prioridade temporal da prioridade analítica	61
3. Linguagem como código para Pensamentos	62
4.1. Razões favoráveis à concepção codista de linguagem	63
4.2. Razões contrárias à concepção de linguagem como código: psicologismo e compreensão.....	64
5. Da tese que pensamentos precisam de veículo.....	67
5.1. O sentido como caminho para a referência e a dissolução do terceiro reino.....	69
6. A impossibilidade de explorar conteúdos prévios na explicação do significado linguístico	
72	
Capítulo 3.....	75

Introdução	75
Parte 1: John McDowell: Em defesa da extrema modéstia	76
1. Explicando uma linguagem <i>de fora</i>	76
1.1. O Papel da Mente no Discurso Significativo e explicações internas da linguagem....	77
2. McDowell e o conhecimento implícito	78
2.1 Duas objeções à resposta de Dummett.....	79
3. Uma alternativa modesta extrema	82
3.1 Réplica de Dummett a McDowell: o propósito de uma teoria do significado	86
3.1.1. A impotência explicativa de uma teoria modesta extrema do significado e a tese da não-prioridade	86
3.1.2. Dummett e a acusação de behaviorismo	88
4. McDowell e mais um apelo por modéstia extrema	89
4.1. Linguagem e Racionalidade	90
5.2. Explicação de fora à luz das considerações sobre seguir uma regra	92
Parte 2: Evans e a noção de sentido	95
1. Introdução	95
2. Sentido como modo de pensar a referência e o critério intuitivo de diferença entre sentidos	95
3. Explicando a noção de modos de pensar sobre a referência	97
3.1. Evans e o sentido das expressões demonstrativas em <i>Understanding Demonstratives</i>	98
3.1.1. A explicação do sentido da expressão “eu”.....	101
4. O ataque de Evans à proposta positiva de Perry e o aparente abandono da tese da prioridade analítica	102
5. Dummett e Evans sobre a relativa prioridade da linguagem sobre o pensamento	106
5.1. Explicar e Mostrar.....	107
5.1.1. A explicação da noção de sentido e a concepção de linguagem de Evans	107
5.1.2. O embate Evans x Perry segundo Dummett.....	108
5.2. Linguagem pública e compreensão individual.....	110
5.3. Conciliação.....	111
6. Realismo e os limites da conciliação.....	111
6.1. Desafios à posição de Evans	114
Parte 3: Peacocke e uma solução para o problema da associação da perspectiva do teórico do pensamento.....	114
1. Introdução	114
2. Elementos da teoria dos conceitos de Peacocke.....	115

3. O Desafio da Associação	116
Considerações Finais.....	119
1. A tese da prioridade é um princípio metodológico?.....	119
2. Dummett e McDowell.....	122
3. Dummett e Evans	124
4. Últimas palavras.....	126

INTRODUÇÃO

Michael Dummett escreveu certa feita: “uma primeira consideração da linguagem nos leva naturalmente a perguntar se a linguagem é anterior ao pensamento ou o pensamento à linguagem”.¹ No curso de comentar essa questão, à qual seríamos naturalmente conduzidos por refletir acerca da linguagem, ele observou que ela possui uma “aparência enganosamente clara”.² Frege chamou atenção em *Os Fundamentos da Aritmética* para o fato de que se um sujeito entrega a outro um maço de cartas e lhe pede que determine seu número, esse ainda não teria oferecido ao seu interlocutor de forma satisfatória “o objeto de sua investigação”.³ A fim de fazê-lo, o sujeito deveria, segundo Frege, especificar o número *de que* ele deseja que seu interlocutor determine: de jogos completos, de cartas, de figuras coloridas etc. Subjaz à observação de Frege que a questão “quantos?”, mesmo quando seguida por um gesto ostensivo, é incompleta, no sentido de que não deixa claro, na ausência de suplementações fornecidas pelo contexto no qual é feita, o que exatamente por meio dela se solicita. A situação é parecida no que diz respeito à questão da prioridade da linguagem sobre o pensamento, com a diferença de que, em relação a essa última, é preciso estar mais bem-informado ou atento para perceber que ela não deixa claro qual é o objeto da investigação.

Pode-se tornar a questão mais clara ao se evidenciar que sentidos tal questão pode ter. Dummett propôs como um primeiro passo que distinguíssemos a prioridade temporal, isto é, em relação à ordem de acordo com a qual adquirimos pensamento e linguagem, daquela relativa à ordem de explicação, a prioridade conceitual. Alguns passos a mais nessa direção foram dados por Martin Davies em *Language, Thought, and the Language of Thought*, onde ele nos apresenta uma explicação do termo “prioridade” e refina um pouco mais os tipos de questões relativas à prioridade da linguagem sobre o pensamento:

X desfruta de prioridade sobre Y se Y depende de X, mas X não depende de Y. Assim, qualquer questão da relativa prioridade de X e Y tem quatro respostas possíveis: (i) X tem prioridade; (ii) Y tem prioridade; (iii) X e Y são mutuamente dependentes (interdependentes); (iv) X e Y são independentes. Mas a questão da relativa prioridade do pensamento e linguagem é obscura até que o tipo relevante de

¹ The Seas of Language, p. 147

² The Seas of Language, p. 147.

³ Os Fundamentos da Aritmética, §22.

prioridade tenha sido especificado. Sugiro que é útil distinguir três tipos de questões relativas à prioridade: *ontológica*, *epistemológica*, e *analítica*.⁴

A prioridade ontológica é aquela relativa à existência; afirmar, por exemplo, a prioridade ontológica do pensamento sobre a linguagem é dizer que não pode haver linguagem sem pensamento, mas que pode haver pensamento sem linguagem. A prioridade epistêmica é aquela que diz respeito à ordem de nosso conhecimento; sustentar a primazia epistemológica do pensamento é dizer que compreendemos o significado das palavras – o significado linguístico – por já conhecermos o conteúdo dos pensamentos que por meio delas podemos exprimir. A terceira e última prioridade prevista pela classificação de Davies, a prioridade analítica, é a prioridade na ordem da elucidação ou explicação filosófica. Nesse caso, afirmar que o pensamento, por exemplo, tem prioridade analítica sobre a linguagem equivale a dizer que as principais noções da filosofia da linguagem – as noções de significado linguístico, de referir, asserção etc. – devem ser explicadas ou elucidadas em termos das noções centrais da filosofia do pensamento – conteúdo de uma crença, conceitos, pensar sobre, informação, etc. – e que essas noções, por sua vez, podem ser explicadas ou elucidadas sem referência às noções centrais da filosofia da linguagem.

O que Dummett pretendeu por “prioridade conceitual” é a prioridade analítica de Davies; e o que o primeiro pretendeu por “prioridade temporal” aproxima-se, embora não se identifique, ao que o segundo designou por “prioridade ontológica”. Por *prioridade temporal*, Dummett parece ter em mente algumas observações feitas por Frege, como: “Sem os sinais dificilmente nos elevaríamos ao pensamento conceitual. Ao dar o mesmo sinal a coisas diferentes, embora similares, já não mais designamos uma coisa individual, mas aquilo que elas têm em comum: o conceito (*Begriff*).”⁵ Os sinais teriam papel relevante em nossa obtenção do pensamento conceitual: chegaríamos ao nível do “pensamento conceitual” por operarmos com sinais de certo modo.⁶ Em vista disso, pode-se entender a observação fregeana como uma resposta à questão de saber como adquirimos os pensamentos, isto é, podemos atribuir a ele a tese que, ao menos em relação

⁴ Language, Thought, and the Language of Thought, p.1

⁵ Sobre a Justificação Científica da Conceitografia, 147.

⁶ Como usada por Frege, a expressão é ambígua; tanto pode significar o mesmo que “pensamento composto por conceitos”, o que, dentro do paradigma fregeano, seria uma redundância, ou significar algo como “pensamento sobre conceitos”, isto é, pensamentos de segunda ordem. A segunda leitura parece a melhor. Cf. Dummett, *Origins of Analytical Philosophy*, 67-68. O trecho culmina com a seguinte observação: “apenas quando aprenderam o significado do signo [da integral] eles passaram a estar aptos a ter os pensamentos que eles usam [o signo da integral] para expressar”.

àquilo que ele denomina “pensamento conceitual”, a linguagem seria temporalmente anterior ao pensamento.⁷

Todavia, nem sempre a dependência ou independência temporal implica a dependência ou independência ontológica. O caso seguinte é suficiente para mostrar que as prioridades não são idênticas e que, a princípio, uma não se subsume à outra. Suponha que a aquisição da linguagem fosse capaz de despertar em nós a habilidade de ter pensamentos; num processo de uso de sinais semelhante ao descrito há pouco na citação acima de Frege. Permita-nos supor também que depois de algum tempo e por algum motivo, desaprendêssemos por completo a linguagem que nos fora ensinada – que a prática de uso de sinais caísse em desuso – mas que continuássemos a de ter pensamentos, a julgá-los e a fazer toda sorte de coisas que fazemos com pensamentos. Caso essa configuração ímpar de coisas fosse possível, na ordem da aquisição, a linguagem seria anterior, ao passo que estaria demonstrado que linguagem e pensamento seriam ontologicamente independentes. No entanto, como esse exemplo já sinaliza, situações nas quais a diferença entre prioridade temporal e ontológica é relevante são pouco verossímeis, razão pela qual vamos desconsiderar as suas diferenças e considerar ambas as prioridades como sinônimos perfeitos.

Alguns filósofos⁸ enfatizarem que as três prioridades – ontológica, epistêmica e analítica – não são apenas distinguíveis, mas também logicamente independentes. Em princípio, seria possível sustentar as mais diversas combinações de posições, apesar de nem todas serem atrativas e fáceis de motivar. Seria possível sustentar a prioridade ontológica do pensamento sobre a linguagem e ao mesmo tempo afirmar a prioridade da linguagem em relação às prioridades analítica e epistêmica; ou sustentar a prioridade epistemológica da linguagem sobre o pensamento e, no que toca às outras duas, sustentar que a prioridade deve ser conferida ao pensamento; e assim por diante. Apesar disso, como veremos, é um movimento comum nos embates sobre a relativa prioridade da linguagem e pensamento tentar justificar a prioridade analítica, quer do pensamento sobre a linguagem, quer da linguagem sobre o pensamento, a partir de considerações sobre a prioridade temporal. Há uma inegável tentação de passar da constatação de que pode

⁷ A dificuldade com o problema da prioridade temporal encontra uma formulação bem humorada em Rousseau: “... a palavra parece ter sido muito necessária para estabelecer-se o uso da palavra”. Cf. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, p. 71.

⁸ Por exemplo, Dummett, Peacocke e Davies.

haver pensamento sem linguagem à conclusão de que devemos explicar nossa linguagem relativamente às noções mais primitivas de uma teoria dos pensamentos. Por outro lado, opera também a tentação de concluir, com base no fato de que o pensamento expresso em uma linguagem é tanto mais perspicuo como conceitualmente mais rico, que uma explicação dos pensamentos pode ser obtida apenas por meio de uma análise da linguagem. Entretanto, é um ponto de confluência entre as posições contendentes que, para resolver a querela sobre a prioridade analítica, *não é suficiente* apontar para essa ou aquela solução do problema da prioridade temporal. Se a solução do problema da prioridade analítica pode advir ou não da solução do problema da prioridade temporal é uma questão que dependerá muito mais da natureza do pensamento ou da linguagem que se presume anterior; muito mais, diga-se, do que da afirmação dessa ou daquela ordem temporal segundo a qual se encontrariam vinculados pensamento e linguagem.

Por ora, importa fazer notar que parece ser possível dedicar-se a apenas uma das questões sem ter que assumir a tarefa de decidir, a um só tempo, todas as três, e que, portanto, a solução da questão em cada uma deve passar por uma investigação caracterizada por argumentos relativamente independentes. Fiando-nos nisso, concentrar-nos-emos no presente texto, sobretudo, na prioridade analítica. As outras questões sobre a relativa prioridade do pensamento e linguagem nos interessarão apenas se as reflexões sobre elas interferirem na questão da prioridade analítica.

De acordo com o exposto, as posições possíveis em relação à prioridade analítica são quatro. De saída, entretanto, pelo menos uma delas é implausível, a saber: a posição de acordo com a qual as noções centrais relativas ao pensamento e à linguagem são independentes. Pois, não apenas é um fato amplamente aceito que a elocução de uma frase pode exprimir um pensamento, como a elocução de uma frase, em certas condições, é o caso paradigmático de manifestação de um pensamento (Para Frege, por exemplo, o sentido de uma frase completa é um pensamento); e isso, por sua vez, sugere fortemente que não é possível dar uma explicação completa do fenômeno da linguagem sem fazer uso de noções advindas da análise do fenômeno do pensamento, ou vice-versa. Um proponente de tal posição deveria sustentar que é possível, por exemplo, explicar o que é compreender a elocução de uma frase sem fazer uso de noções como pensamento e crença, ao mesmo que tempo em que mantém ser possível explicar o que é um pensamento sem referência à estrutura de frases e ao significado linguístico. Como se vê,

essa é uma posição sem motivação aparente e, até que surja algo em seu favor, deve ser com justiça condenada ao ostracismo.⁹

Talvez por essa razão Christopher Peacocke tenha identificado apenas três tipos de resposta à questão que ora nos ocupa.¹⁰ A primeira é a que ele denomina, seguindo a nomenclatura de Dummett, “tese da prioridade”, de acordo com a qual uma explicação filosófica da linguagem tem prioridade sobre uma do pensamento. A segunda é aquela que estabelece que nem o pensamento nem a linguagem têm prioridade analítica, caso no qual as explicações seriam interdependentes. Essa resposta é denominada por ele de “tese da não prioridade”. A terceira é a posição daqueles que sustentam que uma explicação filosófica do pensamento deve preceder uma da linguagem; seus proponentes são por ele chamados de “teóricos do pensamento”.¹¹

Interessa-nos saber qual dessas respostas é a correta; ou, no pior dos casos, qual dessas respostas encontra-se em uma situação mais favorável. Desde já, fique sabendo o leitor que não o saiba que há um grande otimismo em relação à posição dos teóricos do pensamento. Martin Davies, Christopher Peacocke e Jerry Fodor, para ficar em apenas três nomes, têm manifestado repetidas vezes a convicção de que a posição dos teóricos do pensamento é a correta. J. Fodor chegou a escrever que “sabemos agora, *com razoável*

⁹ A discussão até aqui apresentada sobre as relações de prioridade entre pensamento e linguagem deve ser entendida de modo esquemático. Tem a finalidade de separar algumas questões que podem ser feitas sobre esse tema apenas a fim de que seja possível *começar* a falar sobre as mais diversas relações entre pensamento e linguagem sem, inadvertidamente, passar de uma questão para outra – o que, aliás, é mais difícil de evitar do que pode parecer à primeira vista. Assim, não pretendemos que esse esquema seja entendido como moldando o conteúdo de uma controvérsia particular sobre pensamento e linguagem, e sim como um ponto de partida para a discussão. Uma vez que qualquer uma das questões dispostas no esquema comece a ser discutida em detalhes, esse esquema perderá quase que por completo sua importância. Essa também é a razão por que as noções de *pensamento e linguagem* não são esclarecidas desde o início deste texto, é uma escolha feita para apresentar a forma da questão que nos interessa antes de começarmos a tentar respondê-la. Portanto, não se pode argumentar contra o esquema ora discutido, por exemplo, dizendo que desde o início pensamento e linguagem foram tratados como coisas distintas e que isso pressupõe uma ou outra resposta à questão que esta tese se dedica a investigar. Se alguém sustenta, por exemplo, que aquilo a que chamamos “pensamento” é apenas um epifenômeno da linguagem, que é apenas um modo de falar sobre as operações da própria linguagem, mas que de fato não temos duas coisas quando falamos sobre linguagem e pensamento, essa posição não está descartada apenas por não se encaixar nas distinções previstas no esquema. O puro esquema não é usado nesta tese como premissa contra qualquer posição. Mais adiante, alguns argumentos serão apresentados por meio de distinções esboçadas no esquema que ora discutimos. Nessas ocasiões, no entanto, são as concepções de linguagem e pensamento discutidas que permitem que a discussão se dê por meio das distinções do esquema, e não o contrário.

¹⁰ Martin Davies também defende que a posição segundo a qual as noções de pensamento e significado linguístico são independentes é implausível. Cf. *Language, Thought, and the Language of Thought*, p.3.

¹¹ *Concepts Without Words*, p. 3.

certeza, se é o pensamento ou a linguagem que vem primeiro [na ordem da explicação]”.

12

Esteja Fodor certo ou não, o fato é que, até algum tempo atrás, o procedimento padrão de investigação dos problemas filosóficos dentro da tradição analítica era balizado pela crença na tese da prioridade – ou, ao menos, na tese da não-prioridade. Em sua bem-conhecida caracterização da tradição analítica, Dummett faz uso da tese da prioridade:

O que distingue a filosofia analítica, em suas diversas manifestações, de outras escolas é a crença, em primeiro lugar, de que uma explicação filosófica do pensamento pode ser obtida por meio de uma explicação filosófica da linguagem, e, em segundo lugar, a crença de que uma explicação abrangente apenas assim pode ser alcançada.¹³

No que respeita à tese da prioridade, o excerto acima divide seu conteúdo em duas teses componentes: (i) é possível explicar o pensamento por meio da linguagem; (ii) uma explicação compreensiva (abrangente) pode ser alcançada tão-somente por meio de uma análise da linguagem. Doravante, usaremos a expressão “tese da prioridade” como equivalente à conjunção dessas duas teses.

De acordo com Dummett, a lista de adeptos à tese da prioridade é extensa – Quine, Davidson, os positivistas lógicos, os filósofos da linguagem ordinária de Oxford e Wittgenstein – em suas mais variadas fases.¹⁴ Foge do escopo das intenções que caracterizam este texto, contudo, discutir se essa caracterização é acurada; como Hans-Johann Glock discutiu em seu livro *What is Analytic Philosophy?*¹⁵ Nosso objeto de estudo é a própria tese da prioridade, e não a sua utilidade na caracterização de uma tradição filosófica, ou na explicação das ideias desse ou daquele filósofo.

A investigação que esse trabalho registra concentra-se em um importante capítulo do debate sobre a correção da tese da prioridade: a defesa de Dummett dessa tese e três reações a ela, protagonizadas por John McDowell, Gareth Evans e Christopher Peacocke. Há três vias de acesso nos textos dummettianos para considerações sobre a prioridade explicativa entre pensamento e linguagem: além de sua já mencionada caracterização da

¹²Language, Thought and Compositionality, p. 10. Grifos meus.

¹³ Origins of Analytical Philosophy, p. 4.

¹⁴ Origins of Analytical Philosophy, p. 4.

¹⁵ Dummett oferece uma breve réplica em On Analytical Philosophy, Teorema, V. XXX.

tradição analítica por meio da tese da prioridade explicativa da linguagem sobre o pensamento; há a via da querela exegética sobre se Frege foi um filósofo da linguagem ou um filósofo do pensamento; e há a discussão sobre se uma teoria do significado deve ser modesta ou completa. As duas primeiras vias tratam a tese da prioridade como um ponto de apoio no projeto de escrever uma história da filosofia analítica e, por essa razão, embora valiosos argumentos favoráveis à tese da prioridade analítica tornem-se mais claros à luz de seu contexto histórico, a finalidade dessas investigações não é avaliar a correção ou incorreção da tese. Em vista disso, priorizamos aqui a terceira via, mas, sempre que necessário, recorreremos às outras duas – o que se evidenciará, sobretudo, pelas numerosas menções a Frege e Wittgenstein presentes nos dois primeiros capítulos.

Boa parte dos dois primeiros capítulos é dedicada a esclarecer o que Dummett entende por uma teoria do significado (modesta e completa) e como usa as noções de *pensamento* e de *linguagem*. Como o leitor logo verá, no entanto, a elucidação dessas noções se dá ao longo de muitas seções, em doses, por assim dizer, homeopáticas. Para que o leitor não se veja obrigado a seguir às cegas as próximas páginas, eis uma breve explicação dessas noções. Dummett chama de “pensamento” aquilo sobre o qual faz sentido perguntar pelo valor de verdade.¹⁶ Por “linguagem”, ele entende qualquer coisa que possa ser considerada como *exprimindo* um pensamento.¹⁷ *Exprimir* um pensamento, para Dummett, é diferente de *indicar* um pensamento. Exprime-se um pensamento por meio de uma frase quando a expressão linguística que o veicula espelha a complexidade do pensamento expresso. Por exemplo, podemos indicar um pensamento como a premissa adicional mais fraca que tornaria o argumento de Maria válido.¹⁸ Quando um pensamento é *indicado*, e não expresso, – como nesse caso do argumento de Maria – apresenta-se um modo de identificar um pensamento sem que necessariamente esse pensamento seja apresentado.¹⁹ Exceto nos casos em que for explicitamente dito, essas são, grosso modo, as noções de pensamento e linguagem que importam a esta tese – e isso também vale para quando estivermos discutindo o pensamento de Gareth Evans, John McDowell e Christopher Peacocke.²⁰

¹⁶ O uso de Dummett do termo “pensamento” deve-se a Frege. Cf. *The Seas of Language*, p. 153.

¹⁷ *The Nature and Future of Philosophy*, p. 98

¹⁸ *Frege and Other Philosophers*, p. 290-1.

¹⁹ Mais adiante voltaremos a distinção entre *expressar*, *indicar* e *manifestar* um pensamento.

²⁰ Isso é possível graças à influência que Dummett teve sobre o pensamento desses três autores.

Outra noção cara ao presente trabalho, e que também encontra sua apresentação dispersa em muitas seções, é a ideia de uma *explicação* de uma linguagem. O objetivo de uma explicação de uma linguagem – por meio da qual obteríamos uma explicação dos pensamentos que podem ser expressos por ela –, de acordo com Dummett, é obter uma visão clara de como uma linguagem funciona. As palavras significam o que significam em razão do uso que damos a elas. Para obter uma visão clara do funcionamento de uma linguagem precisamos analisar nossa própria prática linguística, a fim de obter uma descrição sistemática dessa prática. Tal descrição sistemática é uma teoria do significado, uma teoria que caracteriza o significado de frases em termos de suas expressões componentes, e que estabelece que explicar o que as expressões da linguagem significam é, em última análise, dizer o que conta como manifestação desse conhecimento. Uma descrição nessas linhas, assinala Dummett, dará uma representação do que é para as palavras e expressões de nossa linguagem ter os significados que elas têm por apresentar uma descrição dos princípios convencionais que governam a prática de usar uma linguagem. Tal descrição do funcionamento de uma linguagem deve contemplar tudo que aprendemos quando aprendemos pela primeira vez uma linguagem e, conseqüentemente, não pode pressupor a compreensão de nenhuma noção semântica, como verdade ou asserção. Se essa descrição for bem-sucedida, ela revelará o que é que faz de algo uma linguagem e, desse modo, o que faz de uma expressão de uma linguagem significativa. O que Dummett entende por uma explicação da linguagem é, em linhas gerais, esse tipo de descrição.

O terceiro capítulo é dedicado ao exame de duas reações à defesa dummettiana da tese da prioridade apresentada nos dois primeiros capítulos. De saída, é apresentada a crítica de John McDowell à teoria do significado completa preconizada por Dummett. Essa crítica pretende mostrar que Dummett, ao defender uma teoria do significado completa, não teria conseguido registrar o papel da mente dos falantes no discurso significativo. McDowell insiste, por outro lado, que o modo correto de dar uma descrição de nossa prática linguística passa necessariamente por pressupor algumas noções semânticas, e que não podemos descrever o funcionamento de uma linguagem sem pressupor, pelo menos parcialmente, uma compreensão de alguma linguagem. McDowell, assim, aparece neste texto como o representante da tese da não prioridade.

Na segunda parte do terceiro capítulo, apresentamos o tratamento de Evans da noção de sentido. Evans caracteriza a noção de sentido sem aparente apelo à linguagem,

e usa essa caracterização para explicar como uma linguagem funciona. Também é analisado o debate entre Evans e Perry sobre a explicação do sentido do pronome “eu”. Nesse debate transparece por qual razão e em quais termos Evans abandonou a tese da prioridade, tornando-se assim um teórico do pensamento. Na última parte do capítulo, apresentamos brevemente a resposta de Peacocke ao problema da associação, problema cuja solução é imprescindível para os teóricos do pensamento.

No quarto capítulo, em um primeiro momento, avaliamos a tese da prioridade como princípio metodológico e as relações que a tese da prioridade tem com o antirrealismo de Dummett. Por fim, ponderamos sobre os embates reproduzidos no terceiro capítulo e analisamos suas respectivas repercussões para o debate sobre a tese da prioridade.

Capítulo 1: A linguagem segundo Dummett

1. O Problema do significado

A elocução de uma frase em uma dada ocasião tem o potencial de fazer diferença no que subsequentemente acontece. A diferença pode se dar imediatamente, quando, por exemplo, alguém se levanta após ouvir a frase “traga-me um copo d’água!”; pode ocorrer meses ou anos depois, como quando alguém evita visitar uma cidade que estava em sua rota ao lembrar que lhe haviam dito que tal lugar é ermo e perigoso; ou ainda, por falta de ocasião, pode ser que nada aconteça, que a potência não se atualize – pode-se, inadvertidamente, dizer “José, traga-me um copo d’água!”, e, na ausência de José ou de qualquer outro sujeito no ambiente de elocução, nada suceder. Evidentemente, esse potencial das elocuições, ou significância (*significance* no jargão usado por Dummett), não pode ser explicado apenas por referência aos sons ou a qualquer outro tipo de sinal usado para instanciar uma frase.²¹

Observação semelhante pode ser feita a respeito de uma conversa entre dois falantes. À primeira vista, tudo o que ocorre é que certos sons, geralmente acompanhados por gestos característicos, são emitidos alternadamente pelos participantes da conversa. Mas, o que de fato eles fazem é mais do que isso: eles expressam pensamentos, propõem

²¹ Cf. *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 212.

argumentos, enunciam conjecturas, fazem perguntas, etc. Como nos casos anteriores, apenas mencionar os sons produzidos não explica o que é fazer qualquer uma dessas coisas que pode ser feita em uma conversa, e que constituem a interação linguística.²²

Chamar atenção para o que pode ser feito em uma conversa ou para a significância de uma elocução são dois modos, dentre tantos outros possíveis, de levar o leitor a um lugar de onde é mais natural propor as questões: como, por meio da linguagem, podemos fazer tantas coisas? E o que exatamente é fazer uma pergunta, dar uma ordem, ou asserir algo? Enfim, como uma linguagem funciona? Diante dessas questões, o conceito que vem à baila é o conceito de significado, pois as respostas a todas essas questões parecem passar pela admissão de que as expressões da linguagem têm significado. Resta, então, saber o que é o significado. Segundo Dummett, nosso interesse no conceito de significado é um interesse em como uma linguagem funciona, dado que compreender o significado de uma expressão é compreender seu funcionamento dentro de uma linguagem.²³ Assim, o problema do significado é ao mesmo tempo o problema do que é para algo ser uma linguagem. Boa parte dos escritos de Dummett foi por ele pensada como uma contribuição para a solução do problema do significado assim entendido. No presente capítulo, exporemos sua tentativa de elucidar o conceito de significado, ou, dito de outro modo, sua tentativa de elucidar o que faz de algo uma linguagem.

2. Significado e conhecimento

Um dos pilares do projeto dummettiano de elucidar o conceito de significado consiste em explorar a equivalência intuitiva entre significado e compreensão, revelada pela conexão entre as expressões “compreender A” e “saber o que A significa” – em que “A” é uma

²² Nem este parágrafo nem o anterior devem ser lidos como se estivessem pressupondo que, para além dos sinais e do comportamento dos falantes, há algo, à semelhança de um espírito, que anima a matéria inerte daquilo que pode ser chamado de parte física da linguagem e que a torna significativa. Essa pressuposição é apresentada e discutida na seção 5 e na subseção 5.1 do segundo capítulo. Esses parágrafos devem ser vistos de modo mais brando, à luz do seguinte exemplo. Imagine que eu, explorando a Amazônia, escreva de modo legível no chão úmido da floresta “eu estive aqui”. Instantes depois um índio Kawahiva, que nunca travou contato com um falante de língua portuguesa, encontra o meu registro e, por essa ou aquela razão, passa a reproduzi-lo em outras partes do chão da floresta. A maioria de nós diria, acredito eu, que o meu registro contaria como expressão de um pensamento (como dizendo algo verdadeiro ou falso), mas não os do índio Kawahiva. Por quê? Seja qual for a resposta correta a essa questão, o que importa fazer notar é que parece que não podemos explicar o que é uma linguagem *apenas* por descrever os sinais e os gestos que acompanham os sinais. Se fosse possível explicar o que é uma linguagem apenas por descrever fisicamente os sinais e gestos que a compõe, nem mesmo surgiria a questão de saber se o índio diz algo verdadeiro ou falso ao desenhar os mesmos sinais que eu escrevera: bastaria dizer que ele desenhou sinais muito semelhantes aos meus, e isso significaria que, assim como eu fizera antes dele, ele *disse que* esteve em certo lugar.

²³ The Seas of Language, p. 2.

expressão de uma linguagem arbitrária. De saída, a equivalência impõe uma restrição sobre a caracterização correta do conceito de significado: o significado deve ser algo que pode ser conhecido pelo falante de uma linguagem, assim, qualquer caracterização que permita que o significado seja algo que o falante não possa, em princípio, conhecer, fica desde logo taxada como inadequada. Questões sobre significado podem, pois, ser tratadas como questões sobre o conhecimento do significado de expressões; em especial, a questão sobre o que é o significado de uma expressão pode ser interpretada como uma questão sobre o que um falante sabe quando compreende uma expressão.²⁴

No entanto, a conexão entre significado e conhecimento parece enfraquecer quando consideramos expressões como “ouro” ou “temperatura”.²⁵ Essas palavras exemplificam fenômenos linguísticos que nos são familiares e nos quais conhecimento e significado não parecem andar juntos. O pleno conhecimento desse tipo de palavra é reservado apenas aos especialistas; em nossos exemplos, aos químicos para a palavra “ouro”, e aos físicos para o termo “temperatura”. Em casos como esses, admite-se que pessoas que não dominam completamente seus critérios de aplicação possam compreender, ao menos parcialmente, o significado dessas palavras. Admite-se que falantes que não *sabem* em certos casos quando é correto dizer que dado material é ouro ou algo similar podem, apesar disso, compreender a palavra “ouro”; ou que aqueles que não sabem qual a relação que temperatura tem com energia cinética também podem ser ditos compreender a palavra “temperatura”.

Um tipo de caso mais agudo é exemplificado pela palavra “gaxeta”. A maioria das pessoas não sabe o significado dessa palavra. Esse desconhecimento, todavia, não proíbe que uma pessoa informe a outra que, por exemplo, o seu carro está na oficina por ter apresentado problemas na gaxeta – informação provavelmente obtida de um mecânico.

Esses casos parecem mostrar que é preciso saber quase nada sobre uma palavra para poder usá-la corretamente e que, portanto, se a conexão entre significado e

²⁴ Cf. *The logical Basis of Metaphysics*, p. 88; *The Seas of Language*, p. 3, 36.

²⁵ Da perspectiva de Dummett, as reações à tese de que significado e conhecimento são correlatos provém, principalmente, de dois textos de Putnam (H. Putnam, “Comment on W. Sellars”, *Synthese*, vol. 27, 1974, pp. 445-455; e “The Meaning of Meaning”).

conhecimento deve ser preservada, devemos admitir que as pessoas usam corretamente palavras cujo significado lhes é quase que completamente desconhecido.²⁶

Os casos anteriores têm em comum que, embora o falante possa eventualmente não saber os critérios de aplicação de uma expressão, ele poderia em princípio vir a saber.²⁷ Há casos, todavia, nos quais ninguém poderia, mesmo em princípio, conhecer todo o significado de uma expressão linguística. Dummett ilustra esses casos com nomes de cidades famosas, como “Roma” ou “Paris”. Para saber o significado de “Roma” é preciso saber sobre o papado e o Império Romano, sobre o piedoso Eneias, sobre quais são os pontos turísticos e onde alguns eventos importantes para a história da cidade aconteceram. O emprego de tal tipo de palavra também depende da capacidade dos homens de chegar às cidades por elas nomeadas, e de saber quando lá aportaram. Essa capacidade, por sua vez, apenas pode ser exercida caso existam mapas, sinais de trânsito, linhas aéreas e de trem, rodovias, nativos aptos a dizer onde estão, etc. O emprego de tais nomes de lugar também depende do funcionamento das instituições locais (jurídicas, esportivas, educacionais...) que fazem uso do nome da cidade. O emprego de tais palavras está baseado, assim, em uma enorme gama de práticas sociais – linguísticas e não linguísticas –, ao mesmo tempo em que está entrelaçado com o funcionamento dessas práticas e de algumas instituições.²⁸

Os casos até aqui considerados *parecem* nos levar a um dilema. Dado que em numerosos casos o conhecimento relacionado ao emprego de uma palavra excede circunstancial ou necessariamente o conhecimento do falante, e dado que o falante compreende essas palavras, devemos concluir que a conexão entre significado e conhecimento não é tão íntima quanto supõe Dummett. Ou, mantemos a conexão intacta, e negamos que os falantes compreendem as palavras que usam – ao menos nos casos que consideramos acima. Essa última alternativa parece levar ao cenário paradoxal no qual os falantes usam corretamente palavras que não compreendem.²⁹

²⁶ O atenuante “quase” deve-se ao fato de que, mesmo em casos como o de “gaxeta”, devemos admitir que o falante que usa o termo corretamente sabe a categoria sintática do termo e fatos gerais sobre sua correta aplicação – é a parte de um carro, tem a ver com o funcionamento adequado do carro, etc.

²⁷ Poderia ser o caso que o sujeito estivesse autorizado a usar uma expressão para dar informações a seus interlocutores, ou para realizar certas operações, embora desconhecesse o significado da expressão. Essa é uma saída possível para quem deseje manter a conexão entre significado e conhecimento sem ter que reinterpretar os fenômenos linguísticos apresentados acima.

²⁸ Cf. *The Logical Basis of Metaphysics*, pp. 85-6; *Origins of Analytical Philosophy*, pp. 144-6.

²⁹ Tanto mais paradoxal quanto maior for a força na crença de que o significado é determinado pelo uso.

2.1. O caráter social da linguagem: idioleto e linguagem pública

Dummett sustentou que a tese que estamos discutindo diz respeito à relação entre conhecimento e significado tal como possuídos por uma comunidade linguística como um todo. Se interpretada em relação a cada indivíduo isoladamente, a tese é falsa – como é possível ver a partir dos exemplos acima. Aqui não se trata de uma questão de grau, pois, como uma vez escreveu, “o conhecimento possuído pela comunidade nem é a intersecção, nem a união do conhecimento possuído por cada membro”.³⁰ Em seus textos, a linguagem pública figura como um exemplo de cooperação mútua no qual o resultado é maior do que as somas de todas as forças cooperativas consideradas individualmente. De sua perspectiva, a linguagem tem uma dimensão social que faz com que o significado das expressões não seja redutível ao uso feito por apenas um falante e, por essa razão, o significado não pode ser explicado apenas por referência ao que um falante isoladamente pode ser dito saber.³¹ Isto é, significado, enquanto determinado pelas práticas linguísticas de uma comunidade, pertence ao todo e não pode, de modo geral e irrestrito, ser atribuído às partes sem ser descaracterizado.

A concepção de linguagem pública pode ser contrastada com a concepção de linguagem de um falante particular em um dado período de sua vida, um idioleto. Como vimos, a linguagem pública não equivale, para Dummett, à soma dos idioletos dos partícipes de uma comunidade linguística. Mas isso não se deve unicamente à existência de termos, como os nomes de cidades, cujo significado depende do concurso de práticas que podem apenas existir enquanto práticas sociais, práticas que exigem a participação de vários membros da comunidade. Quando o falante usa expressões como “ouro” ou “gaxeta”, expressões que têm seus usos ancorados no que Putnam chamou de divisão social do trabalho linguístico, o falante explora o fato de tais expressões terem um uso estabelecido na linguagem comum. O falante pode, então, não saber parte ou todo o significado da expressão contanto que saiba onde ele ou seu interlocutor podem se informar a esse respeito. Posso dizer a um amigo que o meu carro está na oficina porque a gaxeta está vazando; por sua vez, meu amigo pode informar a outra pessoa que a gaxeta de meu carro está vazando, mesmo que não saibamos o que “gaxeta” significa. Essa cadeia de comunicação explora o fato de que a expressão tem um uso conhecido pela

³⁰ The Social Character of the Meaning, p. 428.

³¹ O que Dummett tem em mente com o caráter social da linguagem pode ser facilmente visto a partir do exemplo comentado sobre o nome de lugares famosos.

comunidade linguística, muito embora possa ser completamente conhecido por apenas uma pequena parcela dessa comunidade.

Além disso, um falante normalmente considera que os usos que faz das expressões correspondem aos usos das outras pessoas da comunidade linguística. Caso um sujeito descubra que seu uso de um termo não segue o uso padrão de sua comunidade, ele provavelmente retificará esse uso. Isso mostra, segundo Dummett, que o uso de um idioleto está baseado na tentativa de seguir o uso padrão da linguagem pública.³² Se *A* dá a *B* a ordem “traga-me uma cadeira”, e *B* lhe traz uma cadeira, *A* não pode se queixar da execução da ordem por dizer: “não era isso que eu queria que você me trouxesse. Não chamo isso de ‘cadeira’, chamo isso de ‘pedra’.” A queixa é ilegítima porque nosso uso particular da linguagem responde ao uso público da linguagem. O uso do idioleto deve procurar a conformidade com o uso público dos itens linguísticos e, por essa razão, quando um falante descobre que seu idioleto não corresponde em determinado ponto com a linguagem pública, a reação natural é que ele o retifique.

A partir dessas considerações, Dummett conclui que uma investigação sobre o significado não pode ser concentrada no idioleto, a investigação sobre o significado deve ser fundamentalmente uma investigação sobre a linguagem pública. Isso não implica, no entanto, que os idioletos não tenham importância na análise de Dummett do conceito de significado, isso apenas diz que os idioletos devem ser analisados à luz da linguagem pública.

2.2.Linguagem como atividade racional consciente: significado, intenções e motivos

Para Dummett, idioletos têm importância em uma elucidação do conceito de significado porque o uso da linguagem é uma atividade racional consciente.³³ Consideremos o seguinte trecho de Dummett:

³² É oportuno lembrar mais uma vez o célebre trecho de *Alice Através do Espelho*. A primeira fala é de Humpty Dumpty: “E só um para ganhar presentes de aniversário, vê? É a glória para você!”. “Não sei o que quer dizer com ‘glória’”, disse Alice. Humpty Dumpty sorriu, desdenhoso. “Claro que não sabe... até que eu lhe diga. Quero dizer ‘é um belo e demolidor argumento para você!’”. “Mas ‘glória’ não significa ‘um belo e demolidor argumento’”, Alice objetou. “Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.” (p.358-9). Pelo visto, Humpty Dumpty não compartilha a visão de Dummett sobre a relação entre idioleto e linguagem pública.

³³ Atribuir racionalidade e consciência aos falantes no uso de suas linguagens soa como uma extrema idealização, algo que apenas pode ser dito se ignorarmos o uso da linguagem como ele de fato ocorre. Dificilmente Dummett escapa ileso da crítica de que ele pensa, muitas vezes, a linguagem de um ponto de vista ideal. Esperamos em uma ocasião futura voltar ao tema sobre os papéis que as idealizações sobre o

Qualquer explicação filosófica adequada da linguagem deve descrevê-la como uma atividade racional de criaturas às quais podemos atribuir *intenções* e *propósitos*. O uso da linguagem é, na verdade, a manifestação principal de nossa racionalidade: é *a* atividade racional *par excellence*.³⁴

Em uma descrição de como uma linguagem funciona é preciso mencionar que os seres que usam a linguagem têm intenções e motivos, isto é, que o uso da linguagem é uma atividade *controlada* com base nas intenções e motivos do falante, que os usuários da linguagem são seres racionais. A intenção e o motivo do falante para dizer certas coisas, em vez de outras, dependem de sua consciência do que as expressões significam. A consciência que um falante tem do significado de uma expressão depende crucialmente de sua compreensão dela, e não do que a expressão significa, de fato, na linguagem pública. Em alguns casos o falante compreenderá o significado de uma expressão tal e qual ela o possui na linguagem pública, mas em outros não será assim. Desse modo, o idioleto passa a ser importante também em uma descrição de como uma linguagem funciona.³⁵

A ação voluntária que caracteriza o uso da linguagem tem um papel na comunicação entre os falantes porque parte do que fazemos para compreender um falante é tentar entender os motivos que o levaram a dizer certas coisas e não outras, por isso, parte do uso consciente da linguagem explora nossa capacidade de discernir intenções. As intenções não são, contudo, parte do significado de uma expressão. O propósito e os motivos para dizer algo, segundo Dummett, não determinam o significado de uma expressão, o que determina são as convenções que regulam o uso das palavras, juntamente com a composição da elocução e com o contexto de proferimento. Intenções e motivos atuam na seleção das regularidades que constituem a linguagem, e não fazem parte, elas

funcionamento de uma linguagem desempenham dentro de sua filosofia da linguagem. Por ora, aqui vai um esclarecimento adicional sobre o que Dummett *não* pretende ao dizer que a linguagem é uma atividade *racional* e *consciente*. Primeiro, ele não pretende que *todos* os usos da linguagem sejam conscientes. Em uma situação de estresse, por exemplo, alguém pode dizer “olha!” e instantes depois nem mesmo saber que palavra havia escolhido para dar vazão ao aviso que deu ao seu interlocutor. (Além disso, é preciso ter em mente que para Dummett, assim como antes dele fora pra Frege: “uma expressão simplesmente *tem* um sentido: alguém que a usa não precisa ter seu sentido em mente ao longo do processo de emprega-la” *Origins of Analytical Philosophy*, p. 10) O que é importante para Dummett é que deve ser possível para o falante tornar-se consciente do que as palavras significam. Não é constitutivo de sua posição que todos os usos da linguagem sejam conscientes. Segundo, ser racional para Dummett não é ter uma capacidade perfeita para dar razões, e sim a mera capacidade para controlar (capacidade que pode ser precária) as convenções que caracterizam a linguagem com base em motivos e intenções. Cf. *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 88-92.

³⁴ *The Seas of Language*, p. 104.

³⁵ Naturalmente, as crenças de um falante dependem também de sua apreensão particular do significado.

mesmas, dessas regularidades convencionais que caracterizam o significado das expressões.³⁶ Para explicar o significado é suficiente dar uma explicação das convenções que caracterizam uma linguagem.

A relação externa entre significado e intenção pode ser vista a partir de um exemplo. Um sujeito *A* sai de uma oficina, aborda um grupo de desconhecidos transeuntes e diz: “o meu carro está na oficina”. O que *A* diz é determinado pela linguagem à qual pertence essa frase, por sua composição e pelo contexto no qual foi dita. Assim, os transeuntes abordados por *A* compreenderiam o que ele disse, muito embora ignorassem as razões que o levaram a dizer o que disse *a eles*. Pode-se, assim, conhecer o significado de uma frase sem saber com qual propósito, ou por qual motivo, foi dita. Em português temos até uma construção relativamente comum baseada na distinção entre significado, intenções e motivos; a saber, a expressão “sim, mas e daí?”, que é usada para informar, geralmente de forma pouco polida, que o sujeito compreendeu o que lhe foi dito, mas não compreende por qual motivo ou razão aquilo lhe foi dito.

Além disso, deve-se notar que intenções e motivos não são peculiares ao uso da linguagem. Podemos discernir intenções e motivos em ações não linguísticas. Se *A* levanta e abre a geladeira, podemos dizer que sua intenção foi procurar algo para matar sua fome. Quando alguém se coça vemos nisso uma ação motivada, o que motiva a ação é dar fim à sensação de comichão. Assim, para Dummett, uma explicação do significado não precisa envolver uma explicação da natureza da intenção, porque as intenções alteram o fluxo do uso da linguagem, mas não são peculiares ao exercício dessa atividade.³⁷ Apesar disso, deve-se levar em conta o papel desempenhado pela intenção no uso da linguagem, porque o uso da linguagem é uma atividade consciente, e o fato de sermos seres racionais e termos consciência do significado das expressões repercute em nosso uso da linguagem.

2.3.Linguagem solitária e o caráter social da linguagem

As considerações precedentes (vide seção sobre idioleto e linguagem pública) tampouco implicam que a ideia de uma linguagem solitária, uma linguagem circunstancialmente

³⁶ “Regularidade convencional” é aqui outro nome para “regra”, que o sol tenha até aqui nascido todos os dias é uma mera regularidade, que o bispo no jogo de xadrez deva ser deslocado na diagonal é uma regra. Regras pressupõem ação voluntária, meras regularidades não.

³⁷ *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 92; *The Seas of Language*, p. 210.

falada por apenas uma pessoa, seja contraditória. Wittgenstein escreveu em *Investigações Filosóficas*:

Um ser humano pode encorajar-se, dar-se ordens, obedecer-se, culpar-se e punir-se; ele pode se propor uma questão e respondê-la. Assim poder-se-ia imaginar seres humanos que falassem apenas em monólogos, que acompanhassem suas atividades falando consigo mesmo. – Um explorador que os observasse e ouvisse seus discursos poderia ter sucesso em traduzir a linguagem deles na nossa.³⁸

Essa passagem exemplifica o que poderia ser uma linguagem solitária. A passagem também admite que interpretemos o cenário por ela descrito como constituído por uma comunidade de pessoas que apenas falariam por monólogos. No entanto, essas pessoas não formariam uma comunidade linguística, no sentido até aqui discutido, e sim um agregado linguístico: um conjunto de pessoas que convivem e usam linguagem, mas essa linguagem não é usada para comunicação entre eles ou tem qualquer outra dimensão social ou pública. Os membros desse agregado linguístico não poderiam explorar a existência de significados públicos em seus monólogos, assim como também não procurariam seguir, em seus respectivos idioletos, o uso de linguagem de outros membros do agregado. Em especial, chama a atenção de Dummett o caráter essencialmente primitivo que tal agregado linguístico poderia constituir. Podemos ler isso na seguinte passagem:

Tais pessoas poderiam, evidentemente, formar uma sociedade apenas do tipo mais primitivo. Eles não teriam dinheiro, e [teriam] apenas a forma mais casual de permuta; eles não fariam planos em conjunto, não manteriam conselhos, não elegeriam líderes; eles não dariam garantias e não fariam contratos; eles não proporiam questões, não transmitiriam informações, não dariam avisos ou [fariam] ameaças, não diriam coisas carinhosas, e não fariam declarações de amor ou amizade: e durante todo o tempo, cada um seria capaz dos mais sofisticados pensamentos, raciocínios e planos solitários.³⁹

Dummett está interessado nas consequências de um cenário tal como aquele descrito por Wittgenstein para mostrar a sua implausibilidade. Sua intenção no trecho acima é mostrar a dependência de nossas atividades mais triviais do caráter social da linguagem; dito de modo mais preciso, sua intenção é mostrar a interdependência entre nossa linguagem pública, nossas instituições e nossas relações pessoais. Nesse espírito, o fim do trecho acima encerra uma ironia, visto que uma das teses que Dummett defendeu sobre

³⁸ *Investigações Filosóficas*, §243.

³⁹ *The Seas of Language*, p. 184.

pensamento e linguagem é que “nossa habilidade para ter os pensamentos que temos depende estritamente de nossa interação com outros seres humanos”.⁴⁰ Discutiremos essa tese em outro momento do presente trabalho. Por ora, o que nos interessa no trecho é, mais uma vez, a radicalidade do caráter social da linguagem, que perpassa os elementos mais fundamentais da vida social tal como a conhecemos.

Pensar em como seria uma linguagem solitária pode nos ajudar a ver, por contraste, o quão presente a linguagem pública está em nosso modo de vida. Considerada por si mesma, contudo, uma linguagem solitária não desperta o interesse filosófico de Dummett. Pois, para ele, em última análise, ela não representa uma possibilidade. Ele sempre observou o princípio segundo o qual se uma palavra tem um significado, deve haver um modo correto e incorreto de usá-la. Para tanto, a palavra deve pertencer ao que, apoiando-se em Wittgenstein, Dummett chama de “prática”. Ao usar uma palavra seguimos sua regra de aplicação, e seguir uma regra para Dummett, assim como fora para Wittgenstein, é uma prática.⁴¹ Em um sentido amplo, uma prática pode ser inventada por um indivíduo e seguida apenas por ele, num sentido mais estrito, práticas são aquelas nas quais muitas pessoas participam, tais como o uso de dinheiro e o costume de dar presentes de aniversário. O próximo passo nessa linha argumentativa, que é discutível se também foi dado por Wittgenstein, é defender que apenas o sentido estrito de “prática” fundamenta o uso correto e incorreto das palavras. É possível ler em *The Nature and Future of Philosophy*:

O usuário de uma linguagem não apenas deve estar correto ou errado no que ele diz, tal como isso pode ser julgado por um observador externo que não mantém nenhum contato com ele; ele deve estar apto a saber quando está correto e quando está errado. Se ele não tem como saber, então ele julgará estar correto quando quer que pareça a ele estar correto; para ele, o que parece estar correto *será* o correto. Tal falante será incapaz de fazer a distinção entre o que é subjetivamente correto e o que é objetivamente correto, ele não terá o conceito de erro objetivo [...]. Ninguém pode ter uma linguagem a não ser como um membro de uma sociedade que tem a prática comum de usar aquela linguagem.⁴²

A suposição de Dummett é que um sujeito isolado de qualquer comunidade não tem como distinguir condições subjetivas de correção, isto é, quando do seu ponto de vista é correto usar a palavra de um determinado modo, de condições objetivas de correção, isto é,

⁴⁰ Thought and Reality, p. 27.

⁴¹ Investigações Filosóficas, §202; The Nature and Future of Philosophy, p. 141.

⁴² The Nature and Future of Philosophy, p. 142.

quando é correto usar a palavra, apesar de eventualmente não parecer ser correto aplicá-la deste ou daquele modo. Tudo se passa como se a comunidade linguística fornecesse, em termos normativos, a resistência necessária para o surgimento das condições objetivas para existência de erro (e acerto) na aplicação de palavras; à semelhança do papel que a surpresa e a vontade frustrada parecem ter ante a tarefa de dar corpo à ideia de realidade externa e objetiva. Por isso, se isolarmos em pensamento um falante de sua comunidade linguística, na qual aprendeu o uso das expressões, “cessa de haver qualquer certo ou errado em seu uso de sua linguagem pessoal; e conseqüentemente todo significado [de sua linguagem] evapora.”⁴³ A linguagem solitária seria então, mesmo em uma forma primitiva, impossível.⁴⁴

Terminamos esta seção com uma longa citação de um trecho de *Thought and Reality*, no qual Dummett nos oferece um esboço de descrição do processo de aquisição do conceito de memória. A citação exemplifica como, de acordo com ele, nossos conceitos dependem da nossa interação com outros sujeitos, o que serve também ao propósito de estrangular (um corpo morto, se o argumento acima é sólido) a noção de linguagem solitária.

Uma apreensão rudimentar do uso do tempo passado precede à aquisição do conceito de memória. Os pais usam o tempo passado para comentar com a criança sobre coisas que ela acabara de testemunhar – “O pássaro voou para longe”, “Lucy caiu” – e então sobre outras coisas que aconteceram muito recentemente – “onde está a bela boneca que tia Susan deu pra você ontem?” – eles contam com o fato de que a criança lembrará dos eventos em questão, sem ela saber ainda o que é se lembrar de algo. Com o tempo passado em seu estoque de formas de expressão, a criança então espontaneamente dará relatos de memória; ela também dará espontaneamente relatos de seus sonhos. A formação de ambos os conceitos, de memória e de sonho, dependem criticamente das diferentes reações que os adultos têm diante desses dois tipos de relato. Ao que é obviamente um relato de um sonho, eles reagem assegurando-a que aquilo não aconteceu realmente, eles deixam claro que não a estão acusando de ter inventado o relato, e *dão* a ela o nome “sonho” para usar ao dar tais relatos. Mas a criança aprende a distinguir seus relatos de sonho dos de memória como sendo capazes de estar certos ou errados; ela é aplaudida quando seus relatos de memória são reconhecidos como corretos, e corrigida quando são incorretos. Ela aprende que eles são uma fonte de informação para os outros, que podem reuni-los com fatos conhecidos por eles a partir de outras fontes

⁴³ *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 106.

⁴⁴ Aqui temos um exemplo de mudança de ideia dentro do pensamento dummettiano. Em 1989, quando *Language and Communication* veio a público, Dummett sustentava que uma linguagem solitária não era contraditória (p. 184). Em 1993, em *The Logical Basis of Metaphysics*, a ideia já figura como uma abstração que solapa as condições para algo ser uma linguagem (p. 106). Em 2010, em *The Nature and Future of Philosophy*, a uma linguagem solitária é declarada como impossível (cf. 142).

para compor uma narrativa complexa. Ela aprende que nem tudo que sabe sobre o que aconteceu conta como memória – por exemplo, não conta se ela soube por outros: ela tem que ter testemunhado o evento para que o seu relato constitua memória, e assim uma fonte de informação. Sem essa orientação e instrução dos outros, ela poderia conceber algumas aproximações de nossos conceitos de memória e sonho; mas eles não seriam mais do que uma caricatura grosseira dos conceitos que empregamos.⁴⁵

Mais adiante voltaremos a essa citação para tratar da prioridade, na ordem da aquisição, entre pensamento e linguagem.

2.4. Compreensão, Conhecimento e os Modos do Conhecimento Linguístico do Falante

Tradicionalmente, reconhecem-se dois tipos de conhecimento, o prático e o teórico. Pode-se pensar que o domínio de uma linguagem é um conhecimento prático, ou melhor, um conjunto complexo de habilidades práticas.⁴⁶ Segundo Dummett, conhecimento prático consiste na habilidade para fazer algo que, mesmo antes de se ter aprendido como começar a fazê-lo, sabe-se o que é fazê-lo.⁴⁷ Assim entendido, duas razões impedem o conhecimento de uma linguagem de ser caracterizado como um conhecimento prático puro. Primeiramente, como vimos acima, o uso da linguagem é uma atividade racional, controlada por motivos e intenções. Uma intenção ou motivo para realizar algo tem sempre como base um conhecimento, e não pode dizer respeito a algo que o falante não sabe sobre o caráter, significância, ou efeitos para a ação de algo. Além disso, e esta é outra razão, apenas ao adquirir uma linguagem é possível saber o que é falar uma linguagem, e por isso, a noção de tentar realizar algo não se aplica do mesmo modo às atividades práticas e à linguagem. Se *A* pergunta para *B*, “você sabe fazer *x*?”, sempre

⁴⁵ Thought and Reality, p. 27-8. Esse trecho apresenta também um breve modelo de como a linguagem é adquirida aos poucos. Sobre a questão de saber se esse processo de aquisição chega a um fim em algum momento, se em algum estágio o falante pode chegar a compreender completamente o significado de um termo, a resposta de Dummett é positiva. Chega-se a uma compreensão completa de um termo quando se adquire competência no uso daquele termo. No entanto, isso não significa que o uso desse termo, no decorrer do tempo, não esteja sujeito a alterações. Pelas mais variadas razões, o significado de um termo pode mudar com o passar do tempo e, em razão disso, o sujeito que antes o compreendia completamente pode voltar a ser um aprendiz. Para Dummett, as alterações futuras no uso de um termo não estão, em todos os casos e para todo o sempre, previstas pelo seu emprego atual. Em resumo, alguém compreende completamente um termo quando se torna competente em seu uso presente, e sua competência não deve ser avaliada *sub specie aeternitatis*.

⁴⁶ Dummett pensou assim um período de sua vida. O conhecimento de uma linguagem seria apenas uma habilidade prática complexa, e uma teoria do significado seria uma representação teórica de uma habilidade prática. Cf. The Seas of language, p. 36. Em tempo, não cuidamos de apresentar a evolução do pensamento de Dummett neste texto, e sim os seus resultados mais maduros.

⁴⁷ The Logical Basis of Metaphysics, p. 94.

fará sentido para *B* retrucar, “eu não sei, eu nunca tentei”, quando quer que “*x*” seja uma habilidade prática. De fato, se a prática for complexa, *B* provavelmente dirá simplesmente que não sabe fazer *x*, sendo impertinente acrescentar que nunca tentou. Porém, a negativa simplesmente significará que *B* não foi submetido a um treinamento adequado para ter a habilidade prática e que, portanto, *provavelmente* não sabe fazer *x*. À parte as cabíveis ressalvas, no entanto, a noção de tentar permanece na esfera do possível para *B*. Por outro lado, se *A* pergunta para *B*, “você sabe o que a palavra ‘anáfora’ significa?”, não está disponível para *B* responder que nunca tentou e por isso não sabe se a compreende ou não. Alguém que não saiba Espanhol não pode tentar falar Espanhol para ver como se sai, ao passo que alguém que não saiba nadar pode, ao menos, tentar; e em todo o caso saberá o que é nadar antes mesmo de tentar. Com base nisso, Dummett conclui que a compreensão de expressões linguísticas não pode ser vista como um conhecimento prático em sentido estrito ou puro.⁴⁸

Tampouco o conhecimento de uma linguagem pode ser tão-somente conhecimento explícito (teórico). Dummett define assim esse tipo de conhecimento: “consiste na capacidade de formular as proposições relevantes, de apresentá-las de modo conectado quando houver conexão entre elas, e de responder questões relativas a elas.”⁴⁹ Definido desse modo, é razoavelmente claro que o conhecimento de uma linguagem não pode ser completamente explícito, pois tal tipo de conhecimento pressupõe o domínio de uma linguagem na qual tais proposições seriam formuladas, apresentadas e na qual as questões relativas a elas seriam respondidas. Portanto, nem todo conhecimento de uma linguagem pode ser conhecimento explícito, ao menos uma parte mais primitiva da linguagem, na qual as formulações verbais são dadas, deve ser de outro modo.⁵⁰

Como é possível antever a partir das observações precedentes, para Dummett, o domínio de uma linguagem tem vários modos:

Alguns [desses conhecimentos] consistem em conhecimento explícito; alguns em uma habilidade puramente prática para seguir regras tácitas de inflexão, formação de frases, e assim por diante, que o falante é incapaz de formular; e alguns – os componentes mais profundos e mais

⁴⁸ Além disso, se compreender fosse tão-somente uma habilidade prática, tornar-se-ia misteriosa nossa capacidade de saber se compreendemos uma expressão. Essa capacidade, Dummett adverte, não é infalível; pode ocorrer, e de fato ocorre com certa frequência, que julgemos ter compreendido ainda que não tenhamos compreendido. O fenômeno da ilusão de compreensão não pode ser dominante, todavia. Cf. *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 93.

⁴⁹ *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 94.

⁵⁰ *The Seas of Language*, p. 45.

interessantes – em um complexo de práticas adquiridas que juntas constituem uma apreensão de um conteúdo.⁵¹

Desse modo, uma parcela de nosso conhecimento linguístico pode ser representada, por exemplo, por nosso domínio do teorema de Pitágoras, conhecimento que envolve, entre outras coisas, a capacidade de formular explicitamente o teorema; outra parcela por nosso conhecimento de regras que seguimos sem que necessariamente estejamos aptos a formular explicitamente o conteúdo desse conhecimento – esse é o caso do conhecimento possuído pela maioria dos jogadores de xadrez em relação à regra que regula os movimentos permitidos do cavalo –; outra parcela pode ser representada por nosso conhecimento da palavra “vermelho”, que só é possível caso estejamos engajados em práticas em sentido estrito (vide 2.3) sociais, e que não admite uma formulação explícita não circular.⁵²

Além de não ser homogêneo, o conhecimento de uma linguagem se singulariza por comportar um modo intermediário de conhecimento, que reúne características dos conhecimentos prático e teórico.⁵³ Quando alguém aprende a dançar Rumba não adquire um conhecimento de como fazer algo que já sabia o que era, mas que apenas não sabia como fazê-lo. Quando se trata de um conhecimento prático puro, vimos, é possível saber o que é fazer algo antes de estar apto a fazê-lo: saber *o que* é fazer algo e saber *como* fazê-lo são coisas distintas e separadas. A Rumba exemplifica uma atividade na qual andam lado-a-lado o saber o que é e o saber como fazer. Aprender Rumba é aprender *que* dançar rumba requer certos movimentos – conhecimento teórico –, ao mesmo tempo em que se apreende *como* executá-los – conhecimento prático.

⁵¹ The Logical Basis of Metaphysics, p. 102-3.

⁵² Geralmente as pessoas que sabem jogar xadrez dizem que o cavalo *anda* em “L”. Obviamente, isso não é um enunciado da regra que regula o movimento da peça Cavalo. Por essa razão, caso esse pretenso enunciado da regra seja emitido em um contexto de ensino das regras do jogo, a explicação terá que ser complementada por uma série de gestos sobre o tabuleiro, com a finalidade de esclarecer o que se entende por movimento em “L”. Se a explicação fosse completamente explícita, tal demonstração no tabuleiro seria desnecessária. Eis o que seria uma explicação explícita do movimento do cavalo: a peça se move duas casas na horizontal ou vertical e depois uma casa na vertical ou horizontal; ou uma casa na horizontal ou vertical e depois duas na horizontal e vertical.

⁵³ Propositamente, não tratarei aqui do conhecimento implícito, definido por Dummett como aquele que o sujeito possui e, apesar de não poder formular o conteúdo desse conhecimento, está apto a reconhecer como correta uma formulação dele caso uma lhe seja apresentada. A partir de 1992 (Cf. The Seas of Language, p. x-xii), Dummett passa a considerar que tal noção não tem poder explicativo, o que marca assim o abandono completo dessa noção em uma tentativa de explicar em que consiste o conhecimento de uma linguagem – vale lembrar que a noção de conhecimento implícito tem um papel fundamental em *The Theory of Meaning (II)* (36-37) e que aparece parcialmente defendida em *The Logical Basis of Metaphysics*, (p. 95-96).

Dummett, em *Thought and Reality*, trata deste modo a noção de conhecimento intermediário entre o prático e o teórico:

É apenas se você está inapto a expressar em palavras, ou ao menos inapto a fazer isso sem considerável esforço de pensamento, que ele é, na forma que você o possui, conhecimento de um tipo intermediário entre os tipos padrão de conhecimento prático e teórico.⁵⁴

Para Dummett, uma parte considerável de nosso conhecimento linguístico é, à semelhança da Rumba, conhecimento intermediário nesse sentido.⁵⁵

3. Sentido e Força

Até o presente momento estamos tratando a noção de significado como se ela fosse uma noção indivisível. Doravante, trataremos a noção como composta pelos ingredientes *sentido* e *força*.⁵⁶ O sentido de uma expressão é a parte de seu significado que é relevante para a determinação do valor de verdade de uma frase na qual ocorra, e a força é a parte do significado de uma expressão que serve para indicar que tipo de ato linguístico é realizado por meio de um uso de uma frase na qual a expressão ocorra.⁵⁷ Considere estas três frases, que poderiam compor um diálogo:

A – João é o presidente do conselho.

B – João é o presidente do conselho?

C – Tomara que João seja o presidente do conselho!

Segundo Dummett, essas frases diferem em força e compartilham o mesmo sentido. Ou seja, elas exprimem o mesmo conteúdo (pensamento), mas os atos linguísticos realizados por meio delas diferem de frase para frase – ora é dito que um dado pensamento é verdadeiro (A), ora pergunta-se se tal pensamento é verdadeiro (B), ora manifesta-se o desejo de que esse pensamento seja verdadeiro (C). Já estas:

⁵⁴ *Thought and Reality*, p. 49.

⁵⁵ Isso é o que Dummett tem em mente quando escreve, em *The Logical Basis of Metaphysics*, que os fins da linguagem são internos a ela. (Cf. *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 210).

⁵⁶ O leitor mais bem informado poderá sentir falta nesta seção de uma apresentação da noção de tom ou colorido. Embora o colorido seja parte do significado das expressões de uma linguagem – o colorido responde pelos aspectos literários de uma expressão que não afetam o valor de verdade de um enunciado no qual a expressão ocorra –, ele é uma noção periférica no que diz respeito ao problema do que é para algo ser uma linguagem. Por essa razão, não trataremos dessa noção neste trabalho. Para uma discussão do tema, da perspectiva de Dummett, ver *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 121-2. Sobre dúvidas sobre o que compõe a noção de significado e como Dummett as enfrenta, ver *Frege: Philosophy of Language*, p. 91-93.

⁵⁷ *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 113-4.

1. Há quatro pratos sobre a mesa.
2. O livro tem 300 páginas.
3. O jantar está servido.

Compartilham a mesma força (assertórica) e diferem em sentido.

Essa análise do significado em dois níveis não está comprometida com a ideia de que poderia haver uma elocução à qual estivesse associada apenas um sentido, mas nenhuma força. Toda elocução, na qual algo é dito, deve veicular uma força. Para Dummett, a razão de ser da distinção entre força e sentido não é separar duas coisas que não podem ser separadas quando se trata de elocuições completas, mas “reconhecer dois tipos de modos nos quais o falante pode ser mal compreendido”.⁵⁸ Um policial diz: “venha comigo!”. Alguém que não tenha entendido que se trata de uma ordem, mas tenha compreendido perfeitamente o sentido da elocução, pode responder: “não, obrigado; tenho outros planos. Quem sabe em outra ocasião?”. Por outro lado, um estrangeiro com um domínio precário do português, poderia compreender que lhe foi dada uma ordem, embora não saiba o que lhe foi ordenado fazer por não conhecer o sentido das palavras que compõe a ordem e dão a ela o seu conteúdo específico.⁵⁹

Há muitas coisas que podemos fazer com a linguagem: fazer perguntas; dar instruções, descrições, ordens e conselhos; fazer pedidos; expressar desejos, etc. O estudo dessa variedade de coisas, e o que é precisamente fazer cada uma delas, é relegado ao estudo da força. Entretanto, não é apenas em virtude da existência da enorme variedade de tipos de atos linguísticos que a distinção entre força e sentido se impõe no contexto de uma explicação do que é para algo ser uma linguagem. Embora seja difícil pensar em uma linguagem humana com a qual fosse possível fazer apenas uma coisa, por exemplo, exprimir desejos; essa dificuldade não esconde uma impossibilidade. Mesmo se houvesse uma linguagem na qual todas as elocuições tivessem a mesma força a distinção não seria ociosa. Por exemplo, da perspectiva de Dummett, se a linguagem dos construtores que Wittgenstein descreve em §2 de *Investigações Filosóficas* fosse, como ele sugere em §6, toda a linguagem de uma comunidade linguística (uma linguagem, portanto, na qual

⁵⁸ The Seas of Language, p. 123.

⁵⁹ Aqui cabe notar mais uma vez, de passagem, como a linguagem está interligada às instituições. O estrangeiro pode reconhecer que lhe foi dada uma ordem, independentemente do modo como o policial pronunciou a elocução, simplesmente por saber que o policial pertence a uma instituição que lhe confere essa autoridade.

apenas ordens são dadas), ainda assim a distinção teria valor explicativo. Nesse caso limite a explicação da linguagem continuaria a ter duas dimensões: em uma delas se explicaria como as frases diferem em sentido a partir de sua composição e das expressões que as compõem; na outra, se explicaria o ingrediente comum na significância de todas as frases. Dentre outras coisas, uma explicação do uso imperativo dos enunciados descreveria as relações de autoridade reconhecidas pela comunidade, a relação entre as elocuições e as reações do ouvinte, e as consequências em caso de desobediência. À luz desse pano de fundo geral, a outra dimensão da linguagem, a do sentido, explicaria como a ação que se espera ver realizada depende do conteúdo específico da elocução. Assim, uma linguagem mais primitiva não tornaria a distinção ociosa, apenas tornaria mais simples tarefa de explicar o que é uma linguagem.

4. A Distinção entre Sentido e Referência

Já vimos que caracterizar o significado de uma expressão é falar sobre o que os falantes e a comunidade linguística *sabem* sobre a expressão. Como o sentido faz parte do significado, consequentemente, explicar o sentido de uma expressão é explicar pelo menos parte do que o sujeito sabe sobre essa expressão. Essa seção e as suas subseções são dedicadas a mostrar como, segundo Dummett, compreender o sentido de uma expressão não pode ser equivalente a conhecer sua referência; e que, portanto, deve-se distinguir sentido e referência. Dummett entende que conhecer o sentido de uma expressão é saber tudo que é relevante para determinar o seu referente, isto é, que, dado como o mundo é, o sentido é aquilo que determina a referência.⁶⁰ Nas próximas subseções apresentaremos dois argumentos dummettianos em favor da distinção entre sentido e referência.⁶¹ Antes, porém, faremos breves observações sobre como Dummett interpreta a expressão “X conhece a referência de ‘c’”, e, embora Dummett a discuta para todas as

⁶⁰ A apresentação que agora se inicia, para ser mais precisa, deveria ser dada em termos da noção de *valor semântico*, e não em termos da noção fregeana de referência. Porém, por simplicidade, vamos seguir usando o termo “referência”. Afinal, aquilo para o qual, sobretudo, importa fazer a distinção entre valor semântico e referência não está em questão aqui, a saber, o debate entre realistas e antirrealistas. Para uma explicação detalhada da distinção, conferir *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 20-40.

⁶¹ Dummett acredita que, de modo mais ou menos explícito, esses argumentos já estão presentes nos escritos de Frege. O leitor facilmente perceberá a influência de *Sobre Sentido e Referência* na apresentação do primeiro argumento. A tarefa é um pouco mais difícil no que diz respeito ao argumento cognitivo. Essa questão exegética (se esses argumentos estão, tal como apresentados por Dummett, presentes nos textos de Frege) não nos interessa aqui. Vamos seguir supondo que os argumentos são de Dummett.

expressões linguísticas logicamente relevantes, vamos por simplicidade nos concentrar nos casos nos quais “c” é um termo singular.⁶²

A expressão “X conhece a referência de ‘c’”, a seu ver, não é muito clara, e por isso sua estratégia passa por dar a ela outra formulação. No sentido relevante para a presente discussão, conhecer a referência de “c” é equivalente a saber ao que “c” refere, e não a simplesmente ter tido contato com ou conhecer o objeto *c*. Se X teve contato com João, então, em certo sentido, X conhece João; no entanto, se X ignora que João se chama “João”, X não sabe que “João” refere a João. A relação que interessa aqui se dá entre três elementos: um sujeito, um objeto e um item linguístico. A expressão “X sabe ao que “c” refere” é um caso particular de “X sabe o que é *F*”, em que “*F*” é um predicado. Essa última expressão atribui a um falante um *conhecimento de que* por contraste com atribuições de *conhecimento que P*, em que “*P*” é uma frase – conhecimento proposicional. As atribuições de *conhecimento de que* compreendem os conhecimentos *de que, de onde, de quando, de quem*, e alguns casos de conhecimento de como – por exemplo, o conhecimento *de como* um veneno foi administrado, ou *de como* uma máquina funciona.

Um *conhecimento de que* pode ser explicado por meio de uma atribuição de conhecimento que envolve quantificação existencial: “X sabe o que é *F*” é equivalente a “Para algum *y*, X sabe, de *y*, que ele é *F*”. Um exemplo talvez ajude a tornar intuitiva essa equivalência: “A polícia sabe quem matou João” (um caso de *conhecimento de que*, portanto, um caso da fórmula “X sabe o que é *F*”) significa que “Para algum *y*, a polícia sabe, de *y*, que ele matou João”. Agora, a quantificação existencial que ora consideramos apenas será verdadeira caso haja pelo menos uma frase verdadeira com a forma “X sabe, de *z*, que ele é *F*”, em que “*z*” é uma variável para objetos. A uma frase com essa última forma Dummett denomina *atribuição de conhecimento predicativo*. Um caso particular de conhecimento predicativo é a frase “X sabe, de *c*, que “c” refere a *c*” – note-se que “*F*” foi substituído pelo predicado “‘c’ refere a (...)”. Assim, com base nessas equivalências, Dummett propõe que a expressão “conhecer a referência de ‘c’” (ou “X conhece a referência de ‘c’”) deve ser entendida como um caso especial de conhecimento

⁶² Cf. Truth and Other Enigmas, p. 124-133.

predicativo; mais precisamente, como um exemplo da fórmula “X sabe, de *c*, que “*c*” refere a *c*”.⁶³

A princípio, as atribuições de conhecimento proposicional (X sabe que *P*) e predicativo (X sabe, de *z*, que ele é *F*) não representam tipos de conhecimento distintos, mas são apenas modos pelos quais podemos atribuir conhecimento a um sujeito. Dummett deixa propositalmente em aberto a questão sobre se é ou não possível haver tipos de conhecimento apenas atribuíveis desse ou daquele modo. Entretanto, esses dois tipos de atribuição envolvem pelo menos uma diferença importante: as atribuições predicativas caracterizam um contexto transparente, o que não ocorre com as atribuições proposicionais. Assim, por exemplo, se “*a=b*” e “X sabe, de *a*, que ele é *F*”, então “X sabe, de *b*, que ele é *F*”; mas “X sabe que *b* é *F*” não é implicada por “*a=b*” juntamente com “X sabe que *a* é *F*”. Em primeira análise, portanto, não se pode alternar indiscriminadamente o modo de atribuição de conhecimento.

4.1.O Argumento de Identidade

Dummett explica deste modo a informatividade de um enunciado: “um enunciado é informativo, se, ao descobrir que ele é verdadeiro, por isso descobrimos algo mais; isto é, mais do que o mero fato de que o enunciado é verdadeiro”.⁶⁴ Suponhamos que alguém encontre registrada em um jornal confiável uma frase que não compreende, em uma língua que não domina. A frase encontra-se devidamente aspeada e é precedida pela locução “esta frase exprime uma verdade...”. Nosso sujeito agora sabe que a frase cujo sentido desconhece é verdadeira, mas essa descoberta não lhe trouxe nenhuma informação adicional – e aqui subjaz uma distinção que será importante para as próximas seções, a entre saber que *P* é verdadeiro e saber que “*P*” é verdadeiro.⁶⁵ Agora, é uma condição para a explicação de enunciado informativo dada acima que o sujeito compreenda a frase cuja eventual descoberta de sua verdade lhe trará outra informação além de que ela é verdadeira. Desse modo, o conteúdo informativo de um enunciado pode ser caracterizado como aquilo que alguém que compreende as palavras do enunciado, mas que não possui nenhuma outra informação relevante sobre o enunciado, pode vir a saber quando descobre que o enunciado é verdadeiro.

⁶³ Cf. *Truth and Other Enigmas*, p. 124-6; *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 126-130.

⁶⁴ *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 124.

⁶⁵ Conferir seção 5.1.1.

Em sua versão original, o argumento de identidade explora a ideia de que um enunciado de identidade não poderia ser informativo se compreender o sentido de uma expressão envolvesse conhecer sua referência. De modo esquemático esse argumento pode ser apresentado deste modo:

1. $a=b$;
2. X compreende “a”, “b” e “=”;
3. X compreende “=” significa que X sabe que uma frase na qual “=” figure entre dois termos singulares será verdadeira se, e somente se, ambos os termos tiverem a mesma referência;
4. “X compreende ‘a’” significa o mesmo que “X sabe, do objeto a , que ‘a’ refere a ele”;
5. “X compreende ‘b’” é um caso de “X sabe, do objeto a , que ‘b’ refere a ele”;
6. Se “X sabe, do objeto a , que ele é F” e “X sabe, do objeto a , que ele é G”, então “X sabe, do objeto a , que ele é F e G”.

A conclusão dessas premissas é que X sabe, por compreender o enunciado “ $a=b$ ”, que ele é verdadeiro e, por conseguinte, dada a generalidade das premissas, nenhum enunciado de identidade poderia ser informativo no sentido discutido pouco acima. Obviamente, essa conclusão não é, em geral, aceitável. Algo deve estar errado. O problema do argumento não pode estar nas premissas (1), (2) e (3) – as duas primeiras são verdadeiras por postulação e a terceira é estritamente baseada na definição da relação de identidade. (6) é chamada por Dummett de *pressuposição da conjunção* e será discutida no próximo argumento. Até lá vamos supô-la correta. Assim, dado que o argumento é válido, nos resta apenas concluir que (4) ou (5) é falsa, e, dado que ambas estão comprometidas com a mesma estratégia, não é precipitado dizer que não apenas uma, mas ambas, são falsas. Portanto, se enunciados de identidade podem ser informativos, compreender uma expressão, conhecer o seu sentido, não pode envolver um conhecimento de sua referência. Consequentemente, sentido e referência devem ser distinguidos.

O argumento de identidade pode ser expandido para todas as frases atômicas, aquelas com a forma Fa .

7. Fa ;
8. X compreende “a” e “ $F(x)$ ”;
9. X compreende “a” é o mesmo que “X sabe, de a , que ‘a’ refere a ele”;

10. X compreende “F(x)” significa que “X sabe, de cada objeto, se ou não o predicado é verdadeiro dele”;
11. Se “X sabe, de *a*, que ‘a’ refere a ele” e “X sabe, de *a*, se ou não ‘F(x)’ é verdadeiro de *a*; então, “X deve saber, de *a*, que tanto ‘a’ refere a ela e que o predicado ‘F(x)’ é verdadeiro de *a*.”

A conclusão é que X sabe o valor de verdade de *Fa* simplesmente por compreender *Fa*. (11) é uma versão da pressuposição da conjunção, e sua verdade será assumida até a próxima subseção. Como a conclusão é inaceitável, (9), (10) ou ambas devem ser falsas. Por conseguinte, o sentido de uma frase atômica também não deve ser identificado com o conhecimento de sua referência.⁶⁶

4.2.O Argumento cognitivo

O segundo argumento em favor da distinção entre sentido e referência é um pouco mais complexo. Se a lição do argumento de identidade, em suas duas versões, é que conhecer o sentido de uma expressão não pode ser identificado com conhecer sua referência, o segundo argumento, o argumento cognitivo, tem como lição que compreender o sentido de uma expressão em nenhum caso pode se limitar ao *conhecimento puro da referência*. Por um *conhecimento puro da referência* de “a”, Dummett entende a seguinte conjunção: saber, de *a*, que o termo singular “a” refere a ele; e saber apenas isso, isto é, considerar que essa atribuição predicativa caracteriza completamente o conhecimento que se tem sobre a referência de “a”.⁶⁷ Ou, formulado de modo mais prosaico, saber, acerca de um dado objeto, que um nome refere a ele e saber apenas isso sobre o objeto e a expressão que o nomeia. Podemos então dizer, de modo mais breve e preciso, que a lição pretendida pelo argumento cognitivo é que a atribuição a um indivíduo de um conhecimento puro da referência de uma expressão nunca é correta.

O argumento cognitivo tem duas premissas:

12. Todo conhecimento teórico é conhecimento proposicional, isto é; para toda atribuição verdadeira de conhecimento predicativo, há alguma atribuição de conhecimento proposicional verdadeira que a implica;
13. Toda atribuição de conhecimento predicativo implicada por uma atribuição verdadeira de conhecimento proposicional também é implicada por outras

⁶⁶ The Logical Basis of Metaphysics, p. 124, 126.

⁶⁷ Cf. Truth and Other Enigmas, p. 126; The Logical Basis of Metaphysics, p. 127.

atribuições verdadeiras de conhecimento proposicional não equivalentes entre si.

Portanto, nenhuma atribuição de conhecimento predicativo pode ser uma caracterização completa de um conhecimento possuído pelo falante; em outras palavras, o conhecimento puro da referência não é possível. Mostramos acima que, segundo Dummett, dizer que um sujeito X sabe a referência de um termo é dizer que ele sabe, de um dado objeto, que esse termo refere a ele. A premissa (12) estabelece que, se a atribuição de conhecimento predicativo é correta, ela deve sê-lo em virtude do conhecimento de alguma proposição por parte do falante.⁶⁸ A premissa (13), por sua vez, estabelece que a proposição que o sujeito sabe, em razão de ser correta a atribuição do conhecimento predicativo, não é determinada pela atribuição predicativa, ou seja, há outras proposições que, se fossem conhecidas pelo sujeito, implicariam a atribuição do mesmo conhecimento predicativo a ele. Assim, ainda que o conhecimento que um indivíduo tem ao apreender o sentido de um termo envolvesse o conhecimento da referência da expressão, esse conhecimento não se esgotaria no conhecimento da referência.

O fundamento para (12) é que tudo aquilo que serve para mostrar a posse de qualquer conhecimento teórico por parte de uma falante serve igualmente para manifestar seu conhecimento de alguma proposição. Em especial, isso é o caso para o que quer que sirva como manifestação da posse de um conhecimento que torne uma atribuição predicativa verdadeira. Por exemplo, a polícia pode manifestar seu conhecimento, acerca de João, de que ele matou José, por prender alguém e acusá-lo de assassinato. Para prender alguém, é preciso identificá-lo de algum modo, por isso, a ação da polícia também serviria para manifestar seu conhecimento da proposição que um homem identificado por tais e tais meios assassinou José.

Ainda explorando o mesmo exemplo, o fundamento para (13) é que, seja qual for o modo pelo qual a polícia identificou João, sempre haverá outros modos de identificá-lo – por traços fisionômicos, pelo DNA, pelas circunstâncias do crime, por seu comportamento verbal, por seu histórico, etc. –, e cada um desses modos manifesta uma proposição diferente. Desse modo, sempre há várias proposições cuja manifestação do conhecimento serviria para justificar a mesma atribuição de conhecimento predicativo. Por essa razão, o puro conhecimento da referência de um termo não é possível: deve

⁶⁸ “proposição” é sinônimo de *pensamento* nesta e nas próximas seções.

sempre haver uma dimensão cognitiva no conhecimento da referência de um termo, que corresponde à proposição ou às proposições que servem de lastro para esse conhecimento.

69

4.3.Observações sobre a inter-relação dos dois argumentos

Os argumentos de identidade e cognitivo parecem ter conclusões conflitantes, visto que enquanto o argumento de identidade estabelece que o conhecimento da referência não é implicado pela compreensão de uma expressão, o argumento cognitivo estabelece que compreendemos a referência de uma expressão ao compreendê-la, embora esse conhecimento não seja puro. A aparência de conflito já está presente nas premissas do argumento. Se a premissa (12) fosse falsa, a verdade de uma atribuição predicativa de conhecimento não precisaria ser implicada por uma atribuição de conhecimento proposicional verdadeira. Nesse caso, a pressuposição da conjunção, que figurou como premissa (6) do argumento de identidade e como a premissa (11) em sua extensão às frases atômicas, adquiriria grande plausibilidade. Por exemplo, se X sabe, de Vênus, que “A Estrela da Manhã” refere a Vênus, e também sabe, de Vênus, que a “A Estrela da Tarde” refere a Vênus, e esses dois conhecimentos predicativos que X tem não consistem no conhecimento de uma proposição, então X tem um conhecimento puro da referência de “A Estrela da Tarde” e de “A Estrela da Manhã”. Assim, a falsidade de (12) é uma razão em favor da verdade da pressuposição da conjunção. Agora, se (13) fosse falsa, e (12) verdadeira, o conhecimento predicativo de X poderia se restringir a uma única proposição para a atribuição predicativa “X sabe, de Vênus, que ‘A Estrela da Manhã’ refere a ele”, e a uma única para a atribuição predicativa “X sabe, de Vênus, que ‘A Estrela da Tarde’ refere a ele”. Também nesse caso, então, teríamos uma razão para crer na verdade da pressuposição da conjunção.

Por fim, se (12) e (13) forem verdadeiras, a pressuposição da conjunção deve ser falsa. Nesse cenário, X pode conhecer a referência de “A Estrela da Manhã” e de “A Estrela da Tarde” e não saber, de Vênus, que ambos os termos referem a ele.

Entretanto, esse resultado não deve levar à conclusão de que o argumento cognitivo e o de identidade são incompatíveis. Considerados um após o outro, como

⁶⁹ Vide seção 6 do presente capítulo.

Dummett recomenda, esses argumentos nos levam a reinterpretar a noção de *conhecer a referência de a*, como usada no argumento de identidade, e a concebê-la de um modo que não justifique a pressuposição da conjunção. Em conjunto, os argumentos atacam a noção de conhecimento puro da referência. A caracterização do conhecimento da referência de um termo, então, deve incluir uma especificação da proposição sobre a qual o conhecimento da referência desse termo repousa.⁷⁰ O sentido do termo consistirá nessa proposição, e, por conseguinte, a compreensão do sujeito do sentido do termo consistirá em sua compreensão de determinada proposição. As diferenças de sentido que um termo pode apresentar refletem assim as diferentes proposições que podem implicar o conhecimento da referência de um termo.⁷¹

Vê-se assim em que sentido é correto, segundo Dummett, falar em “conhecimento da referência de um termo”. Ele, no entanto, prefere não usar essa expressão, porque seu uso, se não for precedido por numerosas explicações, pode levar o leitor a entendê-la segundo uma interpretação que justifique o uso da pressuposição da conjunção.⁷² Na próxima seção, voltaremos a falar da relação entre sentido e referência.

Antes de concluir essa subseção, vamos fazer mais algumas considerações sobre as relações de controle que regem os argumentos cognitivo e de identidade. Sustentar apenas o argumento cognitivo implica aceitar que o falante que compreende um termo deve associar um sentido ao termo, e esse sentido consiste em seu conhecimento de uma proposição. Porém, não estabelece que proposição ele deve associar a cada termo de uma linguagem. A correção do argumento não implica, desse modo, que os falantes devam associar as mesmas proposições aos mesmos termos da linguagem, apenas que devem associar algum sentido. Assim, o argumento cognitivo não avança na direção de mostrar que o sentido é uma característica dos itens de uma linguagem *pública*, e que as pessoas de uma comunidade linguística devem entender os mesmos itens linguísticos do mesmo modo. O argumento de identidade, por outro lado, avança nessa direção, pois diz respeito ao uso da linguagem para a comunicação entre os membros da comunidade linguística. A noção de conteúdo informativo é tal que o conteúdo informativo de uma frase é constante de falante a falante. Que um sujeito já saiba que uma frase *P* é verdadeira significa que ela já não é informativa para esse sujeito, mas esse fato em nada altera o conteúdo

⁷⁰ Cf. *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 132-3.

⁷¹ Cf. *Truth and Others Enigmas*, p. 131-132.

⁷² Cf. *Truth and Others Enigmas*, p. 132.

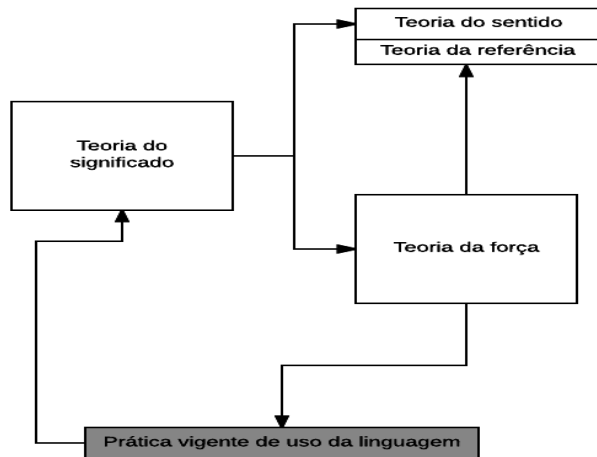
informativo da frase. Uma frase é informativa por ter um conteúdo que pode servir para dar uma informação que um membro de uma comunidade linguística, na qualidade de membro da comunidade linguística e de conhecedor do significado das expressões de sua linguagem, pode não ter. A informatividade de uma frase é, desse modo, uma característica da frase em relação à comunidade linguística, e não em relação a um membro particular dessa comunidade. Tampouco é suficiente para o uso de uma frase com o propósito de comunicar que os falantes deem a mesma interpretação a ela, é preciso também que os falantes estejam conscientes desse fato. Por essas razões, os argumentos devem ser entendidos como complementares.

Assim, os resultados são: que compreendemos o sentido, mas não a referência dos termos – dado que é preferível reservar a expressão “conhecer a referência” para o conhecimento puro da referência –, que todos os termos devem ter um sentido a eles associados, que esse sentido consiste em uma proposição, e que, por fim, essa proposição deve ser a mesma para os mesmos itens linguísticos de uma comunidade linguística.

5. Algumas considerações sobre Teoria do Significado

Em sua análise da noção de significado, Dummett distingue dentro da noção de significado sentido e força, e expurga do significado motivos, intenções e a referência das expressões. Conhecer o significado de uma elocução é, assim, compreender o seu sentido e saber o ato linguístico que por meio dela é efetuado; mas não envolve também saber os motivos ou intenções que subjazem a elocução, nem, no sentido já explicado, conhecer a referência de seus termos. Essa análise do conceito de significado é baseada em observações como as que expusemos acima, e a finalidade dessa análise é consolidar os alicerces para uma análise mais sofisticada, uma análise via teoria do significado.

O seguinte esquema é instrutivo para entender como uma teoria do significado está estruturada:



Uma teoria do significado é composta por três sub-teorias, as teorias da força, do sentido e da referência. O termo *teoria* aqui não deve assustar, ele apenas sinaliza que o estudo dos elementos que compõem a noção de significado é sistemático.⁷³ A teoria da força estabelecerá a conexão entre o sentido das frases e a prática vigente da linguagem em uma comunidade linguística – o que é indicado no esquema acima pela posição intermediária que a teoria da força ocupa entre a teoria do sentido e a prática vigente no esquema. A teoria da referência, ou teoria semântica, determina recursivamente a aplicação, a cada frase de uma linguagem, da noção considerada central em uma teoria do significado. Essa noção pode ser a de falsificação, verificação, de consequência, mas dentre todas as alternativas até hoje aventadas a mais aceita é a noção de verdade. Uma vez que se assuma que a verdade é a noção central, a teoria da referência especificará sob que condição cada uma das frases da linguagem é verdadeira. A teoria faz isso, para cada uma das infinitas frases de uma linguagem, por atribuir a cada palavra da linguagem uma referência.⁷⁴ Dito de modo mais simples e mais impreciso: a teoria da referência é a parte

⁷³ The Seas of Language, p. 1. Embora, à primeira vista, abordar o conceito de significado por meio de uma *teoria* pareça envolver muitos pressupostos, o motivo de Dummett aderir a tal método de investigação deve-se ao fato de que, de acordo com ele, sabermos pouco, quase nada, sobre o conceito de significado. Não saberíamos a forma superficial dos enunciados que contêm o conceito de significado; não saberíamos se a forma característica de atribuição de significado a uma expressão é “O significado da expressão X é...”, ou “X significa o mesmo que...”; tampouco saberíamos se essa questão (a questão sobre qual a forma de atribuição de significado a uma expressão) é a que devemos fazer para elucidar o conceito de significado. Talvez a investigação não se deva concentrar sobre a forma característica de atribuição de significado a uma expressão, e sim sobre como é possível comunicar o significado de uma expressão de outro modo do que por enunciar esse significado. Ou talvez a investigação não deva fazer uso do conceito de significado, assim como uma teoria química não precisa usar o conceito de química em suas investigações, isto é, talvez a investigação do conceito de significado não deva recorrer explicitamente ao conceito de significado a fim de elucidá-lo. Em meio a essas questões é que Dummett avalia que sabemos pouco sobre o conceito de significado.

⁷⁴ The Seas of Language, p. 84.

da teoria do significado que se ocupa daquilo que os livros de lógica chamam de sintaxe lógica e interpretação semântica dessa sintaxe.

Note-se que a teoria do sentido aparece conjugada à teoria da referência em nosso esquema. O propósito dessa parte do esquema é mostrar que a teoria da referência constitui a base de uma teoria do sentido. Esse modo de entender a relação entre as teorias do sentido e da referência é uma consequência da adesão de Dummett à tese fregeana segundo a qual, dado como o mundo é, o sentido determina a referência. Em uma interpretação branda dessa tese, o que ela estabelece é que duas expressões não podem ter o mesmo sentido e referências distintas. Em uma interpretação mais forte, a tese estabelece que conhecer a referência de uma expressão é saber a condição para ela ter uma dada referência.⁷⁵ Se essa tese fosse rejeitada, principalmente em sua versão forte, a noção de referência se tornaria completamente ociosa em uma caracterização do significado de uma expressão e, por conseguinte, em uma teoria do significado. Por exemplo, no que diz respeito aos termos singulares, fosse a tese ora discutida falsa, a compreensão de um falante de um termo singular não envolveria a posse de uma concepção de que o termo singular tem uma referência e uma explicação sobre o que é conhecer o sentido de uma expressão poderia ser dada sem fazer uso da noção de referência. Isso não apenas soou como absurdo para Dummett como também lhe pareceu paralisante, pois, se a tese de que o sentido determina a referência fosse falsa, não teríamos nem por onde começar a explicar a noção de sentido. Assim, pensou Dummett, se a tese é correta, uma teoria do sentido deve ser ter como base uma teoria da referência.

Voltaremos ao esquema acima nas seções abaixo. Antes, porém, de encerramos esta seção sobre a estrutura de uma teoria do significado, vamos apresentar uma importante distinção entre teorias do significado. Podemos expressar conceitos por meio da linguagem, então, uma teoria do significado deve incorporar uma explicação de todos os conceitos exprimíveis por uma linguagem, pelo menos os exprimíveis por expressões unárias da linguagem em questão. Quando uma explicação direta do conceito não for possível por se tratar de conceito primitivo, deve-se explicar o que é apreender o conceito, isto é, o que é usar uma dada palavra como exprimindo um dado conceito – doravante chamaremos essa tarefa de uma teoria do significado de *tl*.⁷⁶ Além disso, dado que a teoria do significado é uma teoria de uma linguagem particular, e não de toda e qualquer

⁷⁵ The Logical Basis of Metaphysics, p. 143-4.

⁷⁶ Reply to McDowell, p. 267; The Logical Basis of Metaphysics, p. 108.

linguagem possível, e dado que um sujeito pode ter os conceitos que a teoria explica por dominar outra linguagem que não aquela de que trata a teoria, a teoria tem também a tarefa de associar os conceitos às palavras – isto é, mostrar ou enunciar quais conceitos são expressos por quais palavras da linguagem sobre a qual se teoriza. Vamos chamar essa última atribuição de uma teoria do significado de *t2*. Dummett denomina uma teoria do significado que assuma como sua tarefa apenas *t2* de teoria do significado modesta, e uma envolva ambas as tarefas, *t1* e *t2*, de teoria do significado completa. Como observado acima, essas duas tarefas, a de explicar os conceitos expressáveis pela linguagem e a de associar conceitos a palavras, não precisam de fato ser realizadas para que uma teoria do significado alcance sua finalidade, mas deveríamos saber como realizar tais tarefas.

A controvérsia sobre se a teoria do significado deve ser completa ou modesta põe no centro a questão sobre a relativa prioridade entre pensamento e linguagem, na ordem da explicação. Há duas posturas que um teórico da modéstia pode assumir, ambas incompatíveis com a tese da prioridade. A primeira consiste em dizer que *t2* é, em princípio, irrealizável. Quando esse for o caso diremos que a teoria modesta é *extrema*. A segunda singulariza-se por considerar *t2* realizável, mas não dentro dos limites de uma teoria do significado – tal tarefa deveria ser realizada em outro momento, por uma teoria dos conceitos ou pensamentos concebida de modo independente de uma teoria do significado.⁷⁷ Chamaremos a esse tipo de teoria de teoria modesta *branda*. A teoria branda é a posição dos teóricos do pensamento, e a posição extrema representa a tese da não prioridade. Desse modo, as duas vertentes de modéstia representam os dois tipos de rejeição previstas na Introdução deste texto.

5.1. Teoria do significado modesta

Em *What is a Theory of Meaning I*, Dummett apresenta o esboço de uma teoria do significado modesta, uma teoria que pretende realizar apenas *t2*.⁷⁸ O centro dessa teoria do significado (a sua teoria da referência) é uma teoria da verdade nos moldes da definição da expressão “frase verdadeira” que Tarski nos legou. Dessa feita, no entanto, a ideia não é explicar o conceito de verdade, e sim, assumindo esse conceito como já conhecido,

⁷⁷ *The Seas of Language*, p. 25.

⁷⁸ Quando escreveu o artigo, Dummett acreditava que a posição que ele ali apresenta como uma teoria modesta do significado representasse a posição de Davidson. Posteriormente, Dummett admitiu que o interpretara incorretamente. Por essa razão, exporemos, no corpo do texto, um esboço de teoria do significado modesta sem atribuí-la a Davidson; embora, como poderá ser facilmente percebido, a teoria se aproxime em muitos momentos das ideias de Davidson sobre a forma de uma teoria do significado. Cf. *The Seas of Language*, p. ix; *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 108.

oferecer uma interpretação da linguagem-objeto. A teoria da verdade irá gerar uma frase-T para cada frase da linguagem-objeto. Em sua versão mais simples, a teoria produz uma frase com a forma “A frase *F* é verdadeira se e somente se *P*” para todas as frases da linguagem-objeto. Assim, por exemplo, se a linguagem-objeto fosse o português, teríamos:⁷⁹

1. “A Terra se move” é verdadeira se e somente se a Terra se move.

Uma teoria do significado deve explicar como uma linguagem funciona, por isso deve dar conta do fato de que, por compreendermos um número finito de palavras e regras de combinação entre elas, estamos aptos a compreender um número potencialmente infinito de frases.⁸⁰ Uma teoria da verdade tarskiana, coração da teoria do significado que ora consideramos, por conter uma definição recursiva de verdade nessa linguagem, mostrará como os significados das frases dependem dos significados das palavras que as compõem. Assim, a nossa primeira frase, (1), aparece como um teorema da teoria do significado, um teorema derivado destes axiomas:

2. “A Terra” denota a Terra
3. É verdadeiro dizer de algo que “ele se move” se e apenas se ele se move.

A relação entre uma teoria da verdade tarskiana e uma teoria do significado – uma caracterização completa do significado de todas as expressões de uma linguagem – pode ser vista uma vez que observemos que a parte de (1) situada à direita da expressão “se e somente se” dá a condição necessária e suficiente para a verdade da frase nomeada à sua esquerda, e que dar as condições de verdade de uma frase é um modo de dar o seu significado.⁸¹ Outro modo de apresentar a mesma ideia é dizer que é possível derivar de (1), por meio da substituição de “se e somente se” por “significa que”, uma frase tal como:

4. “A Terra se move” significa que a Terra se move.

Uma teoria do significado desse tipo enuncia o que alguém que compreende “a Terra se move” sabe, mas não explica em que consiste esse conhecimento. Do mesmo modo, quem quer que compreenda (2) e (3), compreenderá o termo singular “A terra” e a expressão predicativa “...se move”; mas, uma vez mais, teríamos um caso de uma caracterização do

⁷⁹ É arbitrário e irrelevante para a teoria que estamos esboçando se metalinguagem é uma extensão da linguagem objeto, ou se é outra linguagem.

⁸⁰ Cf. Davidson, *Truth and Meaning*, p. 304.

⁸¹ Conferir o celebre artigo de Davidson “Truth and Meaning”, p. 310.

objeto de conhecimento, e não uma explicação de em que consiste esse conhecimento. Exatamente por isso a teoria que esboçamos acima é uma teoria do significado modesta: ela não explica os conceitos expressos pelos axiomas da teoria do significado.

5.1.1 A pressuposição de uma linguagem

Deve-se ter presente que a especificação do significado de uma expressão por uma teoria do significado modesta não está necessariamente comprometida com uma óbvia circularidade, como se suas proposições meramente estabelecessem que uma expressão significa o mesmo que outra do mesmo tipo⁸², ambas pertencentes à mesma linguagem. Em (1), por exemplo, a expressão à direita do bicondicional está sendo *usada* e não mencionada. Isso significa que nenhuma linguagem específica está sendo pressuposta, apenas é afirmado que certo conteúdo deve ser associado a determinada expressão. Caso a metalinguagem na qual a condição para a verdade de “A Terra se move” não fosse uma extensão da linguagem-objeto, teríamos, por exemplo:

5. “A Terra se move” means that the Earth moves.

Nesse caso, fica claro que não se pressupõe uma compreensão da frase “A terra se move”, mas que uma compreensão dela é obtida via o conhecimento das expressões da metalinguagem. A ausência de circularidade na explicação de “A Terra se move”, em (5), a torna potencialmente informativa, ainda que não resolva o problema da ineficiência explicativa de uma teoria modesta do significado. Não resolve porque explica uma linguagem por meio de outra, e isso não nos ajuda a compreender, em última análise, em que consiste o domínio de uma linguagem. O expediente apenas transfere nossas perplexidades para outra linguagem, a metalinguagem.

Também é possível pensar sobre a insuficiência, no contexto de uma explicação do conhecimento de uma linguagem, de apenas especificar o que deve ser conhecido pelo falante se ele deve dominar uma linguagem, por meio da seguinte distinção:

6. X sabe que “P” é verdadeira;

7. X sabe que P.

Essa é a distinção já mencionada acima entre saber, de uma frase, que ela é verdadeira e conhecer a proposição expressa pela frase. Essa distinção é um meio de exprimir a

⁸² No sentido de *type*, da distinção entre *token* e *type*.

diferença que existe, por exemplo, entre dizer, de X, que ele sabe que a frase “19 é primo” é verdadeira e dizer, de X, que ele sabe que 19 é primo. Qualquer um que conheça o significado de “significa que” sabe que um caso de “‘P’ significa que P” exprime uma verdade, a despeito de conhecer ou não o que “P” significa.⁸³ O teórico do significado não quer apenas dizer que o sujeito que domina uma linguagem sabe que o axioma (2) é verdadeiro, ele quer atribuir ao falante o conhecimento da proposição expressa por esse axioma. E aqui o caminho se bifurca: ou (a) atribuir ao falante o conhecimento da proposição requer que o falante compreenda *P* ou outra frase que exprima a mesma proposição; ou (b) é possível “atribuir ao falante da linguagem-objeto um conhecimento expresso pelas proposições da teoria da verdade independentemente de qualquer linguagem na qual essas proposições poderiam ser expressas”.⁸⁴ Por razões a serem apresentadas em seções subsequentes, Dummett é um opositor de (b). Dado (a), um exemplo de (7) não pode ser o ponto final de explicação em uma teoria do sentido. Por exemplo, se X conhece a proposição expressa por (4) – “A Terra se move” significa que a Terra se move –, então, isso seria devido à sua compreensão de uma determinada frase. Agora, uma vez que o que estamos tentando explicar é em que consiste a compreensão de uma frase, a explicação que se limitasse a enunciar um exemplo de (7) seria circular. Porém, a dificuldade de explicar em que consiste a compreensão uma frase não reside em fazer uso de frases como (4), entendidas à luz de (7). Ela reside em achar que a explicação da compreensão de uma frase termina nesse ponto, tal como, de acordo com Dummett, supõe um defensor de uma teoria do significado modesta.

Uma teoria do significado pretende ser uma representação explícita e organizada do conhecimento de uma linguagem. Ela pretende analisar algo complexo, o domínio de uma linguagem, por simular que um falante tem conhecimento da teoria do significado. O conhecimento de um falante de sua própria linguagem é, no entanto, geralmente implícito e desorganizado. Em razão dessa discrepância entre a teoria e o seu objeto, a teoria não pode se limitar a dizer qual é o objeto do conhecimento do falante. Também cabe à teoria dizer como o conhecimento das proposições da teoria do significado orienta as respostas verbais e não verbais do falante, tanto às suas próprias elocuições como as dos outros. A teoria deve vincular-se a seu objeto por apresentar o método de representação entre as proposições da teoria e a prática linguística, porque, de outro modo,

⁸³ The Seas of Language, p. 9.

⁸⁴ The Seas of Language, p. 15.

a teoria perderia contato com a prática da qual ela pretende ser uma representação – isso é representado no esquema acima pela seta que vai do retângulo da base até o retângulo com os dizeres “teoria do significado”. Para Dummett, essa lacuna deve ser satisfeita por dizermos o que conta como manifestação do conhecimento das proposições da teoria do significado. Mais do que isso, *uma descrição do que conta como manifestação de um dado conhecimento linguístico vale como explicação de em que esse conhecimento consiste.*⁸⁵ Esse é o princípio segundo o qual “devemos estar aptos a explicar aquele conhecimento no qual nossa compreensão de qualquer expressão consiste por referência às suas manifestações”⁸⁶ – doravante, por brevidade, apenas *princípio de manifestação.*⁸⁷

6. O Princípio de Manifestação

A linguagem, de acordo com Dummett, é estruturada em níveis.⁸⁸ A compreensão de determinadas partes da linguagem depende da compreensão prévia de outras.⁸⁹ Assim, uma linguagem tem regiões mais primitivas, uma compreensão das quais é requisito para a compreensão das regiões superiores da linguagem, suas partes mais complexas. O conhecimento verbalizável é característico das regiões superiores da linguagem. O conhecimento da palavra “tia” é um exemplo de conhecimento verbalizável: todo aquele que sabe o que “tia” significa deve saber a sua definição, que “tia” é o nome dado à irmã de um dos pais – ou no mínimo estar apto a reconhecer a definição como correta quando ela lhe for apresentada. Essa explicação, é claro, depende de que o falante compreenda a parte da linguagem na qual a definição de “tia” é formulada. Segue-se, dado que a linguagem é pensada em níveis progressivos, sempre da menor para a maior complexidade, que nem toda explicação do conhecimento de uma linguagem pode ser tão simples, que as partes mais primitivas da linguagem não podem ser explicadas como conhecimento explícito.⁹⁰

⁸⁵ The Logical Basis of Metaphysics, p. 104, The Seas of Language, p. 37.

⁸⁶ The Logical Basis of Metaphysics, p. 342.

⁸⁷ Esse princípio foi pressuposto nas considerações acima sobre o argumento cognitivo. Como veremos abaixo, esse princípio é a base sobre qual repousa a ideia dummettiana que a intensionalidade de um ato mental pode e deve ser explicada relativamente a um amplo contexto público que ambienta o a intensionalidade do ato mental. (Cf. Reply to John McDowell, p. 259.)

⁸⁸ The Seas of Language, p. 138-143.

⁸⁹ The Logical Basis of Metaphysics, p. 224-5.

⁹⁰ The Logical Basis of Metaphysics, p. 150. Cf. também seção 2.4 do presente texto.

O princípio da manifestação ganha mais destaque quando aquilo a ser explicado é o sentido das expressões dos níveis mais elementares da linguagem. Se explicar o que significa “tia” consiste em mostrar a interconexão que as expressões predicativas “ser pai de (x)”, “ser mãe de (x)”, “ser irmã da mãe ou do pai de (x)” têm entre si, como podemos explicar o que significa “amarelo” ou a expressão relacional “y está sobre x”? A resposta já está disponível a esta altura do texto: podemos explicar o sentido dessas expressões por descrever o que conta como manifestação desse conhecimento, isto é, por descrever o que conta como manifestação de ver algo acima ou abaixo de algo, ou o que conta como manifestação da percepção de amarelo.

Para dar mais corpo a esse modelo de explicação, podemos considerar um dos modelos explicativos ao qual ele se opõe, na esperança de aprender com o contraste entre eles. Vejamos um modelo alternativo de explicação do sentido de “amarelo”. Dado que um enunciado das condições de aplicação de “amarelo” é circular, podemos tentar explicar o domínio dessa palavra por atribuir ao falante a faculdade para reconhecer imediatamente determinada qualidade visual. Essa capacidade não pode ser explicada em termos mais elementares. O falante, no exercício dessa faculdade, associa um nome a uma qualidade visual que lhe é imediatamente presente, e a qual ele está apto a reconhecer quando quer que se apresente a ele. Desse modo, a compreensão da palavra “amarelo” remonta à capacidade do sujeito de imediatamente reconhecer a cor amarela quando diante de algo amarelo.

Dummett considera esse tipo de explicação, que poderia ser expandida para outras partes do vocabulário básico de uma linguagem (nomes de objetos; expressões para qualidades, estados, processos e eventos; termos para operações fundamentais da matemática) espúria, e a atribuição aos sujeitos da capacidade para reconhecer imediatamente objetos, qualidades, eventos, etc., explicativamente inoperante. A constatação de Dummett é que tudo poderia ocorrer do mesmo modo caso essas atribuições fossem incorretas. Se um sujeito considerasse ter encontrado a mesma cor em diversas ocasiões, mas, de fato, estivesse diante de cores distintas em todos esses casos, isso não teria nenhuma consequência, por si só, para o seu uso da palavra “amarelo”. O que tem repercussões para o uso de uma palavra é o acordo que envolve o seu uso, “o fato de que, em boa medida, chamamos as mesmas coisas de amarelo”.⁹¹ Se o acordo se

⁹¹ The Logical Basis of Metaphysics, p. 313.

mantém, mudanças na postulada faculdade da experiência sensorial não têm força suficiente para mudar o significado da palavra “amarelo”. Aqui, como em todos os outros casos, tudo repousa no acordo espontâneo sobre os juízos.⁹²

Além do acordo nos juízos, são importantes as manifestações externas de percepção. Dummett ilustra isso com um exemplo sobre a orientação do campo visual. Nossa impressão, ele nos diz, é que o campo visual nos é dado como uma imagem na qual poderíamos encontrar as legendas “parte superior”, “parte inferior”, ou simplesmente “esta parte para cima”. Assim parece que a localização de algo em relação ao eixo vertical de nosso campo visual nos é dada imediatamente, assim como a direção do som nos é dada (geralmente) como uma das características do som – como Evans fez notar. Isso posto, Dummett imagina o cenário no qual alguém passasse a usar óculos inversores, que funcionariam invertendo os polos inferior e superior do campo visual, ininterruptamente e por um longo período. Passado um determinado intervalo, o sujeito, ele nos diz, passaria a ver tudo normalmente, isto é, apenas se tirasse os óculos é que as coisas pareceriam a ele como se estivessem invertidas no campo visual. Depois de acostumado aos óculos, o seu ver as coisas corretamente consistiria em, diante de uma mesa que alcançasse apenas sua cintura, levantar os olhos ou a cabeça, e depois inclinar-se para frente, a fim de apanhar com a mão algo de seu interesse. Esse levantar de olhos e esse inclinar a cabeça para trás, seguido pela projeção de seu tronco para frente, seriam, segundo Dummett, “manifestações de ver algo como acima ou abaixo de outra, elas seriam *aquilo em que consistiria vê-las assim*”.⁹³

Dummett está advogando contra a ideia, certamente mais natural, de que devemos explicar as manifestações de ver algo mais acima ou mais abaixo em relação ao eixo vertical do campo visual por meio da sensação interna de ver o campo visual de certo modo. Isto é, ele está se opondo à sugestão segundo a qual, se as manifestações de ver algo mais acima ou mais abaixo são semelhantes, isso se deve à primitividade do fato de os sujeitos terem a mesma experiência interna. De modo geral e irrestrito, ele se opõe à ideia de que a percepção imediata de um indivíduo de uma cor, por exemplo, sirva para *explicar* seu acordo com outros falantes sobre a aplicação de determinado termo para cor; ou que uma apreensão imediata de uma regra que não pode ser formulada, por ser muito elementar, *explique* a ocorrência de acordo nos resultados de aplicação da regra por

⁹² The Seas of Language, p. xv; Investigações Filosóficas, §242.

⁹³ The Logical Basis of Metaphysics, p. 313. Grifos nossos.

diversos sujeitos; ou que o reconhecimento imediato de uma sensação interna *explique* as manifestações comportamentais de um indivíduo; e assim por diante para todo o vocabulário básico de uma linguagem.

E se nossa percepção de amarelo, por exemplo, mudasse todos os dias e essa mudança fosse acompanhada por erros sistemáticos de memória? Então – alguém dirá – a explicação dada sobre a razão de haver acordo nos juízos fundada na capacidade de reconhecimento imediato de qualidades visuais dos falantes estaria errada, apesar do acordo nos juízos não ser afetado. Mas não é a mera possibilidade de cenários céticos como esse que fundamenta a posição de Dummett. De acordo com ele, como acabamos de ver, alguém compreenderá a palavra “amarelo” quando os seus juízos envolvendo esse termo estiverem de acordo, em boa medida, com os juízos feitos por outros membros da comunidade linguística. Agora, quando o sujeito começa a participar do acordo sobre o uso da palavra “amarelo” na comunidade linguística dizemos que ele tem a capacidade para reconhecer a cor amarela. Desse modo, a expressão “capacidade para reconhecer o amarelo” não é uma hipótese que pode ser usada para explicar o acordo, mas outro modo de falar do próprio acordo. O estar de acordo sobre a aplicação de “amarelo” dentro de certa comunidade linguística é aquilo em que consiste sua capacidade de reconhecer o amarelo. A explicação encontra aqui seu fim, e as tentativas de prosseguir ou serão infrutíferas, ou, se bem-sucedidas, voltarão, talvez com outra roupagem, à pedra de toque: o acordo nos juízos.⁹⁴

Com isso, Dummett não pretende negar que explicações fisiológicas ou psicológicas podem ser dadas sobre questões relativas aos sentidos das expressões. Ele apenas mantém que não é esse tipo de explicação que uma teoria do significado pretende oferecer. Se um ser alienígena ou um robô fossem capazes de aprender uma linguagem humana, apesar da diferença interna que haveria entre nós e eles, a teoria do significado seria a mesma para todos.⁹⁵ Do ponto de vista de Dummett, para a filosofia da linguagem não importa como um conhecimento é armazenado ou quais são as condições de

⁹⁴ The Logical Basis of Metaphysics, p. 314. Sobre outra tese dummettiana que diz respeito à manifestação do conhecimento linguístico, a saber, que todo conhecimento linguístico deve ser completamente exibido na prática linguística, conferir *The Seas of Language*, p. xii-xv. Uma discussão mais detalhada sobre como Dummett concebeu a explicação de sentidos de nomes de cores pode ser encontrada em *Origins of Analytical Philosophy*, p. 84-94.

⁹⁵ The Seas of Language, p. 37

possibilidades fisiológicas para apreender um sentido, importa como esse conhecimento é apresentado quando solicitado.⁹⁶

Capítulo 2: A tese da prioridade da linguagem sobre o pensamento na ordem da explicação

1. Pensamentos e Protopensamentos

Como já dito na introdução, Dummett chama de “pensamento” aquilo sobre o que faz sentido perguntar pelo valor de verdade. Podemos acrescentar, tendo em vista o que já dissemos sobre a noção de sentido, que *pensamento* é o sentido daquelas frases cujo conteúdo admite a pergunta pelo valor de verdade.⁹⁷ Crianças com pouca idade ou animais não dominam uma linguagem, tampouco usam frases. Pode parecer então que, ao dizer que pensamento é o sentido de uma frase, Dummett exclui de saída que tais criaturas tenham pensamentos. Se entendermos que Dummett pretende com isso negar que seres sem linguagem têm processos mentais semelhantes aos de seres com linguagem, que pretende negar que sem linguagem não pode haver intenções, crenças, desejos, planos, percepções, então, essa aparência é enganadora. Para ele, seres sem linguagem têm pensamentos, ou melhor, *protopensamentos*. Consideremos este trecho de *Os Fundamentos da Aritmética*, de Frege:

Terá um cão, ao avistar a Lua, uma representação, por mais indeterminada que seja, do que designamos pela palavra "um"? Dificilmente! E no entanto ele certamente distingue objetos singulares: um outro cão, seu dono, uma pedra com que brinca aparecem-lhe certamente delimitados, existindo por si e indivisos tanto quanto o são para nós. Na verdade, ele perceberá a diferença entre ter que se defender de muitos cães ou de apenas um, mas isto é o que Mill chama de diferença física. Importaria em particular saber se ele tem consciência, ainda que obscura, do que há de comum, por exemplo, nos fatos de ser mordido por um cão maior que ele e de perseguir um gato, o que exprimimos através da palavra "um". Isto parece-me improvável.⁹⁸

⁹⁶ The Logical Basis of Metaphysics, p. 96.

⁹⁷ Vale lembrar que não apenas frases assertóricas veiculam pensamentos, dado que a distinção entre sentido e força permite que mesmo frases interrogativas e imperativas veiculem pensamentos. Além disso, cumpre fazer notar que, principalmente em razão de frases nas quais ocorrem indexicais e dêiticos, seria mais preciso dizer que “pensamento” é o sentido de uma frase considerada como proferida (ou escrita) por um determinado falante em uma determinada ocasião. Por simplicidade, no entanto, seguiremos usando a explicação dada no corpo do texto.

⁹⁸ Os Fundamentos da Aritmética, §31. Citado por Dummett em *The Seas of Language*, p. 148.

O que exprimimos por meio do numeral “um” é um conceito.⁹⁹ Frege se exprime sobre se cães podem ter o conceito expresso pela palavra “um” de modo hesitante – “dificilmente”, “parece-me improvável”. No entanto, a orientação do texto é no sentido de negar que tais animais dominem tal conceito, sob a alegação de que, para ter esse conceito, é preciso ter uma consciência, ainda que obscura, do que há em comum a diversos fatos que poderiam ser descritos adequadamente por meio do numeral “um”. Dummett faz uma exigência semelhante à de Frege para a posse de um conceito por um indivíduo:

Ter um pensamento envolve a posse de seus conceitos componentes: apenas alguém que saiba o que um ladrão é, e o que é se esconder, pode ter o pensamento que um ladrão está escondido no jardim. Para estar habilitado a ter tal pensamento, ele deve, portanto, ser capaz de ter outros pensamentos relativos a ladrões, e de suspeitar ou saber que outras pessoas ou animais estão escondidos.¹⁰⁰

Há dois elementos que merecem destaque no trecho. O primeiro deles é a complexidade essencial dos pensamentos, o fato de serem essencialmente estruturados, compostos por dois ou mais conceitos. Por essa razão é que ter um pensamento sobre a presença de um ou mais cães em um caminho envolve ter o conceito *um*. O segundo é que estar de posse de um conceito é estar habilitado a ter vários pensamentos envolvendo esse conceito. Ter um conceito é estar de posse de um constituinte de pensamentos, um constituinte que deve poder ocorrer em vários pensamentos. Está inscrito na natureza de um conceito que não pode haver apenas um pensamento que o envolva. Consequentemente, para que possamos atribuir a posse do conceito *um* a um cão, é legítimo exigir dele o reconhecimento do elemento comum entre duas ou mais situações que podem ser descritas com o auxílio do numeral “um”.

Vê-se então que Dummett dá um passo adiante em relação a Frege e considera não meramente improvável que o cão tenha o conceito *um*, mas algo fora de dúvida. Não é pelo simples fato de cães não falarem ou escreverem que Dummett conclui que eles não têm o conceito *um*. O essencial é que, se cães possuíssem o conceito *um*, eles deveriam manifestar esse conhecimento de algum modo. Essa manifestação envolveria que o comportamento canino fosse muito mais complexo do que de fato é. Na verdade, a

⁹⁹ Como já deve estar claro, conceitos são os sentidos das expressões e não suas referências. Não estamos, portanto, seguindo a nomenclatura fregeana, e sim a de Dummett.

¹⁰⁰ *The Seas of Language*, p. 150.

atribuição do conceito *um* a cães exigiria deles algum tipo de manipulação simbólica ou algo muito próximo disso.¹⁰¹

Não possuir o conceito *um*, no entanto, não impede o cão de perceber a diferença entre ser atacado por um ou por vários cães. Ao ver um cão olhando com cautela para uma rua, podemos dizer “ele está olhando para ver se há apenas *um* ou mais cães em seu caminho”. Essa atribuição é, pelo que acabamos de ver, inadequada: para verificar se há um ou mais cães em uma rua é preciso ter o conceito *um*, que cães não têm. Assim, diante tanto da inadequação de atribuir ao cão o conceito expresso pelo numeral “um” como do comportamento inegavelmente inteligente do cão, Dummett dirá que o cão tem um protopensamento, um pensamento que não pode ser apropriadamente expresso em uma linguagem.

É tentador tentar descrever o comportamento inteligente do cão atribuindo a ele outros pensamentos, que não envolveriam o conceito *um*, e que poderiam ser propriamente expressos em uma linguagem. Mas, qualquer que fosse a frase, a descrição seria inadequada, pois poderíamos encontrar frases incompatíveis entre si que poderiam servir igualmente ao propósito de descrever o comportamento inteligente do cão. No caso do conceito expresso pelo numeral “um”, a inadequação se explica pela complexidade do conceito. Agora, o que explica a inadequação no que diz respeito a todos os conceitos? Dummett não é explícito sobre isso. Ele não explica por que todas as atribuições seriam inadequadas. Todavia, essa inadequação se segue diretamente do caráter social da linguagem, tão veementemente enfatizado por ele. Seja como for, segundo Dummett, protopensamentos comportam formulações não equivalentes e são mais pobres conceitualmente do que quaisquer frases que porventura venham a ser usadas para exprimi-los. Isso torna a tarefa de exprimir exatamente o conteúdo de um protopensamento em uma linguagem algo, em princípio, irrealizável.

A rigor, protopensamentos nem mesmo são compostos por conceitos. O seguinte fragmento de *Origins of Analytical Philosophy* é instrutivo a esse respeito:

Não é meramente que o gato não reconhece esse princípio fundamental segundo o qual nada é um cão se não for da linhagem dos cães, ou que pode falhar em classificar uma avestruz ou mesmo uma águia como uma ave, mas que ele não tem, propriamente falando, absolutamente qualquer conceito. Ele não tem qualquer conceito porque ele não pode realizar as operações sobre conceitos que um usuário de uma linguagem pode realizar: ele não pode ter o pensamento de que todos os cães são

¹⁰¹ Cf. *The Seas of Language*, p. 148.

peludos, ou considerar se há quaisquer exceções a essa generalização, ou refletir sobre se alguns cães são mais peludos do que outros.¹⁰²

Em vez de cão, agora temos gato. E o que importa no gato agora é o mesmo o que importava no cão: gatos não têm linguagem. Além de revelar o desinteresse de Dummett pelas diferenças cognitivas entre os seres sem linguagem, o trecho veicula duas observações sobre conceitos. A primeira diz respeito ao modo como Dummett entende os conceitos como os sentidos dos termos e, por isso, o que diz respeito ao sentido das expressões também diz respeito aos conceitos. Assim como os sentidos das palavras são determinados por interações linguísticas entre os sujeitos de uma comunidade, suas instituições e sua história, os conceitos também têm seus conteúdos socialmente determinados. Por isso, faz parte do conceito de cão que um cão descenda de cães.

A segunda observação é uma novidade que pode ser expressa deste modo: S apenas pode ter um conceito C, se S for capaz de realizar operações com esse conceito; ou ainda: é constitutivo de um conceito que ele habilite aquele que o possui a realizar certas operações com ele. Essas operações são ilustradas no trecho com quantificações. Presumivelmente, essas operações apenas podem ser realizadas se fizermos uso de sinais, por isso, criaturas sem linguagem não podem ter conceitos. Conceitos são assim, para Dummett, ontologicamente dependentes de linguagem. Os componentes dos protopensamentos não podem ser, portanto, conceitos.¹⁰³

Finalmente, outra característica de protopensamentos que merece destaque é a sua dependência do contexto no qual se encontra o sujeito pensante, ou seja, das circunstâncias que o envolvem e da atividade com a qual presentemente se ocupa.¹⁰⁴ Por meio dessa característica Dummett pretende salientar que a ocorrência de um protopensamento apenas se dá interligada à atividade e à circunstância presente do ser pensante, isto é, que esse tipo de pensamento não tem a característica, comum aos pensamentos linguísticos, de ocorrer sem uma relação com a atividade que presentemente

¹⁰² *Origins of Analytical Philosophy*, p. 124-125.

¹⁰³ A esta altura o leitor já se encontra avisado sobre a metodologia que guia nossa exposição de Dummett. Um senso de justiça expositiva, no entanto, me leva a dizer que a exigência exposta nesse parágrafo aparece única e exclusivamente em *Origins of Analytical Philosophy*. Em todas as outras discussões do conceito de protopensamento – isto é, em *Thought and Perception: The Views of Two Philosophical Innovators* (1990), *The Philosophy of Thought and The Philosophy of Language* (1984) e *Truth and Meaning* (1985) – não aparece a exigência de que a posse de qualquer conceito deve envolver uma capacidade de operar com ele, onde “operar” denota a capacidade de ter pensamentos que comportem as generalidades tradicionalmente representadas pelo uso de quantificadores.

¹⁰⁴ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 122-3.

se executa. Enquanto pinta uma parede uma criatura com linguagem pode estar pensando sobre a fórmula de Bhaskara ou sobre a conjuntura política do seu país. Por outro lado, quando, por exemplo, ocorre a um macaco usar um galho para alcançar uma fruta, ou a um pônei deitar e rolar para passar por baixo de uma cerca, os protopensamentos que presidem essas ações estão essencialmente ligados a elas, de tal modo que não está disponível ao macaco nem ao pônei pensar sobre algo que não diga respeito às atividades que executam. Enquanto todo protopensamento está enraizado nas circunstâncias presentes, o pensamento linguístico pode voar livremente.¹⁰⁵

1.1 Protopensamento e o nível espacial e dinâmico da cognição

Pelo visto até aqui, protopensamentos desempenham para os seres sem linguagem um papel semelhante àquele desempenhado por pensamentos para os seres com linguagem. Além disso, vimos que eles não são constituídos por conceitos, que admitem formulações incompatíveis entre si e que apenas ocorrem integrados às atividades e circunstâncias atuais. Nessa seção, veremos outra característica dos protopensamentos, segundo a qual eles estão envolvidos em nossa interpretação e manipulação do ambiente físico.¹⁰⁶

Dummett observou que ver um objeto *como* tendo esta ou aquela forma ou natureza é parte de nossa percepção visual (e do mesmo modo para os outros sentidos, isto é, o percebê-lo *como* sendo deste ou daquele modo é parte integrante do ato de percepção). Ou, dito de outro modo, não simplesmente percebemos as coisas, mas as percebemos de um modo particular.¹⁰⁷ Com base nessa observação ele propôs a questão sobre como devemos explicar esses modos nos quais, inevitavelmente, percebemos os objetos.¹⁰⁸ Uma sugestão é tentar explicar a interpretação de nossas sensações como apresetando um objeto com esta ou aquela forma, ou esta ou aquela natureza, apelando à noção de sentido. Frege e Husserl, segundo ele, estavam completamente corretos quando

¹⁰⁵ Essa seção mostra como Dummett foi um defensor da prioridade temporal da linguagem sobre o pensamento. Essa defesa pode dar a impressão de que sua rejeição à prioridade explicativa do pensamento sobre a linguagem é baseada tão somente em sua concepção de pensamento e linguagem. Sua defesa da tese da prioridade analítica seria, deste modo, definicional. Essa impressão deve ser rejeitada, a nosso ver, pelo menos até que se apresente a conexão necessária que se presume haver entre as questões sobre a prioridade temporal e analítica entre linguagem e pensamento. Um esboço frequentemente antecede a elaboração de uma obra de arte, mas poucas são as explicações do conteúdo expressivo de uma arte que recorrem ao seu esboço.

¹⁰⁶ Reply to Richard G. Heck, Jr., p. 563.

¹⁰⁷ Vide seção 4 da primeira parte do presente capítulo.

¹⁰⁸ Origins of Analytical Philosophy, p. 121.

sustentaram que “percepção não é simplesmente uma questão de sensação, mas que [a percepção] tem um outro componente ao menos análogo ao pensamento”.¹⁰⁹ Em mais de uma ocasião, no entanto, Dummett censura Frege e Husserl por terem identificado aquilo que informa nossas sensações (e as torna percepções) com pensamentos exprimíveis em uma linguagem, isto é, como sendo o sentido de uma frase.¹¹⁰ Um indício do defeito da concepção proposta por eles seria a sua incapacidade para dar conta da percepção de seres sem linguagem, o que inclui a percepção de crianças que ainda não dominaram uma linguagem.

O componente adventício que torna a sensação uma percepção, segundo Dummett, é um protopensamento, portanto, algo não exprimível adequadamente em uma linguagem. Ele escreveu em *Origins of Analytical Philosophy*:

O nível sublinguístico do protopensamento é essencialmente espacial, e portanto deve ser concebido como operando em nossa apreensão do que percebemos como tendo uma forma tridimensional e ocupando uma posição tridimensional. Mas ele é também essencialmente dinâmico: ele envolve a apreensão das possibilidades e probabilidades de movimento, e do efeito de impactos. Por essa razão, ele incorpora, não meramente percepção de posição, forma e movimento, mas também reconhecimento de propriedades brutas (*gross*) de coisas materiais. É uma característica imediata até mesmo de nossas percepções visuais que notamos objetos como distintos [uns dos outros] pelo tipo geral de material do qual consistem: se eles são rígidos ou flexíveis, elásticos, quebradiços ou plásticos, coesos como cubos de açúcar ou um monte de grãos como açúcar em pó, sólidos, líquidos ou gasosos, molhados ou secos, lisos ou ásperos, oleosos ou limpos, e assim por diante. A razão pela qual usamos pistas visuais para projetar essas propriedades, muito embora a visão sem auxílio não as revele, é precisamente que elas afetam as possibilidades dinâmicas: e assim elas, também, devem ser admitidas como componentes de protopensamentos [...].¹¹¹

Os protopensamentos são responsáveis pela qualidade cognitiva de nossa experiência perceptiva, e é a sua ocorrência que explica a competência apresentada por seres sem linguagem para se movimentar e interagir de modo tão competente com seu ambiente. Esse nível de atividade cognitiva é tanto dinâmico como espacial. Espacial porque nossa percepção dos objetos se dá necessariamente no espaço, vemos os objetos espaciais sempre ali ou aqui, perto ou longe, etc. E é dinâmico porque envolve expectativas de como os objetos irão se comportar e sobre como podem aparecer aos outros sentidos. Uma criança já nos primeiros anos de vida sabe que um objeto com base convexa irá

¹⁰⁹ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 125.

¹¹⁰ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 121, *Thought and Perception*, p. 285-287.

¹¹¹ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 124.

balançar se, situado em uma superfície plana, for tocado. Essas expectativas são formadas nos primeiros estágios da vida e as mais fundamentais antes de uma linguagem ser adquirida. Quando expectativas desse tipo são cristalizadas, elas se tornam protoconceitos. São esses protoconceitos que são os componentes dos protopensamentos, e são eles que, incidindo sobre nossas sensações, produzem nossas percepções mais elementares: eles são os responsáveis pelo *modo* particular pelo qual, em um primeiro momento, o mundo nos é dado. Desse modo, eles fornecem a base que posteriormente permitirá a aquisição dos conceitos propriamente ditos.¹¹²

1.2. Prioridade temporal: protopensamentos e pensamentos

Dissemos acima que Dummett sustentou uma concepção de linguagem segundo a qual ela é estruturada em níveis progressivos. Podemos agora acrescentar que o conceito de protopensamento também serve para desfazer a imagem de que nossa cognição tem um início mágico quando adquirimos uma linguagem, isto é, serve para enfraquecer a impressão de que palavras são necessárias para estabelecer o uso da palavra.¹¹³ A aquisição da linguagem explora nosso repertório pré-linguístico, explora o fato de que a mente do sujeito que aprende uma linguagem não é uma *tabula rasa*. O sujeito que adquire uma linguagem antes de aprendê-la já interpreta o mundo de um determinado modo, já tem um contato cognitivo com as coisas. Antes de qualquer linguagem, os protopensamentos informam a experiência do indivíduo e possibilitam que ele manipule os objetos de determinado modo, escolha cursos, use instrumentos para certos fins, evite certos ambientes e procure outros.

¹¹² Frege escreveu em *Sobre a Justificação Científica da Conceitografia*, p. 151: “É impossível, poderia ser dito, que através de uma conceitografia se possa fazer progredir a ciência, pois a invenção da primeira já pressupõe a realização desta última. Com a linguagem corrente também se dá a mesma dificuldade aparente. Com efeito, supõe-se que ela tenha tornado possível o desenvolvimento da razão; mas como poderia o homem ter criado a linguagem sem a razão? Para descobrir as leis da natureza há que se utilizar instrumentos físicos; mas estes só podem ser produzidos mediante uma tecnologia avançada que, por sua vez, se apoia sobre o conhecimento das leis da natureza. *Em todos esses casos o círculo se resolve da mesma maneira: um progresso em física resulta num progresso em tecnologia, e esta torna possível a construção de novos instrumentos mediante os quais a física por sua vez progride.*” (grifos meus). Pode-se extrair do trecho uma imagem de aquisição de pensamento conceitual por estágios. Com a sofisticação da linguagem, sofisticam-se os pensamentos e esses possibilitam, por sua vez, a sofisticação da linguagem, em um contínuo círculo virtuoso. A pergunta é: no início do círculo está uma forma primitiva de linguagem ou de pensamento? Seguindo fielmente a metáfora da física, a resposta de Frege seria que um progresso no pensamento dá origem à linguagem. Desse modo, fundamentalmente, Frege teria sustentando a primazia temporal do pensamento. Dummett acrescentaria apenas que esse pensamento primeiro não é propriamente pensamento, mas algo que faz as vezes do pensamento, é protopensamento.

¹¹³ Cf. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens, p. 71.

Logo, podemos depreender do que, para Dummett, pensamentos propriamente ditos não podem preceder, na ordem na aquisição, a linguagem. O tipo de pensamento que pode preceder a linguagem apresenta características que o diferenciam qualitativamente de pensamentos propriamente ditos.

2. A independência da prioridade temporal da prioridade analítica ¹¹⁴

Em *Truth and Meaning*, Dummett se ocupa em mostrar as relações entre as questões da prioridade temporal e analítica. Embora as questões mantenham relações entre si, não se segue imediatamente da solução da questão da prioridade temporal uma solução para a questão da prioridade conceitual. Caso o pensamento desfrutasse de prioridade analítica, em princípio seria possível que ele precedesse temporalmente a aquisição de uma linguagem, dado que a explicação do pensamento não faria referência a expressões linguísticas. Mas a prioridade temporal da linguagem sobre o pensamento também é consistente com a prioridade analítica do pensamento, pois bem poderia ser o caso que a habilidade para usar a linguagem despertasse em nós a capacidade de pensar sem constituir essa *capacidade*. ¹¹⁵ Esse seria o caso, por exemplo, se depois de aprendermos uma linguagem aprendêssemos a pensar, mas, depois disso, pudéssemos esquecer completamente a linguagem sem prejuízo para a já consolidada capacidade de pensar – como acontece com aqueles que, tendo aprendido a andar de bicicleta com rodinhas, andam posteriormente sem o seu auxílio.

Caso os argumentos de Dummett contra a prioridade temporal do pensamento forem rejeitados, a posição em favor da prioridade conceitual do pensamento se fortalece, porque a existência pré-linguística de pensamentos propriamente ditos faz surgir a esperança de que eles possam vir a ser explicados sem a ajuda de uma teoria do significado. Ainda assim, essa esperança precisa se ver confirmada por argumentos. No fim das contas, o que Dummett defendeu sobre a relação das questões é simplesmente que elas não estão, à primeira vista, necessariamente interligadas. Evidentemente, uma defesa da prioridade temporal de uma ou outra pode intervir na solução do problema da prioridade analítica. Não podemos pressupor, contudo, que as questões estão assim

¹¹⁴ O leitor notará a semelhança desta seção com a organização das posições possíveis nos debates sobre as relações de prioridade entre linguagem e pensamento apresentada na Introdução. Note-se também, entretanto, que na Introdução as distinções pretendem mapear todas as posições possíveis, enquanto que esta seção é dedicada exclusivamente ao modo como Dummett viu as relações de prioridade entre pensamento e linguagem.

¹¹⁵ *The Seas of Language*, p. 156.

interconectadas: isso pode apenas ser um resultado da investigação sobre as questões da relativa prioridade entre linguagem e pensamento.

3. Linguagem como código para Pensamentos

Para Dummett, uma teoria do significado modesta está comprometida em última análise, seja por *a* ou por *b* – conferir 5.1.1 – com uma concepção codista de linguagem, isto é, uma concepção segundo a qual uma linguagem funciona como um código. O modo mais simples de expor essa concepção de linguagem passa por explorar a suposição de que a função primária da linguagem é a de instrumento de comunicação. Uma descrição concisa do funcionamento de uma linguagem como código é a seguinte. Um sujeito *A* codifica o seu pensamento em um item linguístico *P*, de uma linguagem *L*; outro sujeito, *B*, ao receber de *A* o item linguístico *P*, faz uso de seus conhecimentos da linguagem *L* para decodificar o pensamento que *A* havia codificado em *L*. Depois de realizada a decodificação, *B* apreende o pensamento que *A* pensava quando o codificou em *L*, através do sinal *P*. Não é difícil perceber a semelhança dessa descrição do funcionamento da linguagem com o funcionamento do telefone, ou do código morse. Outra imagem do funcionamento de uma linguagem código, ligeiramente diferente, nos foi legada por Saussure:

Suponhamos, então, duas pessoas, *A* e *B*, que conversam. O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo *A*, onde os fatos da consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente *psíquico*, seguido, por sua vez, de um processo *fisiológico*: o cérebro transmite aos órgãos de fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de *A* até o ouvido de *B*: processo puramente *físico*. Em seguida, o circuito se prolonga em *B* numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente.¹¹⁶

Além de ser mais rica em detalhes, essa concepção difere da primeira em que explica o funcionamento da linguagem por meio da associação de *conceitos* às imagens acústicas e signos linguísticos, enquanto que nossa primeira imagem se limitou a descrever a

¹¹⁶ Curso de Linguística Geral, p. 19. Citado em *Origins of Analytical Philosophy*, p. 132. Cf. também, Frege: *Philosophy of Mathematics*, p. 14.

associação de *pensamentos* a itens linguísticos. Unicamente em razão disso as explicações não se tornam incompatíveis, é verdade, mas essa é uma diferença assinalável.

4.1. Razões favoráveis à concepção codista de linguagem

É um evento comum lembrarmos o que foi dito ou escrito por alguém, mas não lembrarmos exatamente as palavras escolhidas por ele para dar vazão a seus pensamentos. Isso parece indicar que, quando presenciamos uma elocução ou lemos uma frase, estamos diante do conteúdo e de sua expressão, ou melhor, temos acesso ao conteúdo, ao pensamento, por meio de sua expressão. Desse modo, temos duas coisas distintas, a expressão e o pensamento; e o propósito da expressão é alcançado uma vez que o pensamento é apreendido. Frequentemente esquecemos as palavras e lembramo-nos do conteúdo expresso porque a finalidade da linguagem é funcionar como intermediário entre os pensamentos dos sujeitos. Assim, se fôssemos telepatas, não precisaríamos de linguagem.

Um defensor de uma concepção de linguagem como código deve defender que as expressões “pensar em palavras” e “pensar em uma linguagem” não devem ser entendidas literalmente. Essas expressões devem ser entendidas, dirá um codista, de um dentre dois modos possíveis. A expressão pode significar o mesmo que “pensar sobre como exprimir nossos pensamentos em palavras”. Como observou Ryle, um tradutor pensa sobre como traduzir uma palavra, tentando uma e depois outra expressão, mas essas tentativas não são marcadas pela formulação de juízos de forma verbalizada.¹¹⁷ Isso acomoda melhor o fato – prosseguirá nosso defensor de uma linguagem como código – de que muitas vezes interrompemos o fluxo natural da redação de um texto, ou de uma conversa, em busca de uma palavra ou frase mais adequada para expressão de nossos pensamentos. Nesses casos, devemos resistir à tentação de achar que nosso pensamento não está completamente formado até que esteja articulado em palavras. Se não houvesse um pensamento já formado que orientasse a busca, não saberíamos nem mesmo por onde começar.¹¹⁸

Em um segundo sentido, o uso das expressões “pensar em palavras” ou “pensar em uma linguagem” pode ser explicado como uma ilusão produzida pelo hábito profundamente arraigado de usar a linguagem para exprimir pensamentos: por tantas vezes usamos a linguagem para darmos a conhecer nossos pensamentos aos outros que

¹¹⁷ On Thinking, p. 57.

¹¹⁸ Cf. Investigações Filosóficas, §335.

até mesmo a usamos para nos dirigirmos a nós mesmos, como quando nos damos conselhos ou nos repreendemos por nossa conduta. É, sobretudo, esse uso da linguagem em solilóquio que faz parecer que pensamos em palavras. No entanto, acrescentará o defensor da linguagem como código, em momentos de urgência, quando estamos desatentos e somos instados a tomar uma decisão em uma fração de segundo, sobre virar ou não o volante do carro para evitar uma colisão, por exemplo, o pensamento sobre virar à esquerda ou à direita não nos ocorre de modo verbalizado, nada semelhante a seguinte frase passa por nossa consciência: “para evitar a colisão, é melhor virar à esquerda”. A urgência e o inesperado nos tiram do torpor causado pelo frequente assédio da linguagem, mas não nos privam da capacidade de pensar, e isso revela que não pensamos em palavras.¹¹⁹ Um exemplo de caráter diferente, que aponta para a mesma conclusão, pode ser extraído da tentativa de solucionar o cubo de Rubik, o cubo mágico. A tentativa de resolvê-lo envolve considerar muitos pensamentos, esses pensamentos não serão verbalizados, no entanto. No caso típico, eles serão representados por imagens sucessivas do estado do cubo.

4.2. Razões contrárias à concepção de linguagem como código: psicologismo e compreensão

Na secção anterior demos voz a um codista com o propósito de mostrar o que pode ser dito em favor de uma concepção de linguagem na qual pensamento e linguagem andam lado-a-lado, mas não são a mesma coisa e, a rigor, nem mesmo precisam andar lado-a-lado. Nesta e nas próximas secções, apresentaremos as críticas de Dummett a essa concepção.

Sobre o trecho de Saussure citado acima, Dummett comentou:

Essa explicação do processo de comunicação é claramente insustentável. Ela imita a explicação associacionista apresentada pelos empiristas britânicos: mas eles identificaram conceitos com ideias, que eles tipicamente compreendiam como imagens mentais. A concepção de uma associação estabelecida entre imagens mentais e imagens acústicas ou impressões não é absurda em si mesma: o que estava errado em suas explicações foi, antes de tudo, a representação de conceitos – os significados de palavras – como imagens mentais. Mas a compreensão de alguém de uma palavra como exprimindo certo conceito não pode ser explicada como consistindo em a palavra invocar em sua mente um conceito com o qual ele associou a palavra, dado que não há tal processo como o de um conceito vir à mente de alguém: um

¹¹⁹ Cf. Seção 5.

tom, um nome, uma lembrança de cena ou de aroma podem vir à mente, mas um conceito não é o tipo de coisa do qual isso possa inteligivelmente ser dito.¹²⁰

Há um elemento na explicação de Saussure que, segundo supõe Dummett, deve ser comum a todas as explicações codistas do funcionamento de uma linguagem, a saber, a ideia de que devemos associar itens linguísticos a conceitos. Dummett não tem objeções à ideia geral de associação entre coisas de mesma natureza ou de natureza diversa: podemos associar um som a outro, ou associar um aroma a uma imagem mental, podemos fazer de um sinal escrito um gatilho para uma lembrança, podemos também associar um sinal escrito a outro, etc. Ele tem objeções à ideia, em particular, de que um conceito possa ser identificado com uma imagem mental e, de modo geral, que ele possa ser um conteúdo da consciência. “Um pensamento – escreveu Dummett –, expresso por uma frase, e os sentidos das palavras componentes, que são os constituintes daquele pensamento, não são conteúdos da consciência; isto é, diversamente de, digamos, uma sensação, sua presença não é independente das circunstâncias que o cercam.”¹²¹ Não é preciso passar por um treinamento para ter uma dor intermitente ou sentir frio, mas, como vimos, é preciso ter instruções para adquirir o conceito de memória. A posse de um conceito ou a presença de um pensamento depende de circunstâncias tais como o domínio de uma linguagem e o funcionamento de determinadas instituições sociais. Se fosse possível tirar uma fotografia do fluxo da consciência de um sujeito, ainda assim, considerada por si mesma, não veríamos nela pensamentos ou conceitos, pois, o que quer que ela registrasse só representaria um conceito sob um determinado pano de fundo.

Um exemplo é útil para reforçar essa última observação. Imaginem um policial que interroga dois sujeitos em um mesmo ambiente. O primeiro interrogado domina o português, mas não o segundo. O policial inicia o interrogatório mostrando ao primeiro sujeito uma fotografia e perguntando: “você viu esse homem?”; “não”, responde o primeiro homem. O policial repete o procedimento, dessa vez dirigindo-se ao segundo homem. Este, sem nada entender e apavorado pela situação estranha na qual se encontra, reproduz desajeitadamente os sons do primeiro, e também diz “não”. Obviamente, ele não sabe o que essa palavra significa nessa ocasião. Sua elocução, por isso, não se constitui em veículo para o pensamento “eu não vi o homem desta foto”. Suponham agora que o fluxo da consciência dos dois sujeitos fosse qualitativamente idêntico quando disseram

¹²⁰ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 132-133.

¹²¹ *Frege and Other Philosophers*, p. 315.

“não”, que ambos tivessem o fluxo da consciência plenamente preenchido por temor e por imagens de grades de clausura. Isso não é provável, é bem verdade, mas basta que seja possível. Ainda assim, as palavras do segundo sujeito não seriam a expressão de um pensamento, enquanto as do primeiro seriam. O que torna a mera elocução da palavra “não” uma expressão de pensamento quando pronunciada pelo primeiro sujeito é um determinado pano de fundo, constituído, dentre outras coisas, por seu conhecimento da língua portuguesa. Um pano de fundo é aquilo que constitui as circunstâncias circundantes a que se refere Dummett. O estado interno dos sujeitos pode ser qualitativamente idêntico, as palavras ditas e a circunstâncias de elocução as mesmas, mas apenas uma das elocuições ser a expressão de um pensamento graças a diferenças no pano de fundo de cada um dos indivíduos. Em uma palavra, compreender uma expressão não é estar em um determinado estado interno, e isso equivale a dizer que o psicologismo da compreensão (a tese segundo a qual a compreensão de uma expressão consiste em estar em determinado estado interno ou em ter algum evento mental no fluxo da consciência) é falso.¹²² Por conseguinte, conceitos não podem ser conteúdos da consciência.

Agora, visto que um conceito não é um conteúdo da consciência, o codista, por pressupor a existência de uma associação entre sinal e conceito, não teria uma *coisa* com a qual associar o item linguístico que representa o conceito e, por isso, sua concepção de linguagem seria irremediavelmente espúria.¹²³

O codista pensa a relação entre palavra e conceito como se houvesse entre eles uma corda, de tal modo que onde quer que a palavra fosse o conceito a seguiria servilmente. Sem dúvida, esse modo de falar é adequado quando pensamos no funcionamento de um código. Se representarmos as letras do alfabeto por meio de numerais, de tal modo que “1” represente “a”, “2” represente “b”, e assim por diante para todas as letras, teremos um código simples. Nesse código, usando pontos para separar os numerais que representam letras uns dos outros, podemos escrever *pato* do seguinte modo: 16.1.20.15. A associação aqui não parece envolver sérios problemas, o código se baseia na possibilidade de associar sinais a sinais, e podemos até construir uma tabela para ensinar o código a outras pessoas e facilitar-lhes a aplicação. A acusação que Dummett dirige ao codista é que ele tenta transpor esse modelo, que pode até ser útil para explicar

¹²² Cf. Investigações Filosóficas, §151-4.

¹²³ Sobre a possibilidade de associação entre itens linguísticos e os habitantes de um terceiro reino, ver próxima seção.

a relação entre linguagens, para todas as linguagens. O codista pensa na associação entre eventos mentais e sinais, ou na relação de tradução entre linguagens, e transporta essa ideia de associação para onde ela não pode ser transposta: para a língua materna, a linguagem primeva do falante.

Como veremos na próxima seção, não se trata de negar que palavras estejam associadas a conceitos. Palavras exprimem conceitos, e isso só pode ser o caso se conceitos estiverem associados às palavras. Porém, e esse é o núcleo da crítica de Dummett, esse vínculo entre palavra e conceito não pode ser explicado tal como a concepção codista requer.

5. Da tese que pensamentos precisam de veículo

Em vez da concepção codista de linguagem, Dummett propõe entendermos a linguagem como veículo para pensamentos. Essa perspectiva caracteriza-se por entender literalmente as expressões “pensar em palavras” ou “pensar em uma linguagem”. Seu nome de batismo deve-se a passagem das *Investigações Filosóficas*, na qual Wittgenstein diz que “quando penso em palavras, não tenho “significados” em minha mente ao lado das expressões linguísticas; em vez disso, a própria linguagem é o veículo do pensamento.”¹²⁴ Em sua versão mais radical, a concepção de linguagem como veículo singulariza-se por estabelecer que o significado de uma expressão é estritamente análogo aos movimentos de uma peça de um jogo de tabuleiro, como o xadrez. O elemento comum que a comparação pretende enfatizar não é o caráter regrado dessas atividades, mas o fato de haver uma dependência lógica entre peça e seus movimentos e, presume-se, também haver tal dependência entre sinais linguísticos e seus significados. Diz-se que quando quer que imaginemos uma cor, temos que imaginar também alguma forma que recebe a cor: assim, a cor será *de* uma mancha, *de* um cubo, *de* um círculo, etc. Essa alegação equivale a dizer que cores não são objetos subsistentes, e que até mesmo a imaginação de uma cor depende da imaginação de uma figura. Do mesmo modo, não podemos conceber um movimento de uma peça sem ao mesmo tempo conceber uma peça à qual os movimentos pertencem: conceber os poderes do bispo para mover-se em diagonal sobre o tabuleiro de xadrez envolve conceber um bispo. Obviamente, não é preciso conceber que o bispo tenha essa ou aquela aparência; mas tem de haver algo que faça as vezes da peça, nem que seja um rabisco, ou um ponto do qual partem os movimentos possíveis da peça. Por analogia,

¹²⁴ Investigações Filosóficas, §329.

uma concepção radical de linguagem como veículo traz consigo a ideia de que é inconcebível que alguém possa apreender um conceito sem que este conceito esteja ligado a algum item linguístico.

Segundo Dummett, tanto a concepção de linguagem como código quanto a versão radical da linguagem como veículo são espúrias. A concepção de linguagem como código (vimos) seria insustentável por sua incapacidade para responder ao problema da associação. Por sua vez, a concepção radical de linguagem como veículo deve ser rejeitada em razão de pensamentos nem sempre nos ocorrerem em palavras e do fato de, mesmo quando nos ocorrem em forma linguística, ocasionalmente nos ocorrerem inarticulados. “É claro que ter um pensamento” – escreveu Dummett – “é algo de tipo muito diferente de proferir uma frase”¹²⁵, e conclui dizendo que eles diferem em caráter. Notem que, pelo que até aqui foi dito, se alienígenas observassem dois terráqueos discutindo sobre qual o melhor modelo econômico para o Brasil, e resolvessem por algum motivo alienígena reproduzir a cena o mais fielmente possível (os mesmos gestos, os mesmos móveis, as mesmas elocuições), por mais fiel que fosse a reprodução da cena, nenhum dos sons emitidos pelos alienígenas seria a expressão de um pensamento.¹²⁶

Diante das falhas dessas concepções de linguagem, Dummett propõe uma versão moderada de linguagem como veículo. Essa posição pode ser descrita deste modo: todos os pensamentos têm que ter um veículo, dado que um pensamento não é um conteúdo da consciência, entretanto, nem todo veículo tem de ser linguístico. Um veículo pode ser um evento explícito nas ações de um sujeito ou algo presente em sua vida mental, afinal, o conteúdo de um pensamento é determinado pelo pano de fundo e pelo contexto, e não pela natureza do veículo. Um homem sai de sua casa, dá alguns passos e, de repente, para e volta pelo mesmo caminho por que veio. Perguntado sobre o motivo de ter voltado, ele diz que havia esquecido um livro que prometera a um amigo. Quando subitamente parou, então, ele parou por ter-lhe ocorrido o pensamento: “eu esqueci o livro que prometi emprestar a fulano”. O veículo para tal pensamento, no momento em que subitamente ocorreu a ele, pode ter sido uma imagem mental de seu amigo, do livro, a reação de parar,

¹²⁵ *The Seas of Language*, p. 168.

¹²⁶ Essa cena não teria sentido pois seria como o estreito topo de uma montanha a flutuar. É como se, com a intenção de simular o cume de nossas mais altas montanhas, alienígenas fizessem estreitos cumes flutuantes. Embora pudessem estar reproduzidos na mesma altura e com a mesma aparência de nossos cumes mais exuberantes, lhes faltaria ainda para serem verdadeiros cumes todo o resto de nossas corpulentas montanhas. A linguagem, enquanto instituição social, é o corpo da montanha ausente na cena acima.

ou até mesmo a frase “eu esqueci o livro” (que pode ter passado por sua consciência). Seja qual for o veículo que tenha envolvido o seu pensamento no momento em que subitamente parou, o fundamental para a determinação do pensamento que lhe ocorreu é o pano de fundo que justifica a atribuição de tal pensamento a ele. A posição moderada evita, assim, o erro de supor que todo pensamento ocorre em forma linguística e de modo articulado, ao mesmo tempo em que reserva um lugar privilegiado à linguagem na constituição do pano de fundo que torna um pensamento possível, pois considera o conhecimento de uma linguagem condição necessária para a atribuição de qualquer pensamento verbalizável a um indivíduo.

5.1. O sentido como caminho para a referência e a dissolução do terceiro reino

Mesmo em sua versão moderada a concepção de linguagem como veículo é incompatível com o terceiro reino fregeano – domínio postulado por Frege para preservar a objetividade dos pensamentos e seus componentes. Porque, se um sentido é sempre dependente lógica e ontologicamente de algum veículo, isto é, se todo sentido é o sentido *de* uma expressão ou de algo que faça as vezes de uma expressão, então, o terceiro reino teria de depender ontologicamente tanto do reino das ideias como do mundo exterior. Além disso, o terceiro reino, ao registrar o sentido como um objeto independente, abre um espaço lógico para que o mesmo sentido seja dado de modos distintos: poderia haver assim muitos modos de apresentação do mesmo sentido. Para Dummett, entretanto, tudo que é relativo ao modo como a referência é determinada pertence ao sentido, por isso não pode haver uma rota para o sentido. O sentido é a rota da expressão para o referente, e não pode haver modos distintos pelos quais um mesmo sentido é dado. Portanto, a ideia de um terceiro reino independente cai por terra ante a concepção de linguagem como veículo.¹²⁷

Uma digressão pelo pensamento de Frege pode ajudar a revelar o que levou Dummett a sustentar uma concepção de linguagem como veículo. Em *Grundgesetze der Arithmetik*, em um primeiro momento, Frege estipulou a referência de seus símbolos primitivos e explicou como a referência dos símbolos complexos depende da referência dos primitivos. Em um segundo momento, ele observou que, juntas, essas estipulações determinam a condição para cada frase de seu sistema formal ser verdadeira. Posto isso, ele nos esclarece sua noção de sentido:

¹²⁷ Cf. The Interpretation of Frege’s Philosophy, pp. 46-7

No entanto, não apenas uma referência, mas também um sentido pertence a todos os nomes corretamente formados a partir de nossos signos. Todo nome de um valor de verdade *expressa* um sentido, um *pensamento*. Isto é, por meio de nossas estipulações é determinado sob quais condições ele refere ao Verdadeiro. O sentido desse nome, o *pensamento*, é: que essas condições estão satisfeitas. (...) Ora, os nomes simples e complexos, dos quais os nomes de um valor de verdade consistem, contribuem para a expressão do pensamento, e essa contribuição do nome individual é o seu *sentido*. Se um nome é parte de um nome de valor de verdade, então o sentido do primeiro nome é parte do pensamento expresso pelo último.¹²⁸

O que Frege chama de “nome de valor de verdade” é o equivalente, no sistema formal de *Grundgesetze*, ao que comumente chamamos de “frase”. Assim, podemos entender o excerto acima como nos dizendo que aquilo que uma frase *expressa* é um pensamento, isto é, que o sentido de uma frase é um pensamento. O fragmento também apresenta uma elucidação da noção de sentido. O pensamento que cada frase exprime *consiste* em uma condição, uma condição determinada pelas estipulações de referências dos símbolos primitivos; qual seja, a condição para a frase ter o valor de verdade verdadeiro. O sentido das expressões de complexidade lógica inferior ao da frase, o das expressões subfrasais, *consiste* na colaboração dada por essas expressões para os pensamentos expressos pelas frases nas quais ocorrem, ou seja, em seus papéis na determinação da condição para a frase ter como referente o valor de verdade verdadeiro, em vez do falso. Eis um exemplo simples: “A Casa Branca é branca”, nessa frase um objeto é dado de um modo particular e uma propriedade é apresentada de certo modo. O sentido de “a Casa Branca” é a condição para essa expressão ter determinado objeto como seu referente – a residência oficial do presidente dos EUA –; e o sentido de “é branca” é a condição para essa expressão ter determinada propriedade como seu referente. Por fim, o sentido da frase “A Casa Branca é branca”, isto é, o pensamento por ela expresso, é o de que a condição para ela ser verdadeira está satisfeita.

Segundo Dummett, a citação acima do §32, vol. I, de *Grundgesetze der Arithmetik*, é um caso exemplar de explicação que trata a linguagem como anterior ao pensamento.¹²⁹ A noção de pensamento aparece caracterizada por meio das condições para determinado item linguístico – uma frase – ter determinado objeto, o Verdadeiro, como seu referente. A doutrina fregeana segundo a qual valores de verdade são objetos e, portanto, segundo a qual frases são um tipo especial de nome, não é relevante aqui. O que

¹²⁸ The Basic Law of Arithmetic, §32.

¹²⁹ The Relative Priority of Thought and Language, pp. 316-317.

é relevante é a caracterização de pensamentos por meio do que é requerido para *frases* exprimi-los. Além disso, pelo modo como procedeu, Frege teria tornado a noção de sentido dependente da noção de referência, no sentido em que para compreender a primeira seria preciso dispor previamente de uma compreensão da última – ele diz que uma *expressão* tem uma referência; depois, com base nessa relação de referência, ele introduz a noção de sentido. Essa ordem de explicação é, ao que parece, requerida por sua bem-conhecida explicação da noção de sentido por meio da noção de modo pelo qual a referência é dada, ou modo de apresentação da referência. Pois, se a noção de sentido deve ser explicada por meio da noção de referência, devemos primeiro dispor da noção de referência. A noção de referência, por sua vez, é uma noção primariamente atribuível a expressões linguísticas, o que tem referência são expressões linguísticas, e não pensamentos ou os seus constituintes internos.¹³⁰

Esse modo de entender a relação entre item linguístico (veículo), sentido e referência conduz a uma concepção de linguagem como veículo, uma concepção que nega uma existência independente aos sentidos. Em vez da conexão preconizada em *Sobre o Sentido e a Referência* – texto no qual é dito que a conexão regular entre expressão, sentido e referência é tal que a uma expressão está associado um sentido, e esse sentido tem uma referência –, temos uma concepção que faz do sentido um modo pelo qual o item linguístico refere ao seu objeto (ou, de um modo geral, o modo pelo qual uma expressão refere ao seu valor semântico). O pensamento expresso por uma frase, na concepção moderada de linguagem como veículo, passa a ser então uma característica de uma elocução, e não um objeto independente. Essa característica se prende à elocução em virtude de uma variedade de fatos dos quais merecem destaque: a frase da qual a elocução é uma instância (*token*), o contexto da elocução e a linguagem considerada como uma prática convencional, no sentido social de *prática*.¹³¹ Em momento oportuno, voltaremos a esse tema.

¹³⁰ Provavelmente um teórico do pensamento disputará esta afirmação. Tenha-se em mente que não estamos ainda avaliando as posições, mas apenas apresentando a posição de Dummett. É assinalável também que Frege parece ter sustentado justamente o oposto, que a referência é primariamente atribuível aos sentidos e, tão somente em aceção derivada, atribuível aos itens linguísticos. Dummett está ciente disso e, por isso mesmo, observa como Frege procedeu e não como pensou estar procedendo. Cf. *Frege and Other Philosophers*, p. 182-3.

¹³¹ *Frege and Other Philosophers*, p. 261.

6. A impossibilidade de explorar conteúdos prévios na explicação do significado linguístico

Em relação à prioridade analítica, as teorias modestas do significado e, de modo geral, as concepções codistas da linguagem, podem apresentar duas posições: ou os conteúdos de pensamento que são associados à linguagem e que explicam o seu funcionamento não podem, por sua vez, ser explicados; ou esses conteúdos, que são dados independentemente de uma linguagem, admitem explicação. No primeiro caso, não temos uma solução do problema do significado; no segundo, temos uma tentativa de solução do problema comprometida com a prioridade analítica do pensamento sobre a linguagem. A ideia é que, se tivéssemos uma teoria dos pensamentos obtida de forma independente de uma teoria do significado, poderíamos explorá-la em uma explicação do significado.

Dummett investiu contra essa ideia em muitas ocasiões, eis aqui uma delas:

Se não podemos caracterizar uma apreensão do significado de uma palavra como a associação do conceito apropriado com a palavra, então, mesmo se supusermos que o sujeito possuía um conceito antes de aprender a palavra, não podemos fazer *uso* dessa hipótese para explicar em que sua compreensão da palavra consiste. Pode ser, na verdade, que habilidades que manifestam sua apreensão pré-linguística do conceito devam também ser possuídas por qualquer um que compreenda a palavra, o exercício dessas habilidades integrando qualquer uso da palavra adequado para a atribuição de uma compreensão completa dela. Nesse caso, no entanto, a descrição desse uso pode ser explicitada sem qualquer apelo a sua prévia apreensão do conceito; e essa descrição irá por si mesma tornar manifesto em que consiste uma apreensão do conceito. Desse modo, parece que uma explicação do significado linguístico não pode se basear em qualquer concepção dos pensamentos que o falante pode ter sido capaz de ter, ou os conceitos que ele pode ter apreendido, antes de sua aquisição da linguagem; uma explicação do significado linguístico será incapaz de explorar a suposição de que o falante já tinha pensamentos do tipo que ele aprendeu a expressar em palavras quando ele aprendeu uma linguagem pela primeira vez.¹³²

Se a suposição de que fala o trecho fosse correta, poderia ser o caso de um indivíduo possuir conceitos antes de sua aquisição de qualquer linguagem. Quando adquirisse uma linguagem, esse sujeito associaria palavras aos conceitos que já se encontrariam em seu repertório conceitual. Ele poderia, por exemplo, associar o já possuído conceito *quadrado* à palavra “quadrado”. Agora, presumivelmente, estaria aberta a possibilidade de explicarmos a compreensão da palavra “quadrado” em dois momentos: primeiro, oferecemos uma explicação do conceito *quadrado*; depois, explica-se em que consiste a

¹³² Origins of Analytical Philosophy, p. 134.

associação desse conceito à palavra “quadrado”. No trecho, a crítica de Dummett se dirige contra o segundo momento desse modelo explicativo. Se não for possível explicar em que consiste essa associação, mesmo no caso de uma teoria do pensamento ser possível, a tese da prioridade analítica do pensamento sobre a linguagem será falsa. Pois, é preciso ter presente, a tese da prioridade analítica é uma tese relacional, pois diz respeito à relação entre as filosofias do pensamento e linguagem. Quando a prioridade é conferida ao pensamento o que a tese diz é que devemos usar uma explicação dos pensamentos para explicar como uma linguagem funciona, quando a prioridade é conferida à linguagem, a tese diz que ao explicar em que consiste o domínio de uma linguagem fornecemos, a um só tempo, uma explicação filosófica dos pensamentos que podemos exprimir por meio dela. Assim, se não for possível explicar em que consiste a associação entre conceito e palavra, o teórico do pensamento não poderá sustentar sua posição, ainda que disponha de uma sólida teoria dos pensamentos.

Por que não se pode, dispondo de uma prévia caracterização de um conceito, explicar em que consiste a associação entre conceito e palavra e, desse modo, explicar em que consiste a compreensão dessa palavra? Quando falamos em associação entre conceito e palavra talvez algo como o seguinte esquema se imponha naturalmente sobre nós:

E. $C \leftrightarrow P$.

Em (E), de um lado temos o conceito, C , do outro, a palavra, P , as setas completam o esquema, elas indicam a relação entre C e P , elas representam a relação de associação. Esse modelo se ajusta bem ao que ocorre quando o que está em questão é a tradução de uma palavra de uma linguagem em uma palavra pertencente à outra linguagem (red \leftrightarrow vermelho), ou quando temos em mente a relação do terceiro reino fregeano com as expressões linguísticas que usamos, de um lado temos os conceitos (não mentais e desprovidos de matéria) e, do outro, os itens de uma linguagem.

Entretanto, quando se trata, como é o caso aqui, de explicar o funcionamento de uma linguagem, o apelo à noção de tradução tem seus limites – veja-se, por exemplo, o que foi dito acima sobre a ineficiência explicativa de uma teoria modesta do significado. Por outro lado, à parte o fato da concepção de linguagem como veículo dummettiana dissolver o terceiro reino, o esquema tem o seu calcanhar de Aquiles nas setas, na relação de associação. Pois, ainda que um conceito seja objetivo, isso não é suficiente para que o uso de uma palavra que o exprime também o seja: é preciso que a associação entre

conceito e palavra também seja objetiva. Nesse segundo modo de entender o esquema, voltamos ao mesmo problema da associação tal qual o deixamos acima. Vimos que essa associação não pode ser explicada por meio de um processo psicológico. Sem apresentar mais opções, Dummett, por exclusão dos candidatos conhecidos, declara que o problema da associação não pode ser resolvido por um teórico do pensamento, isto é, por alguém que sustente que o pensamento tem prioridade analítica sobre a linguagem.

Na verdade, o esquema (E) deveria ser abandonado, não por estar intrinsecamente comprometido com concepções insatisfatórias da associação entre conceito e palavra, e sim porque ele sugere um modo errado de ver a questão. Ele colabora com a tendência de reificação do significado, ou, mais precisamente, dos conceitos. Uma vez que se separe linguagem e pensamento, tal como faz um teórico do pensamento, o problema da associação se torna premente. Dummett não acredita que o teórico do pensamento possa superá-lo, por isso, mesmo se dispuséssemos de uma teoria do pensamento, não poderíamos explorá-la em uma explicação de como a linguagem funciona.

Dummett oferece uma solução linguística para o problema da associação entre palavra e conceito. Resolve-se o problema da associação descrevendo a aplicação de uma palavra, descrevendo seu uso. Por exemplo, quem quer que tenha apreendido o conceito *quadrado* deve estar apto a discriminar entre coisas quadradas e não quadradas. Essa habilidade discriminativa pode ser atribuída apenas a quem tratar diferentemente coisas quadradas de coisas não quadradas, e isso pode ser manifesto pela aplicação seletiva da palavra “quadrado” apenas a coisas quadradas.¹³³ Assim, dado o princípio de manifestação, a descrição do uso de uma palavra serve como explicação adequada para a apreensão do sujeito do conceito que ele exprime por meio da palavra. Na mesma linha de raciocínio, deve-se dizer que uma explicação da linguagem produz uma explicação dos pensamentos que por meio dela podemos exprimir, e isso é dizer que a primeira das duas sub-teses que compreendem a tese da prioridade analítica da linguagem sobre o

¹³³ Respeitando o princípio de manifestação, seria possível explicar a posse pré-linguística do conceito *quadrado* (assumindo aqui, com fins argumentativos, que existem conceitos pré-linguísticos e que o conceito de quadrado é um desses) por descrever os padrões comportamentais característicos da posse desse conceito. No entanto, segundo Dummett, essa descrição não poderia ser usada em uma explicação do que é para a palavra “quadrado” exprimir o conceito *quadrado*. Empregar uma palavra é, também, um padrão de comportamento, e a habilidade para dominar esse padrão de comportamento constitui a posse do conceito. Assim, podemos caracterizar o pensamento de Dummett como uma crítica à possibilidade de apelar a padrões de comportamento que não fazem referência ao uso de sinais para explicar padrões de comportamento nos quais sinais são usados. Cf. Reply to McDowell, p. 256.) Cf. A primeira citação do Segundo capítulo do presente texto.

pensamento é correta. Se, agora, se aceita também que alguns pensamentos, como os que envolvem o conceito de infinitesimal, podem ser atribuídos apenas a seres com linguagem, então, a segunda sub-tese da prioridade analítica também se vê confirmada, e, por conseguinte, a tese da prioridade analítica em sua integridade.

A defesa dummettiana da tese da prioridade percute no problema do significado ao estabelecer que uma solução do problema deve ser encontrada tão somente dentro dos domínios da filosofia da linguagem. Mais do que isso, a tese da prioridade implica a emancipação da filosofia da linguagem em relação a outros domínios de investigação filosófica: ela é uma defesa da autonomia desse domínio de investigação frente a outros ramos da filosofia. Na posição moderada de Dummett qualquer coisa pode servir como veículo para pensamentos. Ainda assim, a linguagem é um veículo cujo estudo oferece o melhor caminho para o estudo do pensamento. Afinal, a linguagem é um fenômeno sistemático e relativamente isolável de outros fenômenos e circunstâncias – pense, por exemplo, em como uma explicação do significado de “tia” pode ser separada dos outros fenômenos que também podem ocorrer em uma situação na qual é correto usar o termo “tia”. Além do mais, a existência da linguagem e o conhecimento dela por parte de uma falante constituem um pano de fundo suficientemente capaz de explicar os pensamentos que um sujeito pode ter. Por fim, os veículos linguísticos são os únicos que podem refletir fielmente a estrutura dos pensamentos, na acepção estrita de *pensamento*.¹³⁴

Capítulo 3

Introdução

Neste capítulo apresentaremos duas reações à defesa de Dummett da tese da prioridade analítica. Nos capítulos precedentes, vimos como sua defesa apoia-se em uma concepção de teoria do significado completa. As concepções modestas de teoria do significado foram associadas, por sua vez, à rejeição da tese da prioridade. Em um primeiro momento do capítulo, é apresentada a posição de John McDowell, um teórico da modéstia extrema. Num segundo momento, a posição de Gareth Evans, posição que pode ser descrita como modesta branda. O capítulo ainda apresenta, em sua terceira e última parte, a resposta do teórico do pensamento Christopher Peacocke ao problema da associação.

¹³⁴ Cf. *The Seas of Language*, p. 171.

Parte 1: John McDowell: Em defesa da extrema modéstia

1. Explicando uma linguagem *de fora*

Segundo McDowell, a chave de leitura para entender a concepção de teoria do significado completa de Dummett, por oposição a uma teoria do significado modesta, é concebê-la como envolvendo a pretensão de descrever o funcionamento de uma linguagem *de fora*. Podemos facilmente imaginar uma teoria do significado de uma linguagem formulada em outra linguagem, ou seja, formulada *fora* da linguagem sobre a qual se teoriza. Mas, como observou McDowell, o que Dummett pretende é mais radical. Ele pretende oferecer uma explicação do funcionamento de uma linguagem sem pressupor o funcionamento de nenhuma linguagem. Na expressão que esse projeto assume em *The Logical Basis of Metaphysics*, uma explicação da linguagem “deve incluir tudo que aprendemos quando aprendemos pela primeira vez uma linguagem, e portanto não podemos assumir como já dada qualquer noção cuja apreensão é possível apenas para um falante de uma linguagem.”¹³⁵ Em mais de uma ocasião McDowell declarou que uma teoria do significado nesses termos é impossível e propôs, em seu lugar, uma teoria do significado modesta extrema.¹³⁶ Nas próximas seções veremos suas razões para duvidar da possibilidade de uma teoria do significado completa, uma teoria do significado que pretende descrever o funcionamento de uma linguagem *de fora*.¹³⁷

Em *What do I Know when I Know a Language*, Dummett esboça uma explicação de um conceito:

O que é apreender o conceito *quadrado*, por exemplo? No mínimo, é estar apto a discriminar entre coisas que são quadradas e aquelas que não são. Tal habilidade pode ser atribuída apenas a quem tratar, ocasionalmente, coisas quadradas diferentemente de coisas que não são quadradas; um modo de fazer isso, entre muitos outros modos possíveis, é aplicar a palavra “quadrado” a coisas quadradas e não [aplicá-la] a outras coisas.¹³⁸

McDowell faz notar que essa explicação usa o conceito *quadrado*. Como então essa explicação se ajustaria à exigência de uma teoria do significado completa, uma teoria que descreve a prática de usar uma linguagem *sem pressupor a compreensão de qualquer linguagem*? A hipótese interpretativa de McDowell é que ela se adequa ao não usar o

¹³⁵ *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 13.

¹³⁶ Cf. *In Defence of Modesty*, p. 105.

¹³⁷ Cf. *In Defence of Modesty; Another Plea for Modesty*.

¹³⁸ *What Do I Know When I Know a Language*, p. 98.

conceito *quadrado* depois de uma conjunção integrante *que*.¹³⁹ Não é dito no excerto que o sujeito sabe *que* certas coisas são quadradas, ou percebe *que* certas coisas são quadradas e, em decorrência disso, aplica corretamente a palavra “quadrado”. Desse modo, não se pressupõe no trecho o papel do conceito na determinação do conteúdo que o sujeito teria caso dominasse o conceito quadrado. O conceito é empregado na explicação, mas uma apreensão dele pelo sujeito não é pressuposta. O que temos é a descrição de uma capacidade prática dada sem auxílio da noção de conteúdo na qual o conceito figura. Assim, a teoria do significado completa descreve uma capacidade prática cuja aquisição equivale à aquisição de um conceito. Essa descrição pode empregar o conceito, mas essa descrição é dada de uma perspectiva externa em relação ao papel do conceito na determinação do conteúdo.

Uma explicação da linguagem *de fora*, portanto, se define por duas restrições. A primeira consiste em não fazer uso de quaisquer noções que apenas um usuário de uma linguagem pode possuir (p. ex., asserção, verdade, referência, etc.); a segunda, em nunca pressupor como um dado a posse de um conceito, isto é, nunca deixar inexplicado um conceito possuído pelo sujeito no contexto de uma explicação de como uma linguagem funciona. Essa segunda restrição se aplica principalmente ao vocabulário primitivo, visto que as partes mais complexas da linguagem podem ser explicadas em termos dessa região mais primitiva.

Tomando por base essa interpretação sobre o que faz de uma teoria do significado uma teoria do significado completa, McDowell pergunta se temos qualquer razão para supor que uma explicação do conteúdo das expressões de uma linguagem dada de fora seja, mesmo em princípio, possível. Sua resposta, como antecipamos, é negativa.

1.1.O Papel da Mente no Discurso Significativo e explicações internas da linguagem

O teórico da modéstia nega que seja possível explicar os conceitos que constituem o vocabulário primitivo dentro dos limites de uma teoria do significado (*t2*) ; *a fortiori*, nega a possibilidade de explicar *de fora* os conteúdos exprimíveis pelo vocabulário base da linguagem objeto. Isso pode sugerir que o modesto está necessariamente comprometido com uma concepção de linguagem como código.¹⁴⁰ Dummett rejeitou a concepção codista de linguagem, segundo McDowell, porque ela representa o juízo sobre

¹³⁹ In Defence of Modesty, p. 91.

¹⁴⁰ Cf. O primeiro capítulo deste trabalho.

se uma pessoa compreendeu um enunciado de outra (como esta pretendia) como uma hipótese não verificável. Enquanto que, se a comunicação deve ser possível, aquilo em que nossa compreensão de uma linguagem consiste deve estar completamente disponível à vista em nosso uso da linguagem, em nossa participação na prática social de usar a linguagem.¹⁴¹

O alegado caráter público da compreensão de uma linguagem somado à exigência de que uma linguagem seja explicada de *fora* pareceu a McDowell levar a uma espécie de behaviorismo, que nesse caso seria uma mera descrição comportamental dos falantes enquanto partícipes de práticas linguísticas. Tal behaviorismo seria irremediavelmente defeituoso, pois deixaria de fora da explicação do significado linguístico “o envolvimento da mente no discurso significativo”.¹⁴² McDowell se exprime assim a esse respeito:

O envolvimento da mente no discurso significativo é explicitamente reconhecido *apenas* quando descrevemos elocuições em termos de conteúdo – em termos do pensamento expresso. Como, então, pode uma descrição da prática de falar uma linguagem “de fora” do conteúdo ter sucesso em registrar o papel da mente? Como pode ser mais do que uma mera descrição do comportamento externo, com o aspecto mental (interno) do uso da linguagem deixado de fora da explicação?¹⁴³

Vemos no trecho que, segundo McDowell, para reconhecer que a mente participa do caráter significativo das expressões é preciso mencionar o conteúdo das expressões na explicação. Em razão disso, a adesão de Dummett a uma teoria completa do significado e ao princípio de manifestação, que tem como uma de suas consequências o tipo de explicação do conceito *quadrado* dada acima, resultaria em exclusão do papel da mente no discurso significativo. Da perspectiva de McDowell, que a mente não desempenhe um papel essencial no discurso significativo não é aceitável, assim, deveria haver algo errado com as posições de Dummett sobre uma teoria do significado.

2. McDowell e o conhecimento implícito

McDowell entende a adesão de Dummett a uma concepção não modesta de significado como uma saída ao psicologismo com o qual toda teoria modesta estaria, em última análise, comprometida. Uma vez que se fuja do psicologismo, o risco passa a ser o

¹⁴¹ In Defence of Modesty, p. 94.

¹⁴² In Defence of Modesty, p. 94.

¹⁴³ In Defence of Modesty, p. 94. Grifos meus.

behaviorismo e sua aparente incompatibilidade com o reconhecimento da mente no discurso significado. Dummett teria tentando resolver essa dificuldade por considerar que a explicação, *dada de fora*, da capacidade prática que constitui o domínio de uma linguagem caracteriza algo conhecido pelos falantes de uma linguagem. Os falantes teriam *conhecimento implícito* de suas linguagens, conhecimento que seria mostrado parcialmente na prática linguística do falante e parcialmente pela disposição do falante em reconhecer como correta uma formulação daquele conteúdo.¹⁴⁴ É o que parece ocorrer quando seguimos uma regra gramatical por tê-la aprendido por meio de exemplos e, quando nos deparamos com uma formulação correta da regra que até então seguíamos irrefletidamente, reconhecemos prontamente sua correção. Temos assim que a explicação de fora de em que consiste o conhecimento de dada expressão não é meramente uma descrição externa de comportamento, mas a descrição de um conjunto de princípios pelos quais o falante dirigiria seu uso da linguagem. Isso preveniria a prática, na qual a compreensão de uma expressão consiste, de não estar eivada de mentalidade.

2.1 Duas objeções à resposta de Dummett

McDowell não acredita que o apelo à noção de conhecimento implícito resolva a dificuldade. Em primeiro lugar, McDowell desconfia que a prontidão para reconhecer corretamente uma descrição de como um falante age mostre que sua prática seja guiada por um conhecimento implícito possuído por ele. McDowell, no entanto, não explora essa desconfiança.¹⁴⁵ Ele se atém a outras duas dificuldades. A primeira é uma petição de princípio na qual Dummett teria incorrido. O círculo seria o seguinte. A prática linguística é guiada pelo conhecimento implícito. O conhecimento implícito consiste em parte na capacidade de reconhecer uma caracterização desse conhecimento quando uma for apresentada. Essa caracterização emprega termos que estão sendo explicados. O reconhecimento da correção de uma caracterização de uma palavra, assim, seria um exercício da própria habilidade que se pretende ver como guiada pelo conhecimento implícito. Desse modo, a explicação terminaria onde começou, na prática linguística que seria guiada pelo conhecimento implícito.¹⁴⁶

McDowell também vê uma dificuldade na ideia de que o conhecimento implícito pode ser manifestado na prática linguística. É possível depreender do esboço de

¹⁴⁴ Vide nota 42

¹⁴⁵ In *Defence of Modesty*, p. 95.

¹⁴⁶ In *Defence of Modesty*, p. 95.

explicação do conceito *quadrado* acima que podemos manifestar a posse desse conceito por meio de um tratamento distinto ante coisas quadradas e não quadradas. Mas, adverte McDowell, qualquer comportamento, ainda que sistemático, serviria como manifestação de um sem número de conhecimentos implícitos.¹⁴⁷ Por exemplo, todas as manifestações de um sujeito de seu domínio do conceito de quadrado poderiam se ajustar às manifestações do conhecimento implícito do conceito composto *quadrado ou quiliágono*. Assim, a noção de conhecimento implícito não seria capaz de, com manifestações finitas, individuar um conteúdo de conhecimento; e tudo de que dispomos são manifestações finitas.¹⁴⁸

Desse modo, diante da inadequação do conceito de conhecimento implícito, McDowell avalia que devemos voltar ao problema inicial. O coração da dificuldade da proposta dummettiana, segundo McDowell, é a ideia de que devemos explicar *de fora* a prática pública em que a compreensão da linguagem consiste. Como vimos, McDowell vê a motivação de Dummett para adotar uma explicação de *fora* como sua tentativa para evitar o psicologismo implicado por uma concepção modesta de teoria do significado. Ora, McDowell avalia como um erro ver uma relação de implicação entre uma teoria do significado modesta e uma concepção codista de linguagem. Se os significados devem ser explicados de fora, então a recusa em explicá-los desse modo dentro de uma teoria do significado transfere a tarefa para uma teoria do pensamento, entendida como independente de uma teoria do significado. É essa concepção de pensamento caracterizável independentemente da linguagem que está comprometida com uma concepção codista de linguagem. Desse modo, se rejeitamos a ideia de que os significados devem ser explicados de fora, uma teoria modesta não precisa mais envolver uma concepção codista de linguagem. Tampouco podemos, como argumentou McDowell, justificar a adesão a uma explicação de fora por dizer que a alternativa a esse modelo de explicação, uma teoria modesta, implica psicologismo. Porque, a razão para ver uma relação de implicação entre teoria modesta e psicologismo teria sido que uma teoria modesta não oferece uma explicação de fora do vocabulário base e que essas explicações devem ser dadas, portanto, em uma teoria dos pensamentos.

¹⁴⁷ Cf. O fundamento para a premissa 12, na seção 4.2 do primeiro capítulo desta tese.

¹⁴⁸ In *Defence of Modesty*, p. 96. Uma observação semelhante é apresentada abaixo.

Um esquema talvez ajude a entender em que consiste, precisamente, a estrutura da crítica de McDowell:

A = explicações do conteúdo das expressões devem ser dadas de fora;

B = explicações de fora devem ser dadas dentro de uma teoria do significado;

C = explicações de fora devem ser dadas em uma teoria do pensamento;

D = concepção psicologista/codista de linguagem.

McDowell entende Dummett como defendendo a seguinte implicação:

$$1. A \rightarrow (B \vee C).$$

McDowell concorda que:

$$2. C \rightarrow D$$

Como para ambos D é espúria, então, para ambos:

$$3. \sim C.$$

Por definição, uma teoria modesta é:

$$4. \sim B.$$

Com base em 1, 3 e 4, Dummett, para evitar que por *modus tollens* negue-se A, teria concluído que uma concepção modesta de teoria do significado deve ser abandonada – que o problema estaria com $\sim B$, e que, portanto, B seria verdadeira. McDowell, por sua vez, em vez de abandonar $\sim B$, propõe rejeitarmos A. Além disso, ele adverte que não podemos justificar A do seguinte modo:

$$5. B \vee C$$

$$6. C \rightarrow D$$

$$7. \sim D$$

Portanto,

$$8. B$$

E, visto que B está comprometido com A, então:

9. A.

Não podemos, segundo McDowell, porque o enunciado disjuntivo *B ou C* é engendrado por A e, assim, tentar justificar A desse modo seria incorrer em uma petição de princípio.

Diante disso, a estratégia de McDowell é oferecer uma rejeição arrazoada da ideia de que os conteúdos de uma linguagem devem ser explicados de fora – A –, uma rejeição que não implique uma concepção codista de linguagem – D.¹⁴⁹

3. Uma alternativa modesta extrema

McDowell expõe sua teoria do significado modesta extrema em dois momentos, nos artigos *In Defense of Modesty* e em *Another Plea for Modesty*. Exporemos ambos os artigos, mas, entre e um e outro interpomos a apresentação da réplica de Dummett ao primeiro deles, *In Defense of Modesty*. Tal réplica é condição de inteligibilidade do outro, *Another Plea for Modesty*, que pode ser entendido como a tréplica de McDowell. Antes uma breve explicação de como McDowell entende as noções de verdade e expressão de pensamento.

O tipo de teoria do significado preconizada por McDowell é de inspiração davidsoniana. Pretende-se com isso dizer que ela é baseada em especificações com a forma “F é verdadeira se e somente se P”, em que *F* ocupa o lugar de uma frase mencionada e *P* faz as vezes de uma frase usada. Assim como fora para Davidson, a ideia é explorar uma teoria da verdade para uma dada linguagem, a fim de tornar inteligível o uso do falante de sua linguagem. O modo pelo qual uma teoria da verdade pode ser usada para tornar inteligível o uso de uma linguagem é exemplificado nesta condição: *se um falante profere uma frase em um ato que pode ser genuinamente considerado uma asserção, então sua ação será inteligível como dizendo (...) e assertoricamente exprimindo o pensamento que (...)*.¹⁵⁰ Essa condição deve ser preenchida, em suas reticências, por elementos oriundos de especificações de condições de verdade geradas por uma teoria da verdade para uma dada linguagem. Assim, por exemplo, caso a teoria da verdade tivesse gerado a especificação “‘A terra se move’ é verdadeira se e somente se *a terra se move*”, então a condição que revela a inteligibilidade do uso da linguagem de um falante seria: S diz “a terra se move” e com isso exprime o pensamento que *a terra*

¹⁴⁹ In Defence of Modesty, p. 98.

¹⁵⁰ Dummett on Truth conditions and Meaning, p. 352.

se move. Essa condição revela, segundo McDowell, toda a substância de nossa compreensão do que está envolvido em considerar certas ações como manifestações de racionalidade.¹⁵¹

O modo como McDowell entende o predicado “é verdadeiro” nas especificações de condições de verdade é importante para a apreciação de sua concepção de teoria do significado. Para ele, dizer que algo é o caso quando algo é o caso (dizer que “P” quando P) é dizer algo verdadeiro; ou, em um modo mais arcaico, *verdade* é dizer do que é que é, do que não é que não é. Essa concepção de verdade não pode ser compreendida, ele observa, sem explorar a ideia de que uma frase pode ser usada para *dizer* algo.¹⁵² Essa concepção de verdade está essencialmente vinculada à noção de dizer algo com sentido, em que “dizer” deve ser entendido como sinônimo de “expressar um pensamento”. No entanto, isso não significa que o conceito de verdade deva ser explicado por meio da noção previamente dada de *expressão de pensamento*, já que não há razão para supor que algo reconhecível como uma expressão do pensamento de que algo é o caso seja inteligível antes da ideia segundo a qual: se algo é o caso, então, dizer que algo é o caso é dizer a verdade. As noções de verdade e de expressão de pensamento podem apenas ser pensadas juntas; pensar em uma é pressupor a outra, e vice-versa. Não há aqui prioridade explicativa. Assim, para fazer justiça a uma teoria da verdade tal como pensada por McDowell é preciso supor

[...] que o conceito de verdade que seria empregado em qualquer tal teoria, por um lado, e, por outro, o conceito de pensamento e de expressão de pensamento, que alguém emprega quando sumariza o que é para uma tal teoria ser usada como uma teoria do significado, [...] são inteligíveis apenas em conjunto.¹⁵³

Desse modo, não se pode esperar que uma explicação do conceito de significado – que compreende a ideia de frases que são usadas para dizer coisas, ou para expressar pensamentos – seja dada relativamente a uma compreensão prévia do conceito de verdade tal qual McDowell o compreende, pois essa noção de verdade é indissociável da noção de expressar um pensamento por meio de uma frase. Portanto, embora a noção de verdade, por meio de uma teoria da verdade para uma linguagem, seja usada para elucidar a noção de significado, essa noção não é pressuposta em uma explicação do significado.

¹⁵¹ Dummett on Truth conditions and Meaning, p. 352.

¹⁵² Dummett on Truth Conditions and Meaning, p. 342.

¹⁵³ Dummett on Truth Conditions and Meaning, p. 353.

Procurando explorar uma teoria da verdade nessas linhas, McDowell oferece uma alternativa à concepção completa de teoria do significado, uma alternativa que:

[...] deixa espaço para um modo diferente de evitar tanto o behaviorismo como o psicologismo, de acordo com a qual a compreensão de alguém de uma linguagem está aberta à vista em uma prática que *não* é caracterizável, de modo a revelar o significado que reside nela, “de fora” do conteúdo.¹⁵⁴

Apresenta-se assim uma teoria modesta do significado não psicologista e que envolve uma concepção de prática linguística que pode ser caracterizada corretamente apenas levando-se em conta que essa prática está eivada de conteúdo. Na verdade, segundo McDowell, a própria “possibilidade de evitar tanto o psicologismo como o behaviorismo depende precisamente de abraçar a modéstia.”¹⁵⁵

Em um enunciado típico de uma teoria do significado (“P” significa que P) a expressão à esquerda aparece mencionada e expressão à direita, usada. A distinção entre menção e uso é muito útil para uma teoria modesta tal como McDowell a concebe, porque ela possibilita ver os enunciados de uma teoria do significado

Não como transformando os teoremas em notas promissórias para alguma explicação imaginada dos conteúdos em questão, “de fora”, em uma teoria do pensamento, mas como insistindo que os teoremas *dão* aqueles conteúdos, *não* “de fora”, por [meio de] usos de uma linguagem inteligível. Nossa atenção é, na verdade, atraída para os conteúdos das frases usadas, em vez de para as meras palavras (que são possíveis objetos de atenção mesmo para alguém que não compreenda a linguagem à qual elas pertencem): mas não como algo “atrás” das palavras, a que devemos penetrar por tirar suas vestes linguísticas, em vez disso, como algo presente nas palavras – algo capaz de ser ouvido ou visto nas palavras por aqueles que compreendem a linguagem.¹⁵⁶

Quando, no contexto de uma teoria do significado, nos deparamos com o enunciado “‘P’ significa que P” não estaríamos a um passo de dar uma explicação de *P*, para finalmente explicarmos o significado de “P”. “‘P’ significa que P” não deve ser entendida como uma promissória dentro de uma teoria do significado, como o reconhecimento de uma dívida explicativa. *P* dota “P” de conteúdo, e desse modo, por explorarmos nossa compreensão de *P*, entendermos o que *P* significa. A modéstia extrema não é uma forma de psicologismo, porque psicologismo é sustentar que os sentidos das expressões de uma linguagem estão, de algum modo, escondidos atrás delas, e a visão defendida por

¹⁵⁴ In Defence of Modesty, p. 98.

¹⁵⁵ In Defence of Modesty, p. 99.

¹⁵⁶ In Defence of Modesty, p.99.

McDowell apresenta os sentidos das expressões como algo que se deixa ver na superfície, em suas vestes linguísticas, como algo que pode ser ouvido e visto *nas* palavras. ¹⁵⁷

A concepção de teoria do significado completa está comprometida com a ideia segundo a qual episódios particulares de uso da linguagem devem ser avaliados pelo que são, sem que seja permitido apelar para fato de a perspectiva avaliativa já ter uma compreensão desses episódios como portadores de significado. Segundo McDowell, este é o calcanhar de Aquiles da concepção dummettiana de uso de uma linguagem: pensar que o significado pode ser analisado puramente em termos comportamentais. Aceitar a modéstia extrema, por outro lado, é insistir que o papel da mente está sempre à vista no uso da linguagem, uma vez que o aspecto externo do comportamento linguístico envolve essencialmente conteúdo.

Para evitar ambos, psicologismo e behaviorismo, de acordo com McDowell, tem-se que aderir à ideia segundo a qual a competência em uma linguagem é uma habilidade para corporificar pensamentos em palavras, bem como para ouvir (e ler) pensamentos em palavras. Agora, para evitar uma concepção codista de linguagem, é preciso ainda notar que adquirir uma linguagem (a primeira linguagem) não é aprender um comportamento externo para estados mentais previamente dados, e sim tornar-se capaz de ter os pensamentos que a linguagem é capaz de exprimir. Isto é, é preciso rejeitar a prioridade temporal do pensamento sobre a linguagem. A habilidade para ter pensamentos é uma habilidade adquirida quando o sujeito torna-se membro de uma comunidade linguística. ¹⁵⁸ Uma teoria modesta, no entanto, não tem que explicar o processo pelo qual se adquire tal habilidade. A teoria tem por objeto um estado no qual essa habilidade encontra-se consolidada. Ela tem início quando o conteúdo das expressões já é um dado, e é justamente a impossibilidade de uma teoria do significado completa que torna a tarefa de explicar a aquisição dessa habilidade tão difícil, pois seu fracasso nos deixa aparentemente sem alternativas de como explicar o salto qualitativo que resulta da aquisição dessa habilidade. Assim, a verdadeira dificuldade é compreender como o conteúdo, explicitamente concebido como inacessível exceto de dentro, pode ser compreendido como um resultado de modos mais simples de atividade e consciência do que aqueles nos quais eles figuram. ¹⁵⁹ Seja como for, essa tarefa de análise não cabe a

¹⁵⁷ In *Defence of Modesty*, p. 99.

¹⁵⁸ In *Defence of Modesty*, p. 105.

¹⁵⁹ In *Defence of Modesty*, p. 105. Ver também: *Hegel*, p. 607.

uma teoria do significado, e tampouco há em estágios pré-linguísticos algo que mereça ser tratado como pensamento e que pudesse ser objeto de um estudo à parte do estudo da linguagem.

3.1 Réplica de Dummett a McDowell: o propósito de uma teoria do significado

A posição de McDowell apresentada acima está contida em seu artigo *In Defence of Modesty*. Dummett tomou conhecimento desse artigo e lhe escreveu uma réplica. Nela, a principal acusação que Dummett dirige a McDowell é de não ter entendido o propósito de uma teoria do significado e, assim e em última análise, de não ter entendido o que é uma teoria do significado. Dummett nos diz que o que é exigido de uma teoria do significado depende daquilo para o que queremos uma teoria do significado.¹⁶⁰ Uma teoria do significado, ele nos diz, tem o propósito de oferecer uma resposta sofisticada à questão sobre o que é o significado. Uma resposta sofisticada é definida por ele como uma que observa três princípios. Primeiro, o que ele chama de “princípio de Wittgenstein da diversidade das funções das palavras”, que nega que haja uma resposta uniforme à questão sobre o que é para uma palavra significar algo. O segundo diz que apenas é possível explicar o significado de uma palavra por explicar sua contribuição ao significado de frases, e que só é possível explicar o significado de frases por explicar seu funcionamento dentro de uma linguagem (uma versão ampliada princípio do contexto fregeano). Por fim, o princípio de não reificação do significado, que, se observado, nos faz preferir explicações com a forma “o significado de X é...”, em favor de explicações com a forma “o que é para X significar o que ela significa é...”. Uma adesão em bloco a esses princípios transforma a pergunta sobre o que é o significado em uma investigação sobre o que para algo funcionar como uma linguagem. O propósito de uma teoria do significado seria, portanto, explicar como uma linguagem funciona.¹⁶¹

3.1.1. A impotência explicativa de uma teoria modesta extrema do significado e a tese da não-prioridade

Nesse estágio de compreensão do projeto, a tese da prioridade vem à baila. McDowell se declarou favorável à tese da prioridade e, segundo Dummett, o teria feito por discordar do psicologismo; visto que basear uma explicação da linguagem em uma concepção pré-

¹⁶⁰ Reply to John McDowell, p. 254, 268.

¹⁶¹ Reply to John McDowell, p. 255.

linguística de pensamento envolveria explicar a linguagem em termos de processos internos – e isso é o que McDowell teria pretendido com a ideia de que o psicologismo envolve uma hipótese sobre a compreensão, que se daria dentro da mente. Ora, Dummett sustentou que a posse de um conceito é uma habilidade para participar de certos padrões de comportamento e, por isso, uma explicação da posse do conceito poderia ser dada por meio daquilo que conta como sua manifestação. Se explicarmos a posse de um conceito sem referência a itens linguísticos, iremos encontrar as dificuldades apontadas pelo problema da associação. Empregar uma palavra também caracteriza um padrão de comportamento, e dominar esse padrão de comportamento é dominar o conceito que pode ser expresso por meio de certa palavra. Diante disso, a proposta de Dummett é que não podemos, e em todo caso não precisamos, apelar a padrões de comportamento pré-linguísticos para explicar os padrões de comportamento linguístico. Se a tese da prioridade é correta, ou devemos explicar a linguagem sem apelo à posse de conceitos pré-linguísticos ou não podemos explicá-la em absoluto. A alternativa modesta de McDowell, segundo Dummett, equivale a dizer que não podemos explicá-la em absoluto. É, no melhor dos casos, uma defesa da tese da não prioridade.

Como não podemos ver o conteúdo de uma elocução como algo que lhe foi conferido por um pensamento, concebido como algo que está na mente do falante (psicologismo), nem podemos ver esse conteúdo como determinado externamente, como estabelecido pela prática da qual participa a elocução e o falante (behaviorismo), devemos ver o conteúdo como algo que está *nos* sinais linguísticos. Assim teria pensado McDowell. Mas, pergunta Dummett, em virtude do que certos sinais têm essa propriedade? Para McDowell, ao que parece, não há nada em virtude do que as expressões têm significado. É um fato bruto que elas tenham essa propriedade, e esse fato bruto não está disponível a uma explicação em termos de fatos mais bem assentados e conhecidos. Qualquer tentativa de explicar o significado em termos mais elementares em vez de resultar em uma explicação do conteúdo, resultaria em sua descaracterização.

Brentano sustentou que apenas fenômenos mentais apresentam a característica da intencionalidade. McDowell menciona com aprovação essa tese de Brentano, sugerindo que ela se aplica também à tese segundo a qual nenhum fenômeno físico tem a característica de ter conteúdo. Dummett observa, contra McDowell, que a tese de Brentano não implica a impossibilidade de explicar a característica da intencionalidade em termos de um contexto maior e publicamente observável no qual ocorrem os atos

mentais, e, por extensão, nada do que Brentano disse implicaria que o conteúdo das expressões não possa ser explicado. Para McDowell, a atribuição de significado a uma expressão não pode ser explicada, enquanto que para Dummett as palavras e frases devem seus significados a seus papéis na enorme prática social que caracteriza uma linguagem – uma teoria do significado completa pretende dar uma explicação sistemática dessa prática, e por meio disso, explicar o que as palavras e frases significam. ¹⁶²

3.1.2. Dummett e a acusação de behaviorismo

Dummett avalia como injusta a suspeita de behaviorismo que McDowell dirige a sua concepção de significado. ¹⁶³ O uso de uma linguagem é uma atividade racional, assim como também o é a atividade de jogar xadrez. O modo preferido por Dummett para ilustrar o caráter racional da atividade de usar uma linguagem é pensar por analogia com a atividade enxadrística. ¹⁶⁴ Imaginemos, como ele muitas vezes nos convida a imaginar, que alienígenas nos observam e, em particular, nos observam jogando xadrez. Eles não nos percebem como agentes racionais, no entanto, nos veem apenas como elementos de certo fenômeno natural que ocorre na Terra. Em razão disso, eles não atribuem intenções e motivos aos jogadores de xadrez. Eles ignoram que os jogadores pretendem vencer a partida e, mais fundamentalmente, são incapazes de distinguir as regras seguidas de meras regularidades. Alguns lances nunca ocorrem em uma partida de xadrez, ou por serem péssimos ou por serem tão brilhantes que a ninguém ocorreu pô-los em prática. Também nunca ocorre de as pessoas durante o jogo, por exemplo, levarem suas peças a uma altura de dez metros antes de terminarem cada movimento. Os alienígenas observadores sabem apenas que esses lances e esses movimentos estranhos nunca ocorrem; mas não sabem que esses lances estão previstos pelas regras ou que é a conveniência que dita o movimento real descrito pelas peças para concluir um lance. Os observadores não distinguem regras de regularidades, porque regras, entendidas como opostas a regularidades, pressupõem comportamento intencional, e eles ignoram que somos agentes racionais.

Assim como o jogo de xadrez, a linguagem é uma atividade racional. O discernimento de intenções e motivos é característico de nosso uso da linguagem. Em

¹⁶² Reply to McDowell, p. 259.

¹⁶³ McDowell nega essa acusação. Cf p., 112.

¹⁶⁴ The Logical Basis of Metaphysics, p. 88; Reply to McDowell, p. 260.

uma conversa, por exemplo – um consagrado uso da linguagem – exercemos nossa consciência de que o nosso interlocutor é um agente racional, dotado de intenções e motivos. Refletida ou irrefletidamente, estimamos os motivos e intenções que levam nosso interlocutor a dizer o que diz e do modo que diz. À medida que a conversa avança nos perguntamos acerca de nosso interlocutor: por que ele acha essa observação relevante? Qual o seu propósito em dizer algo tão óbvio? Qual é o seu propósito em dizer algo tão obviamente falso, tão embaraçoso ou tão irrelevante? Ele está mudando de assunto, e se sim, por que está fazendo isso? Ele pretende que sua última observação seja entendida como um exemplo, como uma conclusão ou como uma razão para o que disse antes? Ele está tentando ser engraçado ou irônico? Por que ele se exprime por meio de tantos rodeios? Fazemos ou podemos fazer essas e outras tantas perguntas porque avaliamos que a linguagem é uma atividade protagonizada por seres racionais, seres que têm propósitos, motivos e intenções.

Com base nisso, Dummett replica a McDowell nestes termos:

É no fato de uma teoria do significado ter que ser avaliada como uma descrição inteligível de uma atividade na qual se engajam comunitariamente agentes inteligentes que seu caráter não behaviorista deve ser localizado, não em tornar o conteúdo de elocuições uma propriedade misteriosa e não natural [das expressões].¹⁶⁵

Assim, a linguagem fornece uma base para atos racionais e, por isso, não pode ser entendida em termos de estímulo e resposta.¹⁶⁶ O behaviorismo é evitado porque intenções, motivos e propósitos não são explicados em termos de comportamento. E isso só é possível se compreendermos, como Dummett compreende, que intenções e motivos não fazem parte do significado das expressões.¹⁶⁷

4. McDowell e mais um apelo por modéstia extrema

Em *Another Plea for Modesty*, McDowell responde à réplica de Dummett e reitera seu compromisso com a modéstia. Desta feita, em um claro enunciado da tese da não

¹⁶⁵ Reply to McDowell, p. 262.

¹⁶⁶ Note que essa é também uma razão para a noção de conhecimento ter centralidade em uma teoria do significado, porque, seja o que for o significado, ele que deve ser conhecido pelos falantes para constituir o ponto de apoio para sua racionalidade.

¹⁶⁷ Ver Capítulo I, Seção 2.2. Note-se que intenções e motivos caracterizam a racionalidade. Animais têm motivos e intenções. Assim, animais são seres racionais não humanos. Em tempo, curiosamente em sua réplica Dummett não critica a interpretação de McDowell da relação entre modéstia, psicologismo e a concepção codista de linguagem. Mais adiante apresentaremos, dado os recursos de que dispunha Dummett, como ele poderia ter criticado a estrutura do argumento de McDowell.

prioridade, ele caracteriza a modéstia como uma posição que não se esquivava, nem adia, a realização de uma tarefa razoável, e sim como uma posição que recusa uma ambição explicativa pela natureza mesma do caso.¹⁶⁸ Não se trata aqui, como sugerido em *In Defense of Modesty*, de dar o título de teoria do significado apenas a um conjunto diferente de interesses, mas de entender que aquilo que uma teoria do significado completa pretende não é factível. Mesmo se uma teoria do pensamento fosse possível e a demarcação de uma teoria do significado fosse abrangente o suficiente para abarcá-la, ainda assim não seria possível explicar o vocabulário primitivo *de fora*.¹⁶⁹

4.1. Linguagem e Racionalidade

Em muitas ocasiões Dummett declarou que a descrição do funcionamento da linguagem objetivada por uma teoria do significado deve fazer sentido da atividade de usar a linguagem como uma atividade conduzida por seres racionais. Para McDowell, damos sentido racional a qualquer ação apenas sob determinadas descrições.¹⁷⁰ Nem toda descrição verdadeira apresenta a ação realizada como uma ação racional. Consideremos, por exemplo, estas descrições da emissão sonora dos fonemas equivalentes à frase “a terra gira em torno do sol” por um sujeito S qualquer:

1. S articulou um som com a duração t acompanhado por tais e tais gestos;
2. S, no intervalo t , contraiu os músculos m_1 , m_2 , m_3 ...;
3. S exprimiu o pensamento que a terra gira em torno do sol;
4. S afirmou que a terra gira em torno do sol.
5. S perguntou se a terra gira em torno do sol

Apenas as três últimas apresentam a ação linguística como uma ação de um sujeito racional. No entanto, essas três descrições, que são aptas a mostrar que a ação linguística de um sujeito é uma ação racional, não são permitidas em uma teoria do significado completa, visto que usam termos que pressupõem o domínio de alguma linguagem (asserir, exprimir um pensamento, perguntar). Então a explicação da prática de usar uma linguagem pretendida por Dummett, diz McDowell, deveria de algum modo duplicar os

¹⁶⁸ Another Plea for Modesty, p. 109.

¹⁶⁹ Cf. In Defense of Modesty, p. 105; Another Plea for Modesty, 109, 111-2. Outro modo de caracterizar a modéstia, tal como entendida por McDowell é dizer que ela equivale a rejeição do requerimento de não circularidade de Peacocke (vide abaixo); Cf. Another Plea for Modesty, p. 111.

¹⁷⁰ Vide seção 3 deste capítulo

modos disponíveis de fazer sentido do comportamento linguístico.¹⁷¹ Porque, seja qual for a explicação obtida por seguir à risca o projeto de Dummett, ela não terá feito uso das descrições que costumeiramente usamos para dar sentido ao comportamento linguístico de alguém. Porém, uma vez que essas descrições são o único elo entre compreensão racional e comportamento linguístico, não teríamos mais razão para considerar as ações linguísticas como ações de seres racionais. Assim, em vez de aprofundar nossa compreensão do comportamento linguístico, uma teoria do significado completa nos impediria de ver o caráter racional que todos sabemos que a linguagem tem.¹⁷²

Em *Reply to McDowell*, Dummett diz que a abordagem de McDowell torna o significado uma propriedade não natural e misteriosa das expressões.¹⁷³ McDowell afirma que um falso dilema motiva tal interpretação, a saber: ou uma descrição nos termos de Dummett é possível, ou os significados das expressões são independentes de como as usamos.¹⁷⁴ Como vimos, para McDowell, apenas é possível caracterizar a prática linguística usando um aparato conceitual que pressupõe o domínio de uma linguagem. Essa restrição, segundo ele, convive harmoniosamente com o reconhecimento de que as elocuições de um falante devem se relacionar apropriadamente umas com as outras, com as elocuições dos outros, com o contexto de elocução e com o seu próprio comportamento linguístico. Uma vez rejeitado esse dilema, mantém McDowell, a ideia de que sua posição é derrotista perde um pouco de seu fôlego.

Dummett defendeu que palavras e frases de uma linguagem significam o que significam em virtude do papel que desempenham na prática social que caracteriza o uso de uma linguagem. Esses termos, no entanto, não são suficientes para revelar o desacordo entre Dummett e McDowell. À pergunta “em que consiste que o termo *corajoso* signifique o que significa na linguagem?” ambos poderiam responder por apresentar o papel dessa expressão na prática social que caracteriza a linguagem. A discordância emerge no que diz respeito aos termos que são considerados lícitos ao dar uma tal explicação; para Dummett não podemos fazer uso de noções, tomadas como já

¹⁷¹ Another Plea for Modesty, p. 113.

¹⁷² Another Plea for Modesty, p. 113.

¹⁷³ Reply to McDowell, p. 262.

¹⁷⁴ Another Plea for Modesty, p. 114.

compreendidas, cuja aplicação depende da existência de uma linguagem; para McDowell, por sua vez, o apelo a tais noções é inevitável.¹⁷⁵

De modo semelhante, a discordância entre ambos não fica patente se for caracterizada nestes termos: “o que torna uma atribuição de significado verdadeira é algo público”. Ambos podem aceitar isso. Mas, enquanto para Dummett esse algo público que torna uma atribuição de significado correta não precisa ser entendido como já dotado de significado, para McDowell aquilo que torna a atribuição de significado correta é também privado de significado e não pode ser caracterizado de outro modo, sob pena de perder-se com isso a inteligibilidade da prática *como* prática linguística.

5.2. Explicação de fora à luz das considerações sobre seguir uma regra

A frase “S diz ‘carros são rápidos’ e asser o pensamento que carros são rápidos” torna manifesto o caráter racional da ação linguística realizada pelo sujeito *S*. Se Dummett estiver correto, é possível manifestar o caráter racional dessa ação linguística sem fazer uso da noção de asserção, ou, na verdade, de qualquer noção que esteja disponível apenas para um falante de uma linguagem. Assim, teríamos dois modos de dar inteligibilidade à prática linguística. Mas as descrições não estariam em pé de igualdade. O tipo de descrição dummettiana explicaria o primeiro tipo de descrição, isto é, descreveria de modo não trivial em razão do que aquele tipo de descrição que se serve de noções linguísticas é correto ou incorreto. Assim, em certo sentido, a explicação proposta por Dummett seria mais fundamental.

A descrição dummettiana, vimos acima, funciona por situar performances linguísticas em padrões de comportamento.¹⁷⁶ E isso, segundo McDowell, já revela um ponto de fragilidade do projeto dummettiano. Se descrevermos o comportamento linguístico observando a economia conceitual recomendada por Dummett, para qualquer padrão ao qual façamos conformar uma série de comportamentos linguísticos, haverá sempre outros cuja conformidade seria igualmente possível. Esse desafio pode ser assim caracterizado. Se tentarmos descrever um padrão presente na escrita de alguém de uma série de números sem fazer uso da expressão “obedecendo a ordem de adicionar mais 2”, ou expressões semelhantes, haverá sempre padrões divergentes que se ajustam à série de números até então registrada pelo sujeito. Se a série anotada foi “..., 986, 988, 1000,...”,

¹⁷⁵ Cf. Another Plea for Modesty, p. 114.

¹⁷⁶ Another Plea for Modesty, p. 114.

essa série poderia continuar tanto assim “..., 1002, 1004, 1006...”, como assim “..., 1004, 1008, 1012...” sem prejuízo para a inteligibilidade da ação perpetrada pelo sujeito. Na verdade, os vários modos de continuar a série são candidatos alternativos para dar sentido à ação do sujeito.¹⁷⁷

Para McDowell, as considerações precedentes devastam a concepção de Dummett de significado. Vimos que para Dummett o significado de uma expressão é algo que deve ser algo público, o significado deve ser completamente manifesto na prática linguística. Agora, se um padrão de comportamento linguístico não é suficiente para determinar qual regra está sendo seguida, nenhuma série de comportamentos seria suficiente para manifestar o significado de uma expressão, por mais extensa e variada que fosse. Assim, que uma expressão signifique isso ou aquilo seria, no melhor dos casos, uma hipótese, e isso equivale a dizer que o significado não é (e nem pode ser) completamente manifestado na prática linguística.

De acordo com McDowell, essas considerações sobre a relação entre padrões e significado, obviamente inspiradas nas considerações sobre seguir regras de Wittgenstein, não devem ser vistas como direcionadas contra a tese de que o significado é completamente manifestado no uso da linguagem, nem devem ser vistas como colocando em xeque nossa efetiva compreensão mútua por meio da linguagem. A consideração revela, em vez disso e mais uma vez, a inviabilidade de uma explicação *de fora* da linguagem. A esse respeito, assim se exprime McDowell:

Na vida real, pelo menos em alguns casos, pode ser muito mais do que uma mera hipótese para mim que alguém não está comprometido com um padrão que continua “..., 1000, 1004, 1008, ...”. Eu posso saber que ele não continuará assim – desconsiderando-se os casos de aberração mental, brincadeira, ou coisa do gênero. Mas isso é porque em tais casos sei que o que ele está fazendo justifica uma atribuição no nível de “obedecendo a instrução de adicionar 2”. Eu tenho o conhecimento que tenho do padrão ao qual o comportamento se conforma (e salvo em casos de aberração e assim por diante, continuará a se conformar), como descrito em termos que funcionam abaixo do nível daquela descrição, apenas derivativamente de meu conhecimento daquilo ao que se aplica a descrição. Se eu suspendo esse conhecimento, como devo se sou obrigado a me abster de conceitos que figuram nela, o padrão assume, como antes, o aspecto de uma hipótese [...].¹⁷⁸

¹⁷⁷ Another Plea for Modesty, p. 115. Cf. *Investigações Filosóficas*, § 185.

¹⁷⁸ Another Plea for Modesty, p. 117.

No trecho McDowell mostra como um teórico da modéstia pode responder às considerações sobre seguir regras. A ideia central é que meu conhecimento do padrão não é primitivo em relação aos conceitos que ele determina, mas, inversamente, o padrão é conhecido via conceitos, porque é por eles determinado.¹⁷⁹ Desse modo, as considerações sobre seguir regras imporiam dificuldades apenas para uma concepção de significado completa.

Depois de recusar uma teoria do significado completa por obliterar a inteligibilidade do comportamento linguístico e, em razão disso, falsificar o modo como nossa compreensão relaciona-se com a prática linguística, ele escreve:

O desejo por imodéstia reflete uma atitude filosófica familiar em relação ao conteúdo. A atitude é aquela na qual inquirimos pela capacidade da linguagem para dar expressão ao pensamento; consideramos que essa capacidade é algo que devemos achar misterioso a menos que possamos reconstruí-la em termos conceitualmente independentes, e desse modo ver como poderíamos integrá-lo em uma imagem do mundo que já não explicitamente deixa espaço para ele.¹⁸⁰

A citação acima representa mais do que uma discordância sobre os modos de lidar com o problema do significado, representa um modo alternativo de entender o próprio problema. De acordo com Dummett, dominamos a prática de usar a linguagem, mas essa prática não nos é transparente. Afirmamos, manifestamos dúvidas, ordenamos, etc. sem compreender exatamente o que fazemos. A prática linguística nos é opaca, e uma teoria do significado tem a missão de tornar essa prática transparente. Para McDowell, o lugar no qual podemos achar toda a prática linguística estranha não existe. Podemos ter dúvidas sobre o funcionamento da linguagem, mas as temos depois de possuir linguagem. Nunca estamos numa situação na qual podemos ver a prática linguística como algo completamente estranho. Dummett atribui a uma teoria do significado a missão de responder como podemos realizar atos linguísticos por meio da linguagem, mais fundamentalmente, a missão de explicar o que é realizar um ato linguístico.¹⁸¹ Esse tipo de questão não deve fazer parte de uma teoria do significado de acordo com McDowell, porque essas questões só poderiam ser respondidas em termos conceitualmente independentes, termos que não explicam a linguagem, a descaracterizam. Apoiado nisso, ele volta a insistir que nos deve ser permitido usar noções linguísticas em uma explicação da linguagem e que isso não

¹⁷⁹ McDowell defende que temos acesso perceptivo aos conceitos expressos em uma linguagem.

¹⁸⁰ Another Plea for Modesty, p. 131. Comparar esse trecho com o a seção 1 do primeiro capítulo.

¹⁸¹ The Seas of Language, p. 186.

reflete uma posição derrotista ou acomodada diante de uma tarefa. Afinal, não se faz pouco quando se faz tudo que é possível fazer.

Parte 2: Evans e a noção de sentido

1. Introdução

Dummett considera que a filosofia de Gareth Evans apresenta-se como o desafio mais interessante à tese da prioridade – um desafio que lhe pareceu interessante justamente por não ter sido, a seu ver, a intenção de Evans negar a tese da prioridade analítica. Nesta segunda parte deste capítulo, apresentamos o tratamento de Evans da noção de sentido em *The Varieties of Reference* e em *Understanding Demonstratives*, a fim de mostrar como as explicações dadas ali parecem representar um abandono da tese da prioridade analítica. Na sequência, registramos a recepção de Dummett dessas ideias evansianas.

2. Sentido como modo de pensar a referência e o critério intuitivo de diferença entre sentidos ¹⁸²

Evans, seguindo Frege e Dummett, afirma que não devemos apenas pensar sobre um objeto a fim de compreender uma frase que contenha um termo singular que o denote, mas que devemos também pensar nesse objeto de algum modo particular. ¹⁸³ Quando compreendemos a frase “o Everest tem mais de 8000 metros de altura”, pensamos no Everest, porém, uma vez que pensamos sobre a montanha, devemos pensá-la deste ou daquele modo particular. E o que vale para o Everest vale para qualquer objeto: não se pode apenas pensar em qualquer objeto simplesmente sem mais, se pensamos em um objeto, devemos pensá-lo de um modo particular. ¹⁸⁴ Para Evans, esse modo particular de pensar em um objeto é o sentido que associamos às expressões. Então, no modo como Evans interpreta a noção fregeana de sentido, um sentido é um modo particular de pensar sobre um objeto.

A noção de sentido é uma noção cognitiva e, em face disso, o sentido das expressões é sensível a mudanças nas atitudes proposicionais. Frege muitas vezes distingue sentidos pelo simples fato de ser possível, para o mesmo sujeito e ao mesmo

¹⁸² Nesta seção, por brevidade, apresentamos apenas o tratamento de Evans da noção de sentido para termos singulares.

¹⁸³ Aliás, Evans em mais de uma ocasião diz que sua interpretação de Frege deve muito a Dummett. Cf. *Understanding Demonstratives*, p. 291; *The Varieties of Reference*, p. 17, n. 17.

¹⁸⁴ *The Varieties of Reference*, p. 16-17.

tempo, ter atitudes proposicionais conflitantes em relação ao conteúdo de frases que tenham aqueles sentidos associados às suas expressões. As expressões “a estrela vespertina” e “a estrela matutina” têm sentidos distintos, embora tenham a mesma referência. Com Frege, podemos justificar a diferença de valor cognitivo (sentido) dessas expressões por fazer notar que é possível aceitar que “A estrela vespertina é um corpo celeste bonito” ao mesmo tempo em que se recusa a anuir que “A estrela matutina é um corpo celeste bonito”, ou vice-versa.

Evans apropriou-se dessas reflexões fregeanas para formular o que ele chamou de *critério de diferença intuitivo*:

[...] o pensamento associado com uma frase *S* como seu sentido deve ser diferente do pensamento associado à outra frase *S'* como *seu* sentido, se é possível para alguém compreender ambas as frases em um dado tempo, enquanto assume coerentemente atitudes proposicionais diferentes em relação a elas.¹⁸⁵

Assim, se é possível e coerente, por exemplo, aceitar que “Ateb tem 5000 mil metros de altura” ao mesmo tempo em que se rejeita que “Aphla tem 5000 mil metros de altura” (“Ateb” e “Aphla” são expressões correferenciais), então essas frases exprimem pensamentos diferentes segundo o critério de diferença intuitivo.

Esse critério baliza a elucidação de Evans da noção de sentido por meio de sua noção de modo de pensar sobre algo. As explicações da noção de sentido devem estar em harmonia com o critério de diferença intuitivo. As explicações da noção de sentido não devem ser tão refinadas a ponto de ir além das diferenças possíveis de atitudes epistêmicas em relação a conteúdos. Por exemplo, devemos dizer que aquele que pensa sobre um *cavalo* como o cavalo da rainha o pensa do mesmo que aquele que o pensa como o *corcel* da rainha, pois não é possível coerentemente ter atitudes proposicionais diferentes em relação a conteúdos que diferem unicamente em que um é expresso por meio de “o cavalo da rainha” e o outro por “o corcel da rainha”. Isto é, o colorido não altera o sentido das expressões. Todavia, nem tanto nem tampouco. Também em harmonia com o critério intuitivo de diferença, não se deve considerar que se trata do mesmo sentido quando, dadas duas frases, for possível (para o mesmo sujeito a um só tempo e coerentemente) ter atitudes proposicionais diferentes em relação a elas.¹⁸⁶

¹⁸⁵ The Varieties of Reference, p. 18-9.

¹⁸⁶ The Varieties of Reference, p. 19-20. Evans formula o critério de diferença intuitivo para pensamentos, mas tudo leva a crer que tal critério aplica-se igualmente aos sentidos componentes de um pensamento.

3. Explicando a noção de modos de pensar sobre a referência

A expressão *modo de pensar sobre algo* é um caso da expressão mais geral *modo de fazer algo*. Pode-se dizer que dois sujeitos estão fazendo algo do mesmo modo se há um advérbio ou locução adverbial que responda à pergunta sobre *como* cada um deles está fazendo algo. Pedro e Paulo estão correndo do mesmo modo, se ambos estão correndo velozmente, lentamente ou desajeitadamente. Isso sugere que podemos explicar a noção de pensar sobre um objeto de modo semelhante – o que nos levaria dizer que os sujeitos A e B estão pensando do mesmo caso estejam, por exemplo, pensando *descritivamente*, isto é, *por descrição*. O critério de diferença intuitivo é suficiente para mostrar que essa sugestão não deve ser seguida, pois é perfeitamente possível pensar sentidos diferentes do mesmo modo.¹⁸⁷ Se A pensa sobre Julius, como quem quer que tenha inventado o zíper, e B pensa sobre Pedro, como quem quer seja o próximo namorado de sua ex-namorada, ambos pensam do mesmo modo, por meio daquilo que Evans chamou de nomes descritivos, mas obviamente pensam sentidos distintos.¹⁸⁸

A proposta explicativa de Evans para a noção de sentido, isto é, para a noção de pensar sobre algo de um modo particular, entra em cena, em *The Varieties of Reference*, nestes termos:

[A noção de sentido] pode ser explicada em termos da noção de uma explicação do que faz o caso que um pensamento de um sujeito seja sobre o objeto em questão. Imagine tal explicação escrita. ‘S está pensando sobre o objeto *a* em virtude do fato de que... *S* ...’: o que segue a “que” é uma explicação que faz referência ao sujeito e ao objeto acerca do qual se pensa, possivelmente em muitos lugares. Ora, sugiro que outro sujeito, *S*’, pode ser dito estar pensando sobre o objeto *a* do mesmo modo se e apenas se temos um enunciado verdadeiro quando substituimos a referência a *S* por referência a *S*’ por toda a explicação dada para *S*, derivando [assim] ‘*S*’ está pensando sobre *a* em virtude do fato de que...*S*’...’.¹⁸⁹

Esse trecho está, em certo sentido, em pauta por toda esta segunda parte deste capítulo. No entanto, isso não nos exime de algumas observações imediatas. A ideia de Evans aqui é que podemos explicar a noção de sentido relativamente àquilo que faz o caso que um pensamento seja sobre o objeto acerca do qual ele é.¹⁹⁰ Desse modo, uma explicação de *um modo de pensar sobre a* – um sentido – pode ser dada em termos do que faz o caso

¹⁸⁷ *The Varieties of Reference*, p. 21.

¹⁸⁸ *The Varieties of Reference*, p. 31.

¹⁸⁹ *The Varieties of Reference*, p. 20-1.

¹⁹⁰ *Understanding Demonstratives*, p. 294.

que um sujeito *S* pense sobre o objeto *a*. O trecho didaticamente nos mostra como seria a forma de tal explicação. Com base em tal modelo, podemos considerar que, por exemplo, se *S* pensa sobre o objeto *Julius* por descrição, então teríamos a seguinte explicação: *S* está pensando sobre *Julius* em virtude do fato de que *S* está considerado o pensamento que o objeto que é o inventor do zíper é também gordo, e *Julius* é o objeto que é o inventor do zíper. Outro sujeito pensante, *S'*, pensará de *Julius* do mesmo modo que *S* caso as substituições *S* por *S'* na explicação recém-formulada também produzam uma explicação correta.

3.1. Evans e o sentido das expressões demonstrativas em *Understanding Demonstratives*

A noção de sentido fregeana, que é a base sobre a qual foram erigidas as noções de sentido de Evans e Dummett, encontra dificuldades quando se trata do funcionamento das expressões indexicais e demonstrativas. Consideremos a seguinte frase:

1. O dia de hoje está agradável;

Se essa frase, quando enunciada, exprime um pensamento fregeano, tanto a expressão “...está agradável”, como a expressão “o dia de hoje” têm um sentido. A expressão “o dia de hoje”, considerada como uma expressão tipo, tem um significado linguístico constante, que não varia de situação para situação.¹⁹¹ Mas esse significado linguístico da expressão “o dia de hoje” é incapaz de, por si só, completar o sentido de “...está agradável” de tal modo que a frase (1) exprima um pensamento fregeano – tanto é assim que essa frase tipo não tem valor de verdade. Tampouco pode o referente da expressão “o dia de hoje”, em uma ocasião de proferimento, completar o sentido da expressão para que desse modo um pensamento seja expresso pela elocução, dado que a referência, como vimos, não é parte do sentido de uma expressão.¹⁹²

Se a expressão “o dia de hoje” deve ter um sentido fregeano, ela deve ter um sentido diferente em dias diferentes, afinal, o sentido determina a referência e isso significa, no mínimo, que referências distintas implicam sentidos distintos. E agora pode parecer que tal sentido deveria ser uma descrição definida da referência do demonstrativo na ocasião do uso da expressão. Mas facilmente se percebe que nenhuma descrição

¹⁹¹ Esse significado linguístico fixo Kaplan chama de *caráter da expressão*, e Perry o denomina *papel da expressão*.

¹⁹² *Understanding Demonstratives*, p. 291-2.

poderia servir a esse propósito. Pois, nenhum pensamento sobre determinado dia, expresso com o auxílio de uma descrição definida verdadeira daquele dia, é o mesmo pensamento expresso por meio de uma expressão demonstrativa que tem como sua referência aquele mesmo dia, visto que é sempre possível ter atitudes epistêmicas distintas em relação a ambos os pensamentos caso não se saiba que esse dia satisfaz a descrição definida em questão.

Vê-se assim o tipo de dificuldade que encontra aquele que pretende tratar as expressões demonstrativas como se elas pudessem possuir um sentido fregeano. Para Evans, no entanto, essas dificuldades parecem insuperáveis em razão de uma suposição errônea; a saber: que “um sentido fregeano de qualquer termo singular deve ser ou o sentido de uma descrição definida ou estar ‘intimamente’ ligado a tal sentido.”¹⁹³ Em *Understanding Demonstratives*, que tem como principal objetivo negar essa suposição, Evans segue de perto a explicação dada por Dummett da relação entre sentido e referência.¹⁹⁴ É incorreto dizer, contudo, que Evans simplesmente adota a explicação de Dummett, pois o primeiro discorda deste último no que diz respeito à questão sobre se expressões sem referência podem ter sentido. Segundo Evans, Dummett impressionou-se demasiado pelo fato de que podemos compreender uma frase sem saber seu valor de verdade, e isso o teria levando a interpretar a noção de sentido como *um modo de determinar a referência*, isto é, um procedimento para reconhecer (ou descobrir a referência).¹⁹⁵ Um exemplo esclarecedor dessa concepção é o seguinte. Um homem recebe um conjunto de instruções para localizar uma casa em um bairro distante. Segue-as e, no lugar indicado, não há casa alguma. Visto que Dummett pensaria o sentido, nesse caso, como esse conjunto de instruções para localizar a casa, mesmo que não haja casa alguma a que essas instruções levem, o fato é que ainda assim as instruções existem. Esse modo de entender o sentido gera, nos diz Evans, a concepção segundo a qual o sentido existe independentemente da existência do referente. O modo evansiano de entender a noção de sentido como um modo de pensar a referência representa uma ruptura com esse entendimento da noção de sentido dummettiano. Para Evans, o sentido de um termo singular é algo que não poderia existir se o objeto que é sua referência não existisse.¹⁹⁶

¹⁹³ *Understanding Demonstratives*, p. 292.

¹⁹⁴ *Understanding Demonstratives*, p. 293.

¹⁹⁵ *Understanding Demonstratives*, p. 294.

¹⁹⁶ Essa tese é mantida em *Understanding Demonstratives*, mas não em *The Varieties of Reference*. Neste último texto, como é dito por McDowell no prefácio do editor de *The Varieties of Reference*, p. vii, a categoria dos termos singulares inclui, ao lado dos termos singulares russelianos – termos singulares que

Esse modo de entender a referência está diretamente ligado à ideia de que uma teoria da referência deve servir como base para uma teoria do sentido. Por exemplo:

2. “a” denota a;

A frase (2) comporá uma teoria da referência, e para que faça isso deverá ser verdadeira, o que só será possível se “a” tiver um referente. Assim, a teoria que serve de base para uma teoria do sentido pressupõe a existência do referente do termo singular.¹⁹⁷

Finda essa breve digressão, vejamos agora como Evans pretendeu explicar o sentido de expressões demonstrativas – uma explicação, diga-se, compatível com a atribuição de um sentido fregeano às expressões demonstrativas. Para Evans, explicar como um pensamento diz respeito a um objeto é o mesmo que explicar como o sujeito pensante sabe qual objeto está em questão.¹⁹⁸ Sobre o conhecimento acerca do dia *d* no qual o sujeito enuncia “o dia de hoje está agradável”, Evans diz:

Esse conhecimento ao menos parcialmente consiste em uma disposição para julgar os pensamentos (que dependem desse conhecimento) como verdadeiros ou falsos, de acordo com o modo como as coisas observáveis estão naquele dia, que de nenhum modo baseia-se em sua capacidade para identificar aquele dia como satisfazendo alguma condição previamente dada, mas depende apenas dele estar vivo naquele dia.¹⁹⁹

Não devemos ver nenhum mistério aqui, adverte Evans, pois podemos facilmente verificar se alguém está pensando sobre *d* de acordo com o sentido de “hoje” por observar se ele está disposto a julgar uma frase na qual ocorra “hoje” como verdadeira ou falsa por como as coisas estão observáveis nesse dia. De modo semelhante, ele considera fundamental em uma explicação do que faz o pensamento de alguém um pensamento sobre um lugar (no modo que é requerido para uma compreensão de uma frase com o dêitico “aqui”), um conhecimento daquele lugar em questão que ao menos parcialmente

dependem da existência do referente para ter sentido – nomes descritivos (Com efeito, essa diversidade na categoria dos termos singulares explica em parte o título do livro de Evans.). Pode ser que tais termos singulares, nomes descritivos, não tenham referência, mas isso não os priva de sentido. A saída de Evans consiste em alterar a semântica fregeana de modo a considerar o valor semântico de um termo singular um conjunto, que teria um único membro ou seria vazio. Nos casos nos quais o objeto denotado por um termo singular não existe, o termo singular se referiria ao conjunto vazio, que, nesse caso, seria o valor semântico da expressão. Em vista disso, o modo correto de exprimir o pensamento de Evans seria por meio do lema: não há sentido se não houver valor semântico. Por simplicidade, contudo, vamos seguir usando a formulação de *Understanding Demonstratives*, que é a base exegética desta subseção. Cf. *The Varieties of Reference*, p. 12, 30-32; *Understanding Demonstratives*, p. 300.

¹⁹⁷ *Understanding Demonstratives*, p. 296.

¹⁹⁸ Cf. *Understanding Demonstratives*, p. 303.

¹⁹⁹ *Understand Demonstratives*, p. 304.

consista na disposição para julgar esse pensamento como verdadeiro ou falso de acordo com como as coisas se encontram naquele lugar. Uma disposição que o sujeito só pode ter em virtude de estar exatamente naquele lugar em que se encontra no universo e que, naturalmente, não depende da capacidade do sujeito pensante de reconhecer que aquele lugar satisfaz essa ou aquela descrição definida. Desse modo, é possível ver que Evans concebeu esses modos de pensar – tipicamente expressos com o auxílio de expressões demonstrativas – como irreduzíveis a qualquer outro modo de pensar, e a principal razão disso é que nenhum outro modo de saber qual objeto está em questão pode garantir a existência das disposições relevantes.

3.1.1. A explicação do sentido da expressão “eu”

Evans sustentou que um sentido, isto é, um modo de pensar sobre um objeto, é dado por uma explicação do que faz o pensamento ser sobre aquele objeto. No caso de um pensamento em primeira pessoa, Evans tem a seguinte forma de explicação em mente:

S está pensando sobre *S'*, em *t*, em virtude de $R_1(S, S', t)$ Em que R_1 é uma relação ainda não especificada que apenas pode ser satisfeita pela tríade *S*, *S'* e *t* se $S = S'$.²⁰⁰

Segundo Evans, o pensamento associado à frase “eu estou angustiado”, proferida pelo sujeito *S*, pode ser igualado com o seguinte par de sentidos:

3. Sentido de “eu” quando pronunciado por *S*, Sentido de “(ξ) está angustiado”.

Apreende-se o sentido de “eu”, quando pronunciado por *S*, apenas se *S* está em determinada relação consigo mesmo para poder pensar sobre si mesmo, isto é, na nomenclatura de Evans, em razão de *S* satisfazer a propriedade relacional $\lambda x(R_1(x,S))$. Assim, uma forma analisada de (3) é:

4. $\lambda x(R_1(x,S))$, sentido de “(ξ) está angustiado”.

Desse modo, quando *S* pensa que está angustiado por meio da frase “eu estou angustiado”, *S* está pensando de si mesmo de um modo que satisfaz a primeira e a segunda parte de (4). Evans propõe ainda uma forma mais perspicua de olharmos para (3):

²⁰⁰ Understand Demonstratives, p. 314.

5. $S, \lambda x \lambda y(R_1(x,y))$; Sentido de “(ξ) está angustiado”.

Assim, pensar “eu estou angustiado” é pensar do primeiro membro, o sujeito S, satisfazendo a relação R_1 , e pensar que o sujeito S que satisfaz R_1 está angustiado.

Agora, Evans pensa a explicação de R_1 inspirando-se no que disse Frege em *O Pensamento*: “Cada pessoa se apresenta a si mesma de uma maneira peculiar e primitiva, pela qual não se apresenta a mais ninguém.”²⁰¹ Essa citação é suficiente, segundo Evans, para desautorizar uma interpretação de Frege como descritivista.²⁰² Afinal, se o pensamento autoconsciente fosse primitivo e privado ele não poderia ser apropriadamente expresso por nenhuma descrição; em particular, o sentido do pronome “eu” não poderia ser adequadamente expresso por nenhuma descrição. Mas, *o que nos interessa aqui sobremaneira é que, em virtude da primitividade do modo como cada um pensa sobre si mesmo pelo sentido de eu, parece se seguir que não podemos explorar a existência de uma linguagem para explicar o sentido do pronome “eu”*. Na próxima seção, tratamos com mais vagar desse tópico.

4. O ataque de Evans à proposta positiva de Perry e o aparente abandono da tese da prioridade analítica

O propósito de Evans ao apresentar, em *Understanding Demonstratives*, o modelo de explicação do conteúdo que apresentamos acima, e em especial o modelo de explicação do sentido do “eu”, é contrastá-lo com o modelo apresentado por Perry, contra o qual ele tem sérias restrições.

Perry propôs, em *Frege on Demonstratives*, o abandono de uma concepção fregeana de conteúdo, ao menos no que diz respeito aos pensamentos que podem ser expressos com o auxílio de expressões demonstrativas. No lugar de uma concepção fregeana de pensamento, Perry introduziu uma concepção de pensamento segundo a qual a frase $F(t)$, proferida no contexto c , e a frase $F(t')$, proferida em c' , expressam o mesmo pensamento se o referente de t em c é o mesmo referente de t' em c' . Evans chama esse tipo de pensamento de *pensamento-P*.²⁰³ Um pensamento-P é um híbrido composto por

²⁰¹ O Pensamento, p. 22. A tradução de Paulo Alcoforado foi nesta passagem alterada por mim. Ele traduz “Ursprünglichen” por “originário”, aqui a verto por “primitivo”. A razão da alteração é tornar a tradução mais próxima da tradução adotada pelo Evans que traduz a palavra alemã por “primitive”. Cf. *Understanding Demonstratives*, p. 312.

²⁰² *The Varieties of Reference*, p. 18.

²⁰³ *Understanding Demonstratives*, p. 316.

um objeto e um sentido de uma expressão conceitual.²⁰⁴ Segundo Perry, no entanto, quando consideramos um pensamento-P não apenas estamos em relação com ele, mas nos relacionamos de *determinado modo* com ele. Quando Hume pensa “eu sou o autor do *Tratado*” e quando, olhando-se no espelho, pensa “aquele homem é o autor do *Tratado*”, ele pensa o mesmo pensamento-P, visto que as expressões “Hume” e “o autor do *Tratado*” têm a mesma referência, mas o pensa de modos diferentes.

A introdução da noção de modos de pensar um pensamento-P leva Evans a considerar que a proposta de Perry não passa de uma variante notacional da proposta Fregeana, tal como Evans a interpreta. Porque, na proposta de Perry o pensamento expresso por “Eu estou angustiado” poderia ser assim concebido:

6. S pensa em um modo w $\langle x$, sentido de “ (ξ) está angustiado \rangle ”

E esse é apenas, segundo Evans, outro modo de escrever (5), onde “ w ” substitui “ $\lambda x \lambda y (R_1(x,y))$ ”, esta última sendo a expressão que denota a relação primitiva e especial que cada um tem consigo mesmo, e com ninguém mais.

Perry tem uma explicação da relação entre pensar um pensamento e aquilo que ele chama de *papel* – o significado constante das expressões, que leva de um contexto a um objeto. Ora, como Evans interpreta a proposta de Perry como uma variante notacional dos pensamentos fregeanos, o que Perry teria explicado, em última análise, seria a relação entre sentido e significado linguístico (*papel*).²⁰⁵ Assim, se Perry foi bem-sucedido em explicar os modos de pensar sobre os objetos demonstrativamente, se ele explicou as várias relações das quais dependem os modos de pensar demonstrativos (do qual R_1 é um exemplo), então todos os fregeanos deveriam ser gratos a Perry, visto que Frege deixou a tarefa de explicar os sentidos particulares das expressões, na melhor das hipóteses, apenas em um estágio programático.²⁰⁶

Sobre a relação entre *papel* e pensamento-P, Perry escreveu em *Frege on Demonstratives*:

Aceitamos que não há pensamento que apenas Hume possa apreender. Embora apenas ele possa saber que ele é Hume. Não deve ser o pensamento que ele pensa, mas o modo que o pensa, que o separa do

²⁰⁴ Ou por um conjunto de objetos e pelo menos um sentido.

²⁰⁵ Frege on Demonstratives, p. 480-1.

²⁰⁶ Understanding Demonstratives, p. 318.

resto de nós. Apenas Hume pode pensar um pensamento verdadeiro, por dizer a si mesmo:

Eu sou Hume

Conhecimento autocentrado (*self-locating*), então, requer não apenas a apreensão de certos pensamentos, mas *a apreensão deles via os sentidos de certas frases contendo demonstrativos*.²⁰⁷

Aqui o caminho exegético se bifurca. Evans apresenta dois modos de entender o que Perry pretende no fragmento acima. Em sua primeira tentativa exegética, Evans observa que, segundo Perry, é por considerar o significado (o papel) do demonstrativo “eu” que Hume pensa sobre si mesmo, e que, expandindo essa observação para outro tipo de pensamento, Hume pensaria sobre o lugar no qual se encontra por considerar o significado do demonstrativo “aqui”. Evans é taxativo sobre essa proposta: ela simplesmente evita o problema.²⁰⁸ O papel semântico ou significado do demonstrativo foi explicado como uma função constante que determina o objeto relevante a partir do contexto da elocução. Desse modo, considerar o significado de, por exemplo, “eu” seria ter de algum modo essa função (papel) em mente. Presumivelmente, tal função poderia ser assim formulada: “a pessoa que profere x e x é uma instância de ‘eu’”.²⁰⁹ Dito isso, Evans dá a seguinte forma ao problema que ele enxerga nesse modo de entender a proposta de Perry:

Ninguém pode dar uma explicação do significado constante (= papel) de um demonstrativo sem mencionar alguma *propriedade* relacional (que relaciona um objeto a um contexto de elocução) que um objeto deve satisfazer se ele deve ser o referente de um demonstrativo naquele contexto de elocução, mas *a ideia dessa propriedade não tem participação em uma explicação do que faz um pensamento de um sujeito ser sobre ele mesmo, ou sobre o lugar que ele ocupa, ou sobre o tempo presente*.²¹⁰

Fundamentalmente, o que esse trecho nos diz é que não apenas aquilo que se exige de uma explicação do significado linguístico é diferente do que se exige em uma explicação de certos pensamentos (autoconscientes, autocentrados, ou sobre o presente), mas também que os elementos de uma explicação do significado linguístico nem mesmo participam de uma explicação desse tipo de pensamento. E agora a proposta de Perry parece absurda, dada a aparente irrelevância das explicações sobre as expressões

²⁰⁷ Frege on Demonstratives, p. 492; Citado em Understanding Demonstratives, p. 319. Grifos meus.

²⁰⁸ Understanding Demonstratives, p. 320.

²⁰⁹ Cf. Understanding Demonstratives, p. 320. E aqui ainda temos o seguinte problema, que Evans considera um aspecto do problema que mencionamos logo na sequência: como eu me refiro a mim mesmo por meio de um uso de “eu”?

²¹⁰ Understanding Demonstratives, p. 320. Grifos meus.

demonstrativas no contexto de uma explicação dos pensamentos que podemos ter e que expressaríamos naturalmente por meio de demonstrativos.

Em sua segunda tentativa exegética, Evans chama atenção para o fato de Perry ter dito que apenas Hume pode pensar um pensamento verdadeiro por meio da elocução de “eu sou Hume”. Assim, talvez, considerar o sentido dessa frase deva ser compreendido como proferir mentalmente a frase “eu sou Hume”. Entretanto, Evans também discorda do resultado dessa interpretação, pois “isso seria sugerir que pensamento autoconsciente depende da exploração interior do significado convencional de certos dispositivos linguísticos públicos”.²¹¹ Essa segunda sugestão é condenável porque tornaria a capacidade para pensamento autoconsciente depende do falante possuir uma linguagem que tivesse uma expressão com o mesmo papel semântico que “eu” tem em português. Isso significa, por exemplo, que se o falante não tivesse “eu”, ou um equivalente em sua linguagem, mesmo que ele tivesse nomes próprios para falar de si mesmo, ele não poderia ter pensamento autoconsciente. Por analogia, isso equivale a sustentar que para que seja possível pensar no lugar em que se encontra, alguém deve dispor de uma linguagem que tem uma expressão com o mesmo papel semântico de “aqui”.²¹²

Portanto, ou Perry teria querido dizer que para explicar os modos de pensar sobre si mesmo precisamos mencionar regras públicas que governam o uso de nossas palavras, ou teria proposto que o pensamento autoconsciente explora a existência dessas regras públicas para acontecer. A primeira proposta falha porque para explicar os modos de pensar sobre si mesmo em primeira pessoa não é necessário sequer mencionar regras da linguagem pública; a segunda porque para pensar sobre si mesmo não é preciso conhecer essas regras públicas.²¹³

Assim, Evans considera a abordagem de Perry malsucedida. *E aqui se descortina com toda força sua negação da tese da prioridade. Pois, o que ele nos diz quando critica Perry é que uma análise da linguagem, como instituição pública, é incapaz de nos auxiliar quando se trata dos pensamentos que pensamos por meio de demonstrativos.* Na

²¹¹ Understading Demonstratives, p. 321.

²¹² Na verdade, Evans considera ainda que Perry talvez não tenha tentado caracterizar os modos de pensar sobre um objeto ao falar em *considerar o sentido de*, mas tenha apenas pretendido nomear os diversos modos de pensar sobre um objeto. A exegese correta de Perry, no entanto, nos importa pouco. O que nos interessa é como as interpretações de Perry apresentadas no corpo do texto representam uma adesão à tese da prioridade e como, por conseguinte, a avaliação dessas propostas como invertendo o modo correto de ver as coisas, ou mesmo como evadindo a questão, implica uma negação da tese da prioridade analítica.

²¹³ Evans é um defensor da prioridade epistêmica do pensamento sobre a linguagem.

verdade, tratar-se-ia exatamente do oposto: devemos esperar que um esclarecimento do funcionamento das expressões demonstrativas de nossa linguagem provenha de uma teoria dos modos de pensar, dada, naturalmente, de modo independente de uma análise do significado linguístico (papel) das expressões demonstrativas.

5. Dummett e Evans sobre a relativa prioridade da linguagem sobre o pensamento

Dummett devotou um artigo à análise do desafio à tese da prioridade que a filosofia do Evans representa. Em *The Relative Priority of Thought and Language*, ele interpreta e avalia esse desafio. Nesta e nas próximas subseções apresentaremos a reação de Dummett a Evans registrada neste artigo.

Logo no início do artigo Dummett apresenta uma defesa lacônica da tese da prioridade:

A base fundamental dessa tese da prioridade está na doutrina de Frege [...] de que um pensamento, expresso por uma frase, e os sentidos das palavras componentes, que são os constituintes daquele pensamento, não são conteúdos da consciência; o que quer dizer que, ao contrário de, digamos, uma sensação, sua presença não é independente das circunstâncias circundantes. Por essa razão, mesmo dado que saibamos o que é ter um conceito, não podemos explicar a expressão desse conceito por uma palavra em termos de uma associação mental entre os dois. Portanto, mesmo que estivéssemos em posse de uma teoria filosófica do pensamento, não poderíamos explorá-la na construção de uma explicação filosófica da linguagem. Em vez disso, ao explicar o que é para palavras ter os significados que elas têm, somos forçados a descrever seus usos *ab initio*, sem pressupor como já conhecido o que é apreender os conceitos que elas exprimem: por enunciar o que constitui conhecer aqueles significados, a descrição irá, portanto, mostrar por si mesma o que a posse daqueles conceitos envolve.²¹⁴

O trecho apresenta como fundamento último da tese da prioridade o reconhecimento de que os pensamentos e seus sentidos componentes não são entidades mentais, e põe esse reconhecimento como razão para o problema da associação ser premente a quem quer que pretenda explicar a filosofia da linguagem via uma filosofia do pensamento.²¹⁵ O trecho se encerra com a sugestão de que já dispomos de uma estratégia de solução que acomoda o caráter não mental dos pensamentos e que não está sujeita aos desafios do problema da

²¹⁴ *The Relative Priority of Thought and Language*, p. 315.

²¹⁵ Cf. seção 4.2 do primeiro capítulo.

associação: explicar, desde o início, o funcionamento de uma linguagem, o que por si só elucidará os conteúdos que podemos exprimir por meio dela.

5.1. Explicar e Mostrar

Dummett propôs, em *Frege: Philosophy of Language*, que Frege deveria ser interpretado como tendo sustentado que a referência de uma expressão pode ser enunciada, mas não o seu sentido. O sentido seria *mostrado* no modo pelo qual a referência seria enunciada.²¹⁶

Evans incorpora essa explicação em seu próprio sistema. As frases:

1. A referência de “Héspero” = Héspero;
2. A referência de “Héspero” = Fósforo

São equivalentes em uma teoria da referência, dado que Héspero = Fósforo. No entanto, apenas a primeira pode servir como uma base para uma teoria do sentido, porque, segundo Evans, apenas a primeira *mostra* o sentido do termo singular “Héspero”.²¹⁷ Porque, para Evans, uma teoria do sentido deve ser erigida sobre uma teoria da referência com orações que identifiquem as referências das expressões do mesmo modo como os falantes de uma linguagem identificam as referências das expressões de sua linguagem.²¹⁸

5.1.1. A explicação da noção de sentido e a concepção de linguagem de Evans

Evans, segundo Dummett:

[...] explica a noção de sentido de modo a torná-la dependente de uma concepção prévia de pensamento. Para ele, o sentido de um termo singular é o ‘modo particular no qual seu referente deve ser pensado (como o referente) se o termo deve ser compreendido’. Ele comenta isso por dizer que modos de pensar sobre qualquer objeto particular devem ser distinguidos por explicações que devem ser dadas do que faz um ou outro pensamento um pensamento sobre aquele objeto. Esse apelo à possibilidade de uma *explicação* parece completamente inconsistente com o

²¹⁶ Frege: *Philosophy of Language*, p. 227. Dummett atribui a Frege essa tese, mas não concorda com ela. Sobre isso, conferir *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 149.

²¹⁷ *The Varieties of Reference*, p. 26-7; *Understanding Demonstratives*, p. 295.

²¹⁸ Embora Dummett atribua a tese segundo a qual o sentido pode *apenas* ser mostrado a Evans, o que, de fato, este último disse é mais fraco. Disse que devemos preferir certas frases a outras porque umas são capazes de *mostrar* os sentidos de acordo com os quais falantes de uma linguagem identificam as referências das expressões, enquanto outras não. Evans não parece ter se comprometido com a ideia segundo a qual nenhuma explicação desses sentidos pode ser dada. Na verdade, nada pode ser mais contrário a sua prática em *The Varieties of Reference* do que isso. Além disso, cabe observar que Dummett associa às vezes a tese segundo a qual o sentido pode apenas ser mostrado com uma concepção modesta de teoria do significado; a esse respeito conferir: *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 135-6; *The Relative Priority of Thought and Language*, p. 316.

princípio que o sentido pode apenas ser mostrado, não enunciado.
219

Aqui Dummett manifesta como, a seu ver, o tipo de explicação da noção de sentido proposta por Evans faz a compreensão de uma linguagem depender de uma teoria do pensamento concebida independentemente de uma teoria do significado. Tal explicação, é claro, é incompatível com a tese de que o sentido apenas pode ser mostrado. Mais relevante para os nossos propósitos neste estudo, no entanto, é o fato de esse tipo de explicação caracterizar uma adesão à tese da prioridade do pensamento sobre a linguagem.

Segundo Dummett, a interpretação da noção de sentido de Evans é acompanhada por uma concepção de linguagem. Segundo essa concepção, uma elocução é um sinal para que o ouvinte pense um pensamento, o pensamento que as palavras do seu interlocutor veiculam. Uma concepção, no fim das contas, codista de linguagem.

5.1.2. O embate Evans x Perry segundo Dummett

Dummett comenta a divergência entre Evans e Perry a partir de um exemplo. Imagine-se explorando uma caverna e, enquanto observas as inusitadas formações rochosas que compõe o seu interior, escutas: “Socorro! Eu estou preso”. Ao escutar o pedido de socorro você o compreende, isto é, apreende um pensamento, mesmo se pode identificar o sujeito que pede socorro apenas como o autor da elocução. Em uma concepção de pensamento-P, quando você considera “ele está preso”, considera o mesmo pensamento que ele quando disse “eu estou preso”. Mas, se aceitamos a emenda de Evans e consideramos os modos de pensar um pensamento-P como parte do pensamento, o que temos é que “eu estou preso” e “ele está preso” exprimem pensamentos distintos. Temos então que o que difere o pensamento expresso por “eu estou preso” do pensamento “ele está preso” é, segundo a sugestão de Perry, que pensar o primeiro pensamento exige a consideração do significado (papel) do pronome “eu”, enquanto pensar o segundo exige a consideração do pronome “ele”.

Perry, segundo Dummett, ao dar essa explicação está se mantendo fiel à tese segundo a qual o sentido pode apenas ser mostrado, não enunciado. Porque para saber a que uma elocução de “eu” refere, é preciso saber o significado linguístico do pronome

²¹⁹ The Relative Priority of Thought and Language, p. 317.

“eu” e características relevantes do contexto – essas dois itens juntos determinam um modo de pensar um pensamento-P – e Perry não diz o que é sentido do pronome “eu”, contenta-se em apresentar o modo canônico pelo qual sua referência deve ser enunciada.

Dummett avalia que Evans abandona a tese que o sentido pode apenas ser mostrado por seguir os passos de Frege em *O Pensamento*; texto no qual Frege teria concebido o sentido como um modo pelo qual a referência é dada ao sujeito, isto é, dada relativamente aos meios de que dispõe o sujeito para *identificar* o referente da expressão. Inspirado pela explicação de Frege do sentido de “eu” como um modo peculiar e primitivo de pensar sobre si mesmo, Evans teria pretendido incluir em uma explicação do sentido desse pronome uma descrição de como o sujeito pensa sobre si mesmo.

Dummett concorda com Evans nos dois pontos mais importantes de seu embate com Perry. Em primeiro lugar, ele concorda que Perry, quando explica os modos de pensar uma proposição (um pensamento-P), pressupõe algo que deveria ter explicado, a saber, como o sujeito identifica-se como o referente do pronome “eu”.²²⁰ Além disso, Dummett afirma que Evans e Frege estão certos quando sustentam que

[...] o modo especial pelo qual cada um de nós está habilitado a pensar sobre si mesmo desempenha um papel essencial em nossa compreensão das elocuições de frases, nossas ou de outros, envolvendo o pronome de primeira pessoa; e isso não deve ser equiparado a um domínio da regra semântica que governa o pronome de primeira pessoa. A regra semântica segundo a qual uma elocução de “eu” refere ao falante aplica-se tanto a uma máquina que diz, ‘Eu digo o seu peso’, quanto a um falante humano: isso não tem nada a ver com autoconsciência.²²¹

O modo como nos apresentamos a nós mesmos tem um papel fundamental em nossa compreensão de frases que exprimem pensamentos autoconscientes, e esses modos não se deixam reduzir à regra semântica do pronome “eu”. É possível, por exemplo, pensar sobre si mesmo usando nomes próprios.

Mas isso não quer dizer que o acordo entre Dummett e Evans sobre o sentido do “eu” seja completo. Para Evans, o sentido de “eu” tem três vigas mestras.²²² A primeira delas requer que o sujeito esteja em contato com um objeto peculiar, que é o próprio sujeito, e requer que ele seja o receptor de certo tipo de informação provinda desse objeto, informação que se singulariza por ser o tipo de informação que não exige a identificação

²²⁰ The Relative Priority of Thought and Language, p. 321.

²²¹ The Relative Priority of Thought and Language, p. 321.

²²² The Varieties of Reference, cap. 7.

de um objeto particular como a fonte dessas informações, mas acerca da qual não pode haver dúvida sobre o que (quem) é a fonte de tais informações. Os dois outros componentes dizem respeito à localização e ação relativas a esse sujeito; o primeiro é caracterizado por meio de disposições do sujeito para considerar certos pensamentos sobre si mesmo como tendo implicações imediatas para a ação; o segundo pode ser descrito como a habilidade que o sujeito possui para se localizar em um ordenamento espaço-temporal.²²³ O componente informacional do sentido do “eu”, veremos, tem como consequência a privacidade essencial dos pensamentos autoconscientes. Para Dummett, no entanto, todo pensamento é comunicável e, assim, ele não está disposto a aceitar integralmente a análise de Evans do sentido do “eu”. Esse assunto será retomado em outro momento deste estudo.

5.2. Linguagem pública e compreensão individual

Dummett distingue o significado de uma expressão na linguagem pública e a compreensão de um indivíduo particular desse significado. A distinção se faz necessária não apenas em virtude de falantes frequentemente terem um conhecimento imperfeito de suas linguagens – imperfeição caracterizada em parte por incompreensões sobre o que as palavras significam e em parte por um domínio precário de seus usos –, mas também porque os falantes fazem conexões entre o nome e o seu portador que não subjazem a, e nem pretendem fundamentar, o uso da expressão na linguagem comum. É dessa compreensão pessoal, e não do significado das expressões na linguagem pública, que depende o conteúdo das crenças dos falantes. Diante disso, Dummett diz: “a afirmação de que a filosofia da linguagem subjaz a filosofia do pensamento deve ser infundada a menos que a filosofia da linguagem incorpore uma explicação da compreensão, isto é, de uma apreensão individual do significado.”²²⁴

Dummett reconhece que a abordagem de Evans é preferível a de Perry ainda de outro modo. Uma explicação da compreensão de um falante ou ouvinte da expressão “eu”, por exemplo, deve fazer justiça a dois componentes: o significado da expressão na linguagem comum, que estabelece como o referente da expressão deve ser determinando

²²³ Esses dois componentes se ajustam perfeitamente à análise de Dummett da noção de sentido de uma expressão como uma habilidade para decidir o valor de verdade das frases nas quais ocorre. Cf. *Origins of Analytical Philosophy*, cap. 9.

²²⁴ *The Relative Priority of Thought and Language*, p. 322. Dummett acrescenta: a filosofia da linguagem deveria fazer isso de qualquer modo, dado que atividade racional da linguagem é baseada na consciência dos falantes do significado das expressões.

a partir do contexto de elocução, e o modo como o sujeito identifica o referente. Dummett afirma que o segundo desses componentes não é mostrado por um enunciado do significado linguístico da expressão (papel) – isto é, pelo modo canônico de enunciar sua referência. Nesse ponto de análise da filosofia de Evans, então, Dummett alerta para dois modos de entender o lema fregeano de que o sentido é o modo no qual o referente deve ser dado ao falante. Em uma primeira leitura, ele pode significar o modo pelo qual o sujeito sabe como o referente deve ser *determinado* em virtude do significado da expressão; em uma segunda, ele significa o modo pelo qual o falante *identifica* o referente de acordo com o significado da expressão. As críticas de Evans a Perry, avalia Dummett, devem ser vistas como uma defesa de que essa segunda interpretação deve completar a primeira em qualquer teoria do significado.²²⁵ Isto é, não basta dizer que o significado de “eu” na linguagem comum indica aquele que fala, é preciso explicar como o sujeito faz isso.

5.3. Conciliação

Para Dummett, diante do exposto, devemos nos propor a seguinte questão: ao dar uma explicação de como o sujeito *identifica* o referente temos que explicar a linguagem relativamente a uma concepção prévia de pensamento? Se sim, a posição de Evans é incompatível com a tese da prioridade. Dummett, no entanto, acredita que não, porque os fundamentos da tese da prioridade permanecem inalterados pelas observações de Evans sobre a relação dos modos pelos quais identificamos os referentes das expressões e os modos pelos quais pensamos os referentes das expressões.²²⁶ Para Dummett, como exposto no capítulo anterior, pensamentos e seus componentes não são conteúdos da consciência e, por isso, pensamentos precisam de veículos. O que uma teoria do pensamento deve fazer é explicar uma atribuição de pensamento, indicada pela presença de um veículo, em termos do pano de fundo que justifica essa atribuição. O pano de dos pensamentos verbalizáveis é uniforme e consiste no conhecimento da linguagem. Sem nos concentrarmos nos pensamentos que podem ser expressos pela linguagem, quase qualquer coisa contaria como pano de fundo para atribuição de um pensamento a alguém; e a tarefa de explicar o conteúdo das frases tornar-se-ia infactível.

6. Realismo e os limites da conciliação

²²⁵ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 65.

²²⁶ *The Relative Priority of Thought and Language*, p. 322.

Em *The Philosophy of Thought and Philosophy of Language*, Dummett declara que *The Varieties of Reference* é o mais poderoso desafio por ele conhecido à tese da prioridade.²²⁷ A raiz do abandono da tese da prioridade nesse livro teria sido, Dummett argumenta, a adesão de Evans ao realismo. Evans teria percebido que uma teoria do significado realista:

[...]não pode ser honestamente apresentada como fiel à tese fundamental da filosofia linguística, mas assume um nível subjacente de pensamento sem linguagem em termos dos quais a linguagem deve ser explicada.²²⁸

Todos que escrevem sobre o tema concordam que conhecer o sentido de uma expressão é saber como sua referência deve ser determinada. Porém, há variações nos modos principais de entender como essa determinação se dá. Há duas alternativas. De uma perspectiva realista, caso no qual não associamos a determinação do valor de verdade das frases aos nossos meios de decidir se a frase é verdadeira ou falsa; nessa interpretação, a frase é pensada como *determinada* como verdadeira ou falsa pelo modo como as coisas objetivamente são, independentemente de nosso conhecimento. Ou de uma perspectiva verificacionista (antirrealista), em que a determinação da referência é pensada como realizada por nós ou algum outro ser inteligente.

Um dos modos de interpretar Frege proposto por Dummett foi atribuir a ele o que Evans denominou de *verificacionismo ideal*.²²⁹ Uma das características do realismo fregeano é admitir que podemos apreender pensamentos independentemente de dispormos de meios para descobrir seus valores de verdade. O verificacionismo ideal define-se por estabelecer que apreender um pensamento é estar de posse de um procedimento que poderia ser adotado para determinar o valor de verdade desse pensamento por uma criatura cujos poderes fossem maiores do que os nossos.

Evans e Dummett, cada um à sua maneira, sustentam que o verificacionismo ideal é indefensável. Dummett argumenta que ele deve ser abandonado em favor de uma versão mais radical de verificacionismo, uma versão que relacione os procedimentos de decisão dos enunciados às nossas capacidades de decidir os valores de verdade dos enunciados. Por outro lado, Evans se opõe ao verificacionismo ideal, menos por seu caráter ideal, e mais por seu caráter verificacionista. Uma das razões para Evans pensar assim foi a

²²⁷ *The Philosophy of Thought and Philosophy of Language*, p. 150.

²²⁸ *The Philosophy of Thought and Philosophy of Language*, p. 151.

²²⁹ *The Varieties of Reference*, p. 93.

inadequação do verificacionismo a enunciados sobre o passado remoto.²³⁰ De acordo com o modelo geral do verificacionismo, conhecer o sentido de um termo singular consiste em saber como identificar um objeto como o referente do termo singular. Esse modelo parece insatisfatório para um termo que denota um objeto que não existe há muito tempo, como “Júlio César”. Nossa compreensão de “Júlio César” não parece depender da identificação atual de Júlio César. O modelo defendido por Dummett, assim, nos forçaria ou a voltar a Roma antiga ou a trazer César de volta à vida.²³¹ Diante desse tipo de dificuldade, Evans teria se visto forçado a adotar uma visão não verificacionista do conteúdo, uma visão realista.

Evans opera, como vimos, com a noção de um modo particular de pensar sobre um objeto e com a noção de saber o que é para uma proposição ser verdadeira. É razoável pensar, seguindo Dummett, que se não temos uma explicação da segunda noção tampouco temos uma explicação da primeira, porque não há tal coisa como pensar sobre um objeto sem pensar que algo é verdadeiro dele. Nesse momento os limites da estratégia explicativa de Evans despontam no horizonte. Ele escreve em *The Varieties of Reference*:

A dificuldade, como Dummett observou em muitas ocasiões, é dar qualquer substância à noção de saber o que é para uma proposição ser verdadeira, quando isso não deve ser equiparado a uma habilidade para determinar se ou não ele é verdadeira. No entanto, alguma substância ela deve ter, se a exigência de conhecimento discriminativo deve ser justificada fora de uma estrutura verificacionista. Devo explicar desde logo que estou completamente inapto a oferecer uma explicação geral dessa noção.²³²

Evans reconhece, desse modo, que a noção central de sua filosofia do pensamento, a de *saber o que é para uma proposição ser verdadeira* permanece inexplicada em seu sistema.²³³ O mérito de Evans, e o que o teria levado a adotar uma estratégia de explicação da linguagem via uma teoria do pensamento, foi ter notado que essa noção não pode ser assumida em uma teoria do significado realista sem circularidade. Para um defensor da tese da prioridade, apenas por explicar o que é compreender uma frase de uma linguagem podemos explicar o que é apreender as proposições que exprimimos por meio da linguagem. Por essa razão, se tentarmos explicar a compreensão de uma frase

²³⁰ *The Varieties of Reference*, pp. 98-9.

²³¹ *The Varieties of Reference*, p. 99.

²³² *The Varieties of Reference*, p. 106

²³³ O leitor deve ter presente as críticas de Dummett a essa noção. Escreveu, sobre uma teoria fregeana do significado: “a falácia reside em uma aceitação acrítica da noção de saber o que é para algo ser o caso”. *The Seas of Language*, p. 164.

como consistindo do conhecimento do que tem que ser o caso para ela ser verdadeira, andaremos em círculo, porque estaremos tentando explicar nosso conhecimento de uma proposição – a proposição expressa por uma frase – por meio de outra proposição – a proposição que enuncia a condição de verdade da proposição. Para evitar esse círculo, Evans abandona a tese da prioridade, porque agora é possível assumir a conhecimento de proposições sem pressupor uma compreensão prévia da linguagem, e usar o conhecimento sobre a natureza dessas proposições para explicar o que é compreender uma linguagem.²³⁴ Desse modo, Evans teria notado que apenas é possível ser realista abandonando a tese da prioridade.

6.1. Desafios à posição de Evans

A motivação inicial de Dummett para evitar uma concepção realista da linguagem é que tal concepção (mais preciso seria dizer, essa família de concepções denominada genericamente *realismo*) infringe o princípio de manifestação, isto é, que a noção central para o realista, a noção de saber o que é para uma proposição ser verdadeira (isto é, a de saber como uma proposição é determinada impessoalmente pela realidade como verdadeira ou falsa) não permite uma explicação em termos das manifestações desse conhecimento por um sujeito. Evans reconhecidamente não explica a noção fundamental, para sua filosofia do pensamento, de saber o que é o que é para uma proposição ser verdadeira de algo. Assim, as duas noções básicas de sua filosofia permanecem inexplicadas, o que significa dizer que, em última análise, sua filosofia careceria de poder explicativo. Da perspectiva de Dummett, então, até que essas noções sejam adequadamente explicadas, todas as explicações sobre os diferentes modos de pensar sobre objetos, que nelas se baseiam, pairam no ar.²³⁵

Parte 3: Peacocke e uma solução para o problema da associação da perspectiva do teórico do pensamento

1. Introdução

Em *Concepts Without Words*, Peacocke formula sete questões que um teórico do pensamento deve responder a fim de manter sua posição frente às críticas dos defensores da tese da prioridade e da tese da não prioridade. Em sua maioria, as questões são versões

²³⁴ Cf. *Thought and Reality*, p. 50.

²³⁵ Cf. *The Philosophy of Thought and Philosophy of Language*, pp., 151-2.

de objeções que Dummett dirigiu ao teórico do pensamento. Do conjunto dessas sete, duas estão intimamente ligadas ao desafio da associação ao qual aludimos acima. Nas próximas seções, vamos apresentar o modo como Peacocke entendeu o problema da associação e como pretendeu ter dado uma solução para ele.

2. Elementos da teoria dos conceitos de Peacocke

A principal tese da teoria dos conceitos proposta por Peacocke, em seu *A Study of Concepts*, é que um conceito é individuado por suas condições de posse.²³⁶ Peacocke nos diz, em *A Study of Concepts*, que não pode haver nada na natureza de um conceito que exceda o que é determinado por uma explicação correta da capacidade do sujeito, que possua tal conceito, de ter atitudes proposicionais relativas a conteúdos que contenham tal conceito.²³⁷ Esse é o seu *Princípio de Dependência*. Aceitar esse princípio, escreveu Peacocke, “abre a possibilidade de que possamos simultaneamente dizer, em uma única explicação, o que individua um conceito particular e também o que é possuir esse conceito”.²³⁸ Assim, se descrevermos as condições de posse de um conceito, isso individualará o conceito, ou seja, nos dirá o que faz dele o conceito que ele é. Nos casos mais simples, a condição de posse é dada por meio de um enunciado verdadeiro com a seguinte forma: *F* é o único conceito *C* tal que para possuí-lo o sujeito pensante deve satisfazer à condição *A(C)*.²³⁹

O conceito de conjunção propicia o exemplo mais elementar de aplicação dessa fórmula: *conjunção é o único conceito C tal que, a fim de possuí-lo, o sujeito deve considerar como primitivamente coercitivas as transições que são instâncias destas formas:*

$$\begin{array}{ccc}
 \text{a)} & & \text{b)} & & \text{c)} \\
 & P & & & \\
 & Q & PCQ & & QCP \\
 \hline
 & PCQ & P & & Q
 \end{array}$$

²³⁶ *Précis of A Study of Concepts*, p. 407.

²³⁷ *A Study of Concepts*, p. 5.

²³⁸ *A Study of Concepts*, p. 6.

²³⁹ Observamos, nesta parte do capítulo, a convecção de *A Study of Concepts*, de acordo com a qual itálicos denotam conceitos e “A(...)” é uma variável que indica condições de conceitos. Cf. *A Study of Concepts*, XIV.

Dizer que um sujeito considera uma transição primitivamente coercitiva equivale a dizer que ele satisfaz estas três condições: (1) ele a considera coercitiva; (2) ele não a considera coercitiva por tê-la inferido de outras premissas ou de outros princípios; (3) o sujeito não precisa considerar a correção das transições como responsável por nada mais, por exemplo, por justificar uma teoria ou uma crença. Peacocke destaca que esta explicação não é circular. Não se menciona o conceito explicado dentro de $A()$, isto é, o conceito F – aqui o conceito conjunção – não é mencionado dentro do escopo das atitudes proposicionais do sujeito pensante.²⁴⁰ Munidos desses elementos de sua teoria dos conceitos podemos ver agora como um teórico do pensamento responde ao problema da associação.

3. O Desafio da Associação

Peacocke formula nesses termos o desafio da associação:

De acordo com o teórico do pensamento, qual pode ser a relação entre um conceito alegadamente individuado sem menção à linguagem, e a compreensão de uma pessoa de uma palavra que exprima esse conceito?
241

Individuar um conceito é oferecer uma explicação dele que revele o que faz dele o conceito que ele é, ou seja, é oferecer uma explicação por meio da qual podemos discriminá-lo de outros conceitos. É constitutivo da posição de um teórico do pensamento sustentar que podemos individuar um conceito sem antes, ou ao mesmo tempo, termos de elucidar ou descrever o uso de um item linguístico por meio qual poderíamos exprimi-lo. No excerto acima, Peacocke pergunta pela relação de uma explicação de um conceito, realizada sem apelo à linguagem, e a explicação da compreensão de alguém de um item linguístico por meio do qual seria possível exprimir tal conceito. Dummett desenvolveu uma linha argumentativa que sugere que o teórico do pensamento não pode responder a essa questão de forma satisfatória. Nos capítulos anteriores apresentamos a linha argumentativa à qual se refere Peacocke; é o argumento que tem como conclusão a impossibilidade de certa explicação da compreensão de uma palavra por meio de uma associação entre palavra e conceito.

De início, Peacocke pretende avaliar o que, a seu ver, é uma premissa do argumento de Dummett, a saber: é possível descrever o uso de uma palavra sem qualquer

²⁴⁰ *Précis of A Study of Concepts*, p. 407.

²⁴¹ *Concepts Without Words*, p. 6

apelo a uma apreensão prévia do conceito que podemos exprimir por meio dela. Em *Concepts Without Words*, tomando por dados os elementos acima expostos de sua teoria dos conceitos, Peacocke volta sua atenção para o conceito de *quadrado*, mais especificamente, para as condições de posse do conceito de quadrado. As condições de posse de tal conceito especificam as circunstâncias nas quais um sujeito, que possua tal conceito, deve considerar determinados conteúdos, tais como “esse azulejo é quadrado”, como primitivamente coercitivos. Grosso modo, isso significa que, em certas circunstâncias, um sujeito de posse do conceito de quadrado não tem escolha senão considerar um objeto que lhe é apresentando como tendo a forma quadrangular.

Apoiando-se nessas considerações, Peacocke afirma que a premissa de Dummett é certamente verdadeira,²⁴² porque as condições de posse podem ser transformadas em condições de compreensão. Nas mesmas circunstâncias em que um sujeito consideraria um conteúdo no qual ocorresse o conceito de quadrado como coercitivo, poder-se-ia dizer que o sujeito consideraria a anuência a uma frase na qual ocorresse a palavra “quadrado” como forçosa. De modo geral, transformações similares poderiam ser realizadas, e sempre que houver um requisito na teoria dos conceitos que especifique que este ou aquele conteúdo seria coercitivo em determinadas circunstâncias, deveríamos considerar a aceitação desta ou daquela frase, na qual uma expressão para o conceito ocorresse, igualmente coercitiva.

Posto isto, uma avaliação do argumento de Dummett, adverte Peacocke, deve passar por uma investigação da seguinte questão:

Segue-se do fato de que uma satisfação da condição de compreensão do sujeito pensante não pressupõe uma apreensão pré-linguística anterior do conceito que “uma explicação do significado linguístico será incapaz de explorar a suposição de que o falante já tinha os pensamentos do tipo que ele aprendeu a exprimir em palavras quando aprendeu pela primeira vez a linguagem?”²⁴³

De acordo com Peacocke, devemos distinguir dois sentidos nos quais uma explicação poderia explorar a suposição de que o falante já possuía pensamentos antes de ter linguagem. O primeiro tipo é aquele no qual procura-se “explicar o princípio a-histórico, atemporal que um e o mesmo conceito pode ser possuído pré-linguisticamente, e pode também receber expressão linguística”. Ele assinala que esse princípio não está em

²⁴² *Concepts Without Words*, p. 7.

²⁴³ *Concepts Without Words*, p. 8

conflito com a possibilidade de darmos a condição de compreensão de uma palavra sem pressupor que tal sujeito pensante já possuía o conceito. O compromisso com esse princípio seria com a identidade do conceito que pode ser expresso por um item linguístico e o conceito individuado sem menção à linguagem, por meio das condições de posse. Não é muito claro o que Peacocke pretende nesse primeiro tipo de explicação, mas parece ser um modo de dizer que o tipo de uso da explicação nesse caso está relacionado à prioridade ontológica, e não à analítica.

O segundo tipo de uso da suposição com finalidade explicativa é aquele no qual o objeto da explicação é “um fato histórico sobre um indivíduo particular, que ele veio a compreender uma palavra particular.”²⁴⁴ Assim entendida, a questão que deveríamos avaliar, segundo Peacocke, seria a seguinte: a existência de condições de compreensão de uma palavra impede que se tire partido de conceitos pré-linguísticos na explicação da *aprendizagem* de uma pessoa particular dessa palavra? Segundo Peacocke, essa provavelmente teria sido a questão com a qual Dummett se ocupou e à qual teria dado uma resposta negativa.

No que respeita essa última questão, Peacocke discorda de Dummett e sustenta que é possível tirar partido de conceitos possuídos antes da aquisição da linguagem para explicar como um indivíduo adquiriu parte de uma linguagem. Peacocke observa que é útil distinguir entre dois tipos de caso nos quais um processo de aquisição de uma linguagem pode ser classificado. Um primeiro tipo caracteriza-se pelo fato de o sujeito satisfazer a condição de compreensão para uma expressão sem previamente ter satisfeito a condição de posse para o conceito expresso por tal expressão. Como ele nos esclarece, esses são os casos nos quais o sujeito domina o conceito apenas quando aprende uma expressão por meio do qual pode exprimi-lo. De acordo com Peacocke, a existência desse tipo de caso não favorece a posição do defensor da tese da prioridade, pois, mesmo nesses casos, ainda estaria em aberto qual a razão pela qual a linguagem facilitaria a aquisição de certos conceitos. Em última análise, a razão por que a linguagem facilitaria a aquisição de certos conceitos poderia ser psicológica, de natureza empírica. Por sua vez, essas explicações empíricas poderiam ser consistentes com a tese dos teóricos do pensamento acerca da questão sobre a prioridade analítica entre pensamento e linguagem.²⁴⁵

²⁴⁴ Concepts Without Words, p. 8.

²⁴⁵ Concepts Without Words, p. 9.

O segundo tipo de caso ocorre quando o sujeito possui o conceito antes de adquirir uma palavra por meio da qual pode exprimi-lo. Nestes casos, quando um sujeito aprende uma palavra *W* “torna-se verdadeiro acerca dele que ele considera a admissão de frases com a forma ‘Isso é *W*’ como primitivamente forçosas exatamente nas circunstâncias que ele consideraria o conteúdo correspondente primitivamente coercitivo.”²⁴⁶ Esse tipo de explicação especifica um estado inicial e um final: o estado da satisfação das condições de posse seria o estado inicial e o estado da satisfação das condições de compreensão, o final. Se isso é correto, a questão passa então a ser de como opera o mecanismo responsável por produzir a passagem de um estado para o outro. Peacocke sustenta que pode ser o caso que tal mecanismo faça uso da posse do conceito possuído antes da aquisição da linguagem. Em todo caso, segundo Peacocke, desde que a condição de posse seja tal que possa ser possuída antes da aquisição de uma linguagem, a possibilidade de que o sujeito explore as condições de posse de um conceito para compreender uma expressão não poderia ser descartada “por razões filosóficas gerais”.

Considerações Finais

1. A tese da prioridade é um princípio metodológico?

Um pouco depois de citar o trecho de Agostinho no qual ele manifesta sua curiosa reação à pergunta sobre o que é o tempo, Wittgenstein escreve em *Investigações Filosóficas*:

Sentimos como se tivéssemos que ver dentro do fenômeno: porém nossa investigação é direcionada não para fenômenos, mas, em vez disso, poderíamos dizer, para as ‘possibilidades’ dos fenômenos. O que isto significa é que devemos recordar os tipos de enunciado que fazemos sobre fenômenos.²⁴⁷

Dummett viu nesse trecho a descrição de um sentimento comum aos que enfrentam uma questão filosófica, descrição imediatamente seguida por uma recomendação. O sentimento tem a forma de um dever: para resolver um problema filosófico devemos tentar recordar, viver, reviver ou, no mínimo, devemos nos situar de modo a favorecer o encontro com um fenômeno. Diante da questão “O que é o tempo?” nos sentimos, em sintonia com a observação de Wittgenstein, tentados a examinar atentamente a passagem do tempo; sentimo-nos tentados a ver dentro do fenômeno da passagem do tempo.

²⁴⁶ Concepts Without Words, p. 9.

²⁴⁷ Investigações Filosóficas, §90.

Wittgenstein teria então, segundo a exegese de Dummett, repudiado esse sentimento – nossa investigação não é direcionada para fenômenos – e proposto que nos recordemos dos enunciados que fazemos sobre o fenômeno que nos parece opaco. Assim, não deveríamos, por exemplo, perguntar sobre o que é o fenômeno da súbita compreensão, e sim sobre como usamos certo tipo de enunciado – “ele subitamente compreendeu...”, “então, eu subitamente compreendi...” etc.

Dummett sugere que há, nesse ponto, dois modos de compreender a recomendação de Wittgenstein, ela pode ser entendida como uma recomendação tática ou estratégica. Se a recomendação é tática, a substituição da questão “o que é a compreensão súbita?” por “Como usamos enunciados que atribuem compreensão súbita a alguém?”, é feita com base na ideia de que é mais provável que encontremos a resposta que procuramos se nos propusermos questões como esta última, embora uma e a mesma resposta possa servir para ambas as questões. Pois, se explicamos o que é para alguém compreender algo subitamente, explicamos, a um só tempo, o que significa dizer que alguém compreendeu algo subitamente; e vice-versa. Entendida como uma recomendação estratégica, por sua vez, ela estabelece que a primeira das questões é intrinsecamente mal concebida e que, portanto, não pode ser respondida; razão pela qual devemos concentrar esforços apenas em questões com a forma do segundo tipo.

Segundo Dummett, Wittgenstein certamente pretendeu que sua recomendação fosse interpretada como estratégica, no sentido ora definido do termo. Descrever o uso de uma frase, para Wittgenstein, consiste em descrever uma série de coisas: dizer em que condições alguém está disposto a pronunciar certas palavras; descrever os critérios aos quais devemos apelar para decidir se uma frase deve ser aceita ou rejeitada; dizer que tipo de coisa nos faria retirar o que dissemos e com o que nos comprometemos ao proferir certo enunciado ou ao aceitar certo enunciado feito por outros; dizer o que consideramos ser o propósito de termos, em nossa linguagem, certas formas de expressão, e quais são as respostas que podemos dar a certos enunciados, etc. Assim, seguindo Wittgenstein, o uso de uma expressão não deveria ser caracterizado como uma consequência da apreensão das condições de verdade dos enunciados, condições estas que nos guiaríamos em nosso uso das expressões, em vez disso, esse uso deveria ser caracterizado diretamente.

Nessa interpretação, a própria ideia de estado de coisas fica sub judice. Uma vez que tenhamos enunciado as consequências de dizer que alguém teve uma compreensão

súbita, tenhamos descrito os tipos de circunstâncias nas quais seria reconhecido como correto dizer que houve uma compreensão súbita e estejamos conscientes dessa variedade de circunstâncias que envolvem o uso dos tipos de enunciados sobre compreensão súbita, então, não estaremos mais dispostos a apelar a uma concepção de estado de coisas (independente de nós) que torna o enunciado verdadeiro. A própria noção de estado de coisas que torna um enunciado verdadeiro é dissolvida em uma variada e complicada rede de usos de expressões. Justamente em razão disso, nessa leitura estratégica, embora não seja incorreto dizer que um enunciado *P* é verdadeiro se e apenas se um determinado estado de coisas *P* é o caso, esse modo de falar passa a ser visto como enganador, pois esse modo de falar ou nada explica ou faz da prática linguística algo estranho aos seus próprios participantes.

Com efeito, o que está em questão no excerto acima é a tese da prioridade, ou, se preferirem, a tese da prioridade como Dummett entende que ela opera no segundo Wittgenstein. Esse modo de interpretar a tese está duplamente ligado ao modo como o próprio Dummett entendeu a tese. Em primeiro lugar, Dummett certamente a entende como um movimento estratégico, e não como um movimento tático. Segundo, assim como teria sido para o segundo Wittgenstein, a tese da prioridade para Dummett é um princípio metodológico que é sustentado por uma concepção de significado. Esse segundo ponto pode ser visto no apagar das luzes de *Origins of Analytical Philosophy*, onde Dummett observa que:

Na verdade, qualquer investigação que proceda por meio de investigações linguísticas deve ser fundada, consciente ou inconscientemente, em alguma concepção desse tipo, a qual será revelada por tudo aquilo que é tratado como sendo uma explicação adequada do significado de expressões.²⁴⁸

A concepção a que Dummett se refere é a proposta por Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*. Mesmo com muitas ressalvas e restrições à concepção defendida por Wittgenstein, Dummett acredita que alguma concepção de significado como uso deve estar correta, e tais concepções justificam uma adesão à tese da prioridade. O princípio de que o significado é determinado pelo uso revela-se, nos textos de Dummett, por meio da exigência que uma teoria do significado deve dizer em que consiste a compreensão de um falante relativamente ao modo como essa compreensão se manifesta. Desse modo, na

²⁴⁸ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 166

filosofia de Dummett o princípio de que o significado é determinado pelo uso é idêntico ao princípio de manifestação.

Além disso, concorre para a defesa de Dummett da tese da prioridade sua compreensão da dimensão social da linguagem. De sua perspectiva, a linguagem é uma instituição, e uma que existe em simbiose com outras instituições. Para Dummett, é sobre essa concepção social de significado que o princípio de manifestação deve ser aplicado, e isso faz da tarefa de explicar o significado das expressões uma tarefa que envolve a descrição de instituições e práticas.

Assim, por compreender a tese da prioridade de modo estratégico, Dummett a atrelou a uma concepção antirrealista de significado. Consequentemente, o realismo se lhe afigurou como incompatível com a tese da prioridade. Aliás, o mérito de Evans foi justamente ter notado essa incompatibilidade. Esperamos que esteja claro a essa altura, algo que não se deixa ver de imediato: que a defesa de Dummett da tese da prioridade tem uma premissa antirrealista. Na verdade, isso deveria ser esperado, uma vez que uma das forças motrizes da tese da prioridade, o princípio de manifestação, é, como dissemos há pouco, uma versão do princípio segundo o qual o significado é determinado por seu uso.²⁴⁹ Princípio este que Dummett sempre interpretou como um princípio fortemente antirrealista.

2. Dummett e McDowell

A crítica de McDowell a Dummett em *A Defence* é substancialmente diferente de sua crítica em *Another*. Em *A Defence* o cerne da crítica é a falha de uma teoria completa em registrar que a linguagem não é uma máquina autônoma, mas que nosso uso e a própria existência da linguagem depende de termos uma mente. Dummett concorda que o uso de nossas linguagens é fundamentalmente marcado pelo fato de os falantes possuírem uma dimensão mental. Ele acredita, no entanto, que a mentalidade no uso da linguagem pode ser adequadamente compreendida se observamos que a linguagem, essa máquina misteriosa, é operada por seres com intenções e motivos. Não caberia a uma teoria do significado completa apresentar uma análise das intenções e motivos dos agentes racionais, porque intenções e motivos não dizem respeito apenas à linguagem. Isso talvez

²⁴⁹ Para Dummett, dizer que o significado de uma expressão é seu uso é o mesmo que dizer que o conhecimento em que a compreensão de um falante de uma expressão consiste deve ser completamente manifestado por sua prática linguística. Cf. *The Seas of Language*, p. 116.

tenha levado a McDowell a ver, em um primeiro momento, o projeto dummettiano como uma análise do significado no estilo estímulo-resposta.

O conteúdo da principal crítica de *Another* é mais preciso. Nesse artigo, assumindo que o propósito de uma teoria do significado é dar inteligibilidade ao uso do falante de sua linguagem, ele mantém que apenas é possível fazer sentido das ações linguísticas de um falante com descrições intensionais. Diante da multiplicidade de descrições possíveis do que faz um agente quando profere uma frase ou reage a ela, apenas algumas apresentam sua ação como uma ação significativa, uma ação que veicula significado. A descrição dummettiana é baseada na descrição de padrões e convenções, e essas descrições não são intensionais. Com base nisso, ele acusa Dummett de desfazer o que gostaria de explicar.

Dummett não respondeu a essa última crítica de McDowell. Isso não nos proíbe, contudo, de formular hipóteses, com base no que ele escreveu com outros propósitos, de como teria sido sua resposta. Provavelmente, ele diria que as descrições intensionais são como um resumo. Um resumo das numerosas coisas que aprendemos quando aprendemos uma linguagem; um resumo da força e do sentido – ambos aprendidos externamente.

O saldo do debate entre McDowell e Dummett é a formulação desta questão: é possível caracterizar as ações linguísticas de um sujeito de uma perspectiva não intensional sem descaracterizá-las como ações portadoras de significado?

Ambos os artigos apresentam uma crítica secundária, uma crítica que pode ser assim sumariada. Se adotarmos uma análise do significado relativamente a padrões e convenções, nunca poderemos determinar qual o significado das expressões, pois por mais numerosas que sejam as manifestações de adequação a um padrão, haverá sempre outro padrão, incompatível com o primeiro, ao qual às manifestações até então exibidas igualmente se ajustam.

Dummett enfrenta essa dificuldade no prefácio de *The Seas of Language*.²⁵⁰ A primeira resposta a esse desafio é considerá-lo exagerado. Nada obriga a um falante que seu uso de uma expressão durante sua carreira de falante seja tal que admita uma interpretação uniforme. Um falante pode usar a mesma expressão com significados diferentes em contextos diferentes, ou pode, consciente ou inconscientemente, passar a

²⁵⁰ *The Seas of Language*, p. xi-xv.

usar a expressão com outro significado. Para Dummett, o fato decisivo é que depois de evidência abundante e variada julgamos que o falante deu determinada interpretação a uma expressão e tratamos tal juízo como imune à revisão por qualquer uso subsequente inconsistente com nosso juízo. Naturalmente, esse fato é recebido com dúvidas pelos defensores do caráter infinito do significado, aqueles que acreditam que o significado de uma expressão determina sua aplicação em todos os casos passados, presentes e futuros. Para Dummett, entretanto, significados são sempre em alguma medida indeterminados, no sentido em que o significado que alguém atribui a uma palavra não determina de antemão o que ele diria em todos os casos futuros. Portanto, o princípio de manifestação se aplica a uma concepção de significado que admite alguma indeterminação no significado, e aquilo que se manifesta nunca é um significado infinito.

Essas considerações enfraquecem significativamente as críticas de McDowell a Dummett, ao menos no que diz respeito à indeterminação do significado por meio dos padrões.

3. Dummett e Evans

Evans defendeu que devemos explicar a compreensão das expressões por meio de uma teoria do pensamento, uma teoria sobre os modos de pensar a referência. Essa posição é claramente a posição de um teórico do pensamento, isto é, a de um defensor da prioridade, na ordem da explicação, do pensamento sobre a linguagem. A interlocução póstuma dele com Dummett tem dois momentos críticos, cuja avaliação é decisiva para chegarmos a um veredito sobre se sua posição é devastadora para a tese da prioridade ou não.

O primeiro desses momentos é marcado por sua defesa de que o sentido é o modo pelo qual o referente é dado *ao sujeito*. Isso tem como consequência que os modos pelos quais o sujeito identifica o referente devem ser incluídos em uma explicação do sentido, não como uma mera consequência do sentido, mas como algo que faz essencialmente parte do sentido. Esse modo envasiano de entender a noção de sentido faz parecer – e aí se encontra exatamente o ponto de tensão entre seu pensamento e o de Dummett – que uma explicação do sentido das expressões depende de como os sujeitos particulares lidam cognitivamente com seu ambiente, e não de como as expressões funcionam da linguagem pública.

O segundo é marcado por seu realismo, condensado no modo pelo qual ele entendeu a fórmula-chave da filosofia de herança fregeana, segundo a qual o sentido determina a referência. Ciente de como o realismo não pode ser formulado, sem circularidade, dentro de uma teoria do significado, Evans teria recuado e o apresentado a partir de uma filosofia do pensamento. O realismo, segundo Dummett, pressupõe um nível de pensamento sem linguagem em termos do qual o funcionamento de uma linguagem deve ser explicado. Pressupõe porque o realismo sobre a linguagem parte de uma noção de *conhecimento* do que é para uma proposição ser verdadeira que permanece, dentro dos limites da filosofia da linguagem, inexplicada. Assim, por exemplo, se um realista adere à tese da prioridade ele deve sustentar que apenas por explicar o que é compreender uma frase podemos explicar os pensamentos que exprimimos por meio da linguagem. Mas, se agora ele tenta, como realista que é, explicar a compreensão de uma frase como consistindo na posse de certo conhecimento sobre aquela frase, então sua explicação será circular. Ele estaria tentando explicar um pensamento, o pensamento que a frase exprime – por julgar que outra frase – a frase que exprime que o pensamento que a frase é verdadeira sob tais e tais condições – é verdadeira.

Esse segundo ponto é irreconciliável com a defesa dummettiana da tese da prioridade, porque, como vimos, sua interpretação da tese é estratégica. No entanto, em relação ao primeiro, há esperança de conciliação. Porque, aceitar que o sentido é o modo como o referente é dado ao sujeito não implica que a explicação do sentido deve levar em conta apenas indivíduo e ambiente. A explicação dos modos pelos quais o sujeito identifica o referente de suas expressões pode ser dada por meio da descrição do papel que esses modos de identificar desempenham dentro do funcionamento da linguagem entendida como uma instituição. Assim, mesmo considerando como parte integrante do sentido de “hoje”, por exemplo, o modo pelo qual os sujeitos identificam o seu referente, uma explicação desse modo de identificar o dia corrente pode incluir a disposição que os sujeitos têm para julgar certas frases como verdadeiras e falsas com base em observações sobre o presente dia, como reagem as frases dos outros e como suas observações sobre o dia relacionam-se com o que diz e faz durante o dia. Explicar um sentido, mesmo na interpretação evansiana dessa noção, não significa explicá-lo sem pressupor como pano de fundo a instituição da linguagem, isto é, sem pressupor as práticas que caracterizam a linguagem como instituição.

Se essa última interpretação estiver correta, o problema da associação – como explicar, sem recorrer a uma associação mental, que um item linguístico exprime um determinado conceito sem descrever do uso desse item linguístico? – deixa de ser um problema para a posição de Evans. Essa interpretação também nos auxilia a entender por que Dummett – embora ele nunca tenha escrito sobre isso – não consideraria a solução de Peacocke correta. Porque, da perspectiva de Dummett, Peacocke meramente transfere parte do que teria sido necessário para explicar a compreensão de uma palavra para uma teoria dos conceitos. A solução de Peacocke não seria uma solução porque não mostraria como uma teoria dos conceitos é possível independentemente da linguagem. Sua teoria não seria autônoma em relação à filosofia da linguagem, como ele pensou, ao invés disso, seria apenas um fragmento de tal explicação.

4. Últimas palavras

É tentador concordar com o teórico do pensamento por esquecer qual o problema em questão. Experimente o leitor interromper a leitura deste texto, erguer a cabeça e começar a pensar sobre o ambiente em que se encontra. Rapidamente notará que, ao seu redor, muitas coisas que consegue ver e sobre as quais pode pensar, nem mesmo têm um nome socialmente estabelecido. Notará, ao olhar para dentro, que não é capaz de descrever satisfatoriamente o gosto que neste momento preside a sua boca, que a linguagem pública pode até pretender entrar em sua intimidade, mas que, mesmo se permitimos sua entrada, sua atuação é desengonçada e insatisfatória. Porém, a tese da prioridade analítica não é sobre isso: não é sobre a possibilidade de pensamento sem linguagem, nem sobre a presença de sinais em nosso pensamento consciente, tampouco é sobre se nossa relação cognitiva com o mundo é essencialmente linguística. A tese da prioridade é uma tese sobre como devemos explicar os pensamentos que exprimimos por meio da linguagem. A tese é sobre se, ao explicar o sentido de, por exemplo, “José está careca”, precisamos antes explicar o conteúdo de tal pensamento sem apelo à linguagem, ou se, em vez disso, podemos explicar adequadamente o pensamento dessa frase sem apelo a uma concepção prévia de pensamento.

O Prof. Paulo Faria, em *Remédios para el Vértigo*, defende que o exercício de capacidades conceituais não pressupõe o domínio de uma linguagem. Ele ilustra deste modo sua posição:

Un niño está clasificando canicas conforme a su color: debe poner las canicas rojas en cierto recipiente y las no rojas (sea cual sea su color específico) en otro. Sostengo que en el curso de esta rutina el acto de arrojar una canica en un recipiente es un ejercicio del concepto “rojo”. Si tengo razón, entonces, deberíamos reconocer como expresiones de juicios, no sólo enunciados lingüísticos (“¡Baldosa!”, “¡Gavagai!”, “Esto es rojo”), sino también comportamientos no verbales (el gesto de apartar una canica).²⁵¹

A escolha de uma criança como protagonista da ação, presume-se, foi feita para chamar atenção para o fato de que um ser com um domínio precário de uma linguagem, ou mesmo sem linguagem, poderia agir de acordo com o conceito “vermelho” e, portanto, possuir o conceito “vermelho” mesmo sem dominar uma linguagem.²⁵² O Prof. Faria, a meu ver corretamente, afirma que o ato de distribuir as bolas de gude em recipientes conta como uso do conceito “vermelho”, e infere a partir disso que comportamentos não verbais devem também ser reconhecidos como expressões de juízos.

Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, oferece dois exemplos de juízos (pensamento tomado por verdadeiro) feitos sem palavras:

Diga: “A pena da caneta está gasta. Ora, ora, ela funciona!” Uma vez pensando, outra sem pensar; então pense apenas os pensamentos, mas sem as palavras. —Ora, eu poderia, no decorrer de uma ação, experimentar a ponta da pena, fazer caretas – e continuar a escrever com um gesto de resignação. – Poderia também, ocupado com uma medição qualquer agir de tal modo que quem me observasse diria que eu pensava sem palavras: se duas grandezas são iguais a uma terceira, são iguais entre si.²⁵³

Wittgenstein descreve situações nas quais seria natural atribuir ao falante determinados pensamentos – o de que a ponta da caneta está gasta, mas que ainda assim a caneta funciona e o de que duas grandezas iguais a uma terceira são iguais entre si – sem que nenhuma palavra precisasse ser dita. Nesses casos, contudo, ninguém estaria tentado a dizer que pelo fato de que esses pensamentos podem ocorrer sem palavras, segue-se que esses pensamentos poderiam ocorrer a um ser sem linguagem. Na verdade, parece ser

²⁵¹ Remedios para el Vértigo, p. 177.

²⁵² Dificilmente um defensor da prioridade ontológica da linguagem sobre o pensamento aceitaria sem protestos a força desse exemplo para estabelecer a questão sobre a possibilidade de pensamento sem linguagem. Ele pediria por mais detalhes por suspeitar que muito do que deveria ser explicado é contrabandeado em silêncio. Quando nos encarregamos de explicar um conceito nos sentimos obrigados a dizer pouca coisa, pois a linguagem cujo domínio é pressuposto se encarrega do resto. Nos casos nos quais o que está em questão são habilidades conceituais não linguísticas isso não pode ser pressuposto.

²⁵³ Investigações Filosóficas, §330.

justamente o contrário, é por atribuirmos aos sujeitos da passagem de Wittgenstein o domínio de uma linguagem que as suas ações não linguísticas podem ser reconhecidas como manifestações dos pensamentos que elas manifestam. Assim, não estamos em geral autorizados a passar de (i) é possível manifestar pensamento sem palavras para (ii) o exercício de capacidades conceituais não pressupõe o domínio de uma linguagem. O Prof. Faria diz que do fato de que a cognição de entidades espaço-temporais “pressupor o exercício de capacidades conceituais *não* se segue que pressuponha o domínio de uma linguagem”; tampouco, nós gostaríamos de acrescentar, do fato de que é possível manifestar juízos sem palavras se segue que pensamentos sejam independentes da linguagem.²⁵⁴

Agora, deixe-nos supor que o Prof. Faria tivesse ampliado a descrição do comportamento da criança de modo a dirimir qualquer eventual dúvida de que o seu domínio do conceito “vermelho” é independente do domínio do uso da palavra “vermelho”. Ter-se-ia demonstrado, deste modo, a primazia (mesmo que parcial) ontológica do pensamento sobre a linguagem. *Nesse caso, o problema da prioridade analítica ainda estaria em aberto.* A impressão de que a primazia ontológica do pensamento resolveria o problema da prioridade analítica tem sua origem, dentre outras coisas, na suposição de que poderíamos simplificar nossa explicação da linguagem se tivéssemos uma caracterização de um conceito obtida independentemente da linguagem por dizer, por exemplo, “o predicado ‘é vermelho’ exprime o conceito de vermelhidão”. Para que fosse possível pegar esse atalho explicativo, no entanto, além de oferecer uma explicação do que é para alguém sem linguagem ter o conceito de vermelhidão, teríamos que explicar o que é para uma expressão da linguagem exprimir tal conceito – uma explicação, diga-se, que evitasse ou resolvesse o problema da associação.

Gostaríamos de concluir chamando atenção para a utilidade de, quando refletimos sobre palavras e pensamentos, distinguir os vários sentidos que a questão sobre a primazia entre pensamento e linguagem pode ter. Mesmo cientes de que a tarefa de distinguir nesse caso se assemelha a de separar água com as mãos: quando não impossível, é difícil e provisório.

²⁵⁴ Remedios para el Vértigo, p. 177. Aliás, esse é um modo de apresentar a interpretação moderada de Dummett da tese da necessidade de veículos para pensamento.

Referências bibliográficas

- DAVIDSON, D. (1975). "Thought and Talk." *Mind and Language*, Ed. S. Guttenplan. Oxford: Oxford University Press.
- DAVIES, Martin. (1998). "Language, Thought, and the Language of Thought." In P. Carruthers and J. Boucher (eds), *Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, 226–47.
- DUMMETT, Michael. (1973). *Frege: Philosophy of Language*. London: Duckworth.
- DUMMETT, Michael. (1991d). *Frege: Philosophy of Mathematics*. London: Duckworth.
- DUMMETT, Michael. (1991b). *Frege and Other Philosophers*. Oxford: Clarendon Press.
- DUMMETT, Michael. (1978). *Truth and Other Enigmas*. London: Duckworth.
- DUMMETT, Michael. (1981). *The Interpretation of Frege's Philosophy*. London: Duckworth.
- DUMMETT, Michael. (1991c). *The Logical Basis of Metaphysics*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.
- DUMMETT, Michael. *The Philosophy of Thought and Philosophy of Language*. In: VUILLEMIN, Jules. **Mérites et limites des méthodes logiques en philosophie**. Paris: Vrin, 1986. Cap. 4. p. 141-155.
- DUMMETT, Michael. (1996). *The Seas of Language*. Oxford: Clarendon Press.
- DUMMETT, Michael. (1993b). *Origins Of Analytical Philosophy*. London: Duckworth.
- DUMMETT, Michael. (2006). *Thought and Reality*. Oxford: Oxford University Press.
- EVANS, Gareth. (1982). *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press.
- EVANS, Gareth. (1985a). *Collected Papers*. Oxford: Clarendon Press).
- FARIA, Paulo . Remedios para el vértigo. **Revista de filosofía DIÁNOIA**, [S.l.], v. 51, n. 57, p. 173–188, sep. 2016. ISSN 1870-4913. Disponível em: <<http://dianoia.filosoficas.unam.mx/index.php/dianoia/article/view/338>>. Acesso: 27 Agosto. 2018 doi:<https://doi.org/10.21898/dia.v51i57.338>.
- FODOR, Jerry. (1982). *The Language of Thought*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

- FODOR, Jerry.(2001). “Language, Thought and Compositionality.” In *Mind & Language*, Vol. 16 No. 1 February 2001, pp. 1–15.
- FREGE, Gottlob. (1884). *Os Fundamentos da Aritmética*, in São Paulo, Ed. Abril, (Col. Os Pensadores.)
- FREGE, Gottlob. (1893). *The Basic Laws of Arithmetic*, trans. Montgomery Furth. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- FREGE, Gottlob.(1918). *O Pensamento: uma investigação lógica*. *Investigações lógicas*. Tradução de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GREEN, Karen. (2000). Davidson’s Derangement: Of the Conceptual Priority of Language. In *Dialectica* 55.
- HECK, R. G. (ed.) 1997: *Language, Thought, and Logic: Essays in Honour of Michael Dummett* (Oxford: Oxford University Press)
- PEACOCKE, Christopher. (1992). *A Study of Concepts*.Cambridge, Mass.: MIT Press.
- PEACOCKE, C. (1997).”Concepts Without Words.” *Language, Thought and Logic*, Ed.
- PEACOCKE, Christopher. *Precis of A Study of Concepts*. **Philosophy And Phenomenological Research**, [s.l.], v. 56, n. 2, p.407-411, jun. 1996. Semanal.
- R. G. Heck. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-33.
- RODERICK, Chisholm. (1984).” The Primacy of the Intentional.” In *Synthese*, Vol. 61, No. 1, *The Intentionality of Mind, Part I* (Oct., 1984), pp. 89-109
- WITTGENSTEIN, L. (1967a), *Philosophical Investigations*, trans. G. M Anscombe, 3rd edn. Oxford: Blackwell.